



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Vidas em Reconstrução: Análise da Influência do Género na
Reintegração de Crianças Associadas a Grupos Armados e Forças
Armadas

Sónia Alves de Sousa

Mestrado em Ação Humanitária

Orientador: Doutor Miguel Vale de Almeida, Professor Catedrático ISCTE –
Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora: Doutora Dora Rebelo, Professora Auxiliar
Convidada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023

Departamento de Sociologia

Vidas em Reconstrução: Análise da Influência do Género na
Reintegração de Crianças Associadas a Grupos Armados e Forças
Armadas

Sónia Alves de Sousa

Mestrado em Ação Humanitária

Orientador: Doutor Miguel Vale de Almeida, Professor Catedrático
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora: Doutora Dora Rebelo, Professora Auxiliar
Convidada, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023

*Para o homem e mulher da minha vida, José e Benvinda.
O orgulho e amor que vos tenho não caberiam nestas páginas.
Por vocês sempre.*

Agradecimento

Agradeço aos orientadores e professores Miguel Vale de Almeida e Dora Rebelo, pelos comentários, apontamentos e paciência que tiveram para me auxiliar ao longo de este processo.

À professora Ana Lúcia, por sempre se encontrar disponível para auxiliar os alunos e presentear-nos com palavras de apoio.

Aos 3 participantes deste estudo, por despendem do seu tempo para enriquecer esta pesquisa.

Um agradecimento em especial aos meus pais, Benvinda e José, a quem dedico esta dissertação. A eles devo todo o meu sucesso académico e resiliência. Estas conquistas não seriam possíveis sem ambos, é graças aos esforços que fazem diariamente que hoje me posso dar ao luxo de escrever esta dissertação. Nunca poderei pagar o amor, confiança, recursos e tempo que despendem para me dar as oportunidades que sei que gostariam de ter tido. Saibam que escrevi cada palavra com vocês em mente e esta dissertação é tanto minha como vossa.

Por fim, um agradecimento ao meu irmão e aos meus amigos, 3 em especial, que me incentivaram ao longo de todos estes meses.

Resumo

O presente estudo visa analisar o impacto do género na reintegração de crianças associadas a grupos armados e forças armadas (CAFFAG) e qual a sua repercussão no contexto do Sudão do Sul.

No ano de 2013, surgiu um conflito civil de natureza política no Sudão do Sul. Durante o conflito violaram-se direitos humanos, cometeram-se crimes de guerra e foi feita a recruta intensiva de crianças para grupos armados e forças armadas. A combinação desses fatores, fez com que muitas crianças fossem recrutadas.

As crianças no Sudão do Sul estão vulneráveis à exploração e recrutamento. Embora os rapazes sejam mais visíveis, as raparigas representam entre 20% a 40% dos CAFFAG no Sudão do Sul. A experiência das raparigas associadas a grupos armados e forças armadas (GAFFAG) nos grupos armados, tem se demonstrado um desafio. Os próprios programas de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) apenas recentemente começaram a ter uma abordagem sensível ao género, existindo ainda várias lacunas por preencher.

Mediante uma abordagem qualitativa, o estudo foca no papel do género na reintegração de CAFFAG no Sudão do Sul. Os resultados sugerem que o género impacta a reintegração de CAFFAG no Sudão do Sul, em especial de raparigas associadas a grupos armados e forças armadas (GAFFAG). A acessibilidade aos programas de DDR no Sudão do Sul é insuficiente. Além disso, questões sociais e culturais contribuem para o estigma enfrentado pelas raparigas na região. A isto somam-se questões como saúde reprodutiva, violência de género, maternidade precoce, e a existência de papéis de género rígidos na sociedade em questão.

Palavras-chave: Reintegração; CAFFAG; GAFFAG; Género; DDR

Abstract

This study aims to analyze the impact of gender on the reintegration of children associated with armed groups and armed forces (CAFFAG) and how it plays a role in the context of South Sudan.

In 2013, a political civil war broke out in South Sudan. During the conflict, human rights were violated, war crimes were committed and there were intensive recruitment of children for armed groups and armed forces. The combination of these factors caused many children to be recruited.

Children in South Sudan are vulnerable to exploration and recruitment. Even though boys are more visible, girls represent between 20% to 40% of CAFFAG in South Sudan. After the experience of girls associated with armed forces and armed groups (GAFFAG) in armed groups, reintegration, has demonstrated to be a challenge. The Demobilization, Desarmament and Reintegration (DDR) programs themselves have only recently begun to have a gender-sensitive approach, and there are still several gaps to be explored.

Through a qualitative approach, the study focuses on the role of gender in reintegration of CAFFAG in South Sudan. The results suggest that gender impacts the reintegration of CAFFAG in South Sudan, especially the reintegration of girls associated with armed forces and armed groups (GAFFAG). The accessibility of DDR programs in South Sudan is insufficient. Additionally, social and cultural issues contribute to the stigma faced by girls in the region. Added to this are issues such as reproductive health, gender based violence, early motherhood, and the existence of rigid gender roles in the society in question.

Keywords: Reintegration; CAFFAG; GAFFAG; Gender; DDR

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Introdução	1
Capítulo 1. Revisão de Literatura	5
1.1. Raparigas Associadas a Grupos Armados e Forças Armadas	7
1.2. Reintegração	9
1.3. Lei Costumeira	11
1.4. O Papel da Mulher no Sudão do Sul	12
Capítulo 2. Metodologia da Pesquisa	13
2.1. Design de Pesquisa	13
2.2. Amostragem	13
2.3. Recolha de Dados	14
2.4. Ética da Pesquisa	15
2.5. Limitações	15
Capítulo 3. Sudão do Sul	16
3.1. Contexto Histórico	18
3.2. Contexto Humanitário	20
3.3. Visão Geral dos Grupos Mais Relevantes no Sudão do Sul	20
3.3.1. Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA)	21
3.3.2. Milícia Shiluk	21
3.3.3. Exército de Libertação do Povo do Sudão na Oposição (SPLA-IO)	21
3.3.4. Grupo do Exército Branco	22
3.3.5. Movimento Democrático do Sudão do Sul/ Fação Cobra	22
Capítulo 4. Questões Sociais e de Género	23
4.1. Planeamento Familiar	24

4.2.	Matrimónio / Preço de Noiva	26
4.3.	Poligenia	27
4.4.	Herança de Esposas e Levirato	27
4.5.	Casamento Infantil	28
Capítulo 5.	Crianças Associadas a Grupos Armados e Forças Armadas	30
5.1.	Noção de CAFFAG	30
5.2.	O recrutamento de Crianças	32
5.3.	Treino e Tarefas desempenhadas	32
5.3.1.	Tarefas	33
5.3.2.	Treino	33
5.3.3.	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração	34
5.4.	Reintegração	37
Capítulo 6.	Raparigas Associadas a Grupos Armados e Forças Armadas	38
6.1.	Intervenção Humanitária em GAFFAG	39
6.2.	O Impacto Mental, Reprodutivo e Físico em GAFFAG	41
6.2.1.	Saúde Mental	41
6.2.2.	Impacto físico	40
6.2.3.	Saúde e Saúde Reprodutiva	42
6.3.	MHPPS em Programas de DDR	43
6.4.	Proteção/Segurança	44
6.5.	Saúde Sexual e Reprodutiva	45
6.6.	Educação	47
6.7.	Reintegração Social e Comunitária	50
6.8.	Desmobilização e Necessidades das GAFFAG	51
6.9.	Papel da Comunidade na Reintegração	52
Capítulo 7.	Análise de Resultados	55
Conclusões		58
Referências Bibliográficas		66
ANEXOS		

Anexo A) - Guião de entrevistas	67
Anexo B) - Mapa do Sudão do Sul	68
Anexo C) - Atividades dos Programas de DDR com CAFFAG	69
Anexo D) - Orientações Fundamentais Sobre Mulheres, Género e DDR	71
Anexo E) - Círculo de Participação Positiva	72

Glossário de Acrónimos

CAFFAG - Children Associated with Armed Forces of Armed Groups

CPA - Comprehensive Peace Agreement

DDR – Disarmament, Demobilization and Reintegration

DST - Doença Sexualmente Transmissível

IOM – International Organization for Migration

ICC – Interim Care Centre

GAFFAG – Girls Associated with Armed Forces of Armed Groups

GBV- Gender based violence

GoSS - Semi-autonomous Government of Southern Sudan

JAM - Joint Assessment Mission

MHPPS- Mental Health And Psychosocial Support

PTSD – Post Traumatic Stress Disorder

POC – Protection of Civilians

SPLA - Sudan People's Liberation Army

SPLA-IO - Sudan People's Liberation Army-in-Opposition

SPLM- Sudans People's Liberation Movement

SSPDF – South Sudan People's Defense Forces

SSDDRC – Comissão de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração do Sudão do Sul

SGBV – Sexual and Gender-Based Violence

ONG – Organização Não-Governamental

UNHRC – United nations high commissioner for refugees

UNICEF – The United Nations Children's Fund

UNMISS – United Nations Mission in South Sudan

UN – United Nations

UNDP – United Nations Development Programme

HIV – Human Immunodeficiency Virus

WBeg – Western Bahr El Ghazal

WAFF – Women Affected by Fighting Forces

Introdução

A presente dissertação, integrada no mestrado de Ação Humanitária, analisa o fator gênero na reintegração de crianças associadas a grupos armados e forças armadas (CAFFAG)¹.

A pesquisa teve como foco o Sudão do Sul, que é considerado um dos 10 países onde o recrutamento de crianças para o conflito armado continua a ocorrer. Milhares de crianças têm sido recrutadas desde 2013. O recrutamento de crianças é um fenómeno antigo no país que começou muito antes do conflito de 2013, estima-se que o uso de CAFFAG, já fosse feito pôr grupos residuais para conflitos menores, começando a ganhar maior volume durante a segunda guerra civil no Sudão, entre 1983 e 2005 (Wheeler, 2015). Durante este período a Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA) recrutava soldados de todas as zonas, emitindo uma diretriz prévia onde indicava quantos soldados tinham de estar disponíveis para recrutamento. Dessa forma, para perfazer o número exigido, as crianças eram colocadas com adultos pelos chefes da comunidade. A partir de 2013, o uso de crianças no conflito tornou-se crescente, deixando de ser efetuado apenas por parte da SPLA, ou para pequenos conflitos (Kioko, 2008). Vários grupos armados passaram a recrutar crianças para os seus exércitos de forma forçosa ou voluntária, sendo que o recrutamento voluntário está por norma associado a condições de extrema pobreza, fome, proteção ou vingança (Kioko, 2008). Os comandantes dos grupos armados viram uma mais-valia no uso de crianças, visto que eram dispensáveis, fáceis de endoutrinar, obedientes, de pouco consumo e não ameaçavam o seu poder (Njuguna, 2016)

Até o final dos anos 90, o foco em CAFFAG esteve principalmente voltado para os rapazes, enquanto as raparigas eram consideradas um grupo minoritário, que apenas ocupava tarefas secundárias. Estas não eram percebidas como uma ameaça à segurança ou um obstáculo à paz, representando assim um papel menos significativo (Denov & Ricard-Guay, 2013). A partir dos anos 2000, começou-se a desbravar a real dimensão das raparigas associadas a grupos armados e forças armadas (GAFFAG), as raparigas também eram e são vítimas dos mesmos grupos armados. Estima-se que de 300.000 crianças associadas a grupos armados e forças armadas no mundo, 40% sejam raparigas (Hobson, 2005). As GAFFAG contrariamente ao pensado nos anos 90, ocupavam múltiplos papéis nos grupos, desde cozinheiras a combatentes. Segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) (2010) as raparigas podem ter três tipos de participação nos grupos armados: 1) combatente; 2) apoiantes (através da realização de tarefas domésticas e escravas sexuais); 3) dependentes (raparigas e mulheres dependentes social e financeiramente de ex-combatentes, como esposas ou filhas), podendo estar em

¹ As siglas encontram-se escritas em inglês

apenas uma categoria ou nas três em simultâneo. O papel das raparigas, nos grupos, depende de vários fatores.

Mesmo havendo um maior foco sobre as GAFFAG no início dos anos 2000, estas continuavam a ser “ignoradas” pelos programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Os desenhos destes itens eram exclusivamente voltados para os rapazes, ignorando completamente as necessidades específicas das raparigas, tanto em relação à sua experiência pessoal no grupo quanto a questões de género. Questões como saúde reprodutiva, produtos de higiene feminina, segurança e cuidados para os seus bebés eram temas vistos como secundários, não existindo no inicial design dos DDR (Hynd, 2020). Assim, as raparigas seguiam o seu caminho de invisibilidade, tendo constantemente o acesso vetado aos DDR. Primeiramente porque muitos DDR exigiam a entrega de armas, logo as raparigas que ocupavam papéis de apoiantes ou dependentes ficavam impossibilitadas de participar. Por outro lado, aquelas que desempenhavam papéis como combatentes tinham as suas armas retiradas por comandantes, para impedir que fossem desmobilizadas (Hynd, 2020). Além disso, frequentemente não eram informadas dos programas de DDR pelos seus comandantes, ou não lhes era permitido participar, sendo escondidas pelo grupo durante a desmobilização (Freeman, 2020). Os programas de DDR tiveram um avanço significativo no que toca a programas sensíveis ao género, a partir da resolução 1325 (2000) das Nações Unidas². Esta foi considerada um passo crucial para o reconhecimento da experiência singular de mulheres durante os conflitos, sendo tomada maior atenção à experiência das raparigas e mulheres e às suas necessidades (Ortega, 2023). As raparigas têm diversas necessidades que devem ser atendidas, como cuidados psicológicos, físicos, mediação com as famílias e comunidade, tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, acesso à educação e ao emprego, além de apoio à maternidade e cuidados aos bebés.

Embora na sua grande parte já não seja necessária a entrega de armas para a participação nos DDR, nos presentes programas o ato de esconder as GAFFAG e negar-lhes o acesso aos programas de DDR, seja por ocultação ou proibição, persiste. Por outro lado, mesmo quando estas tomam conhecimento dos programas de DDR, torna-se extremamente difícil para as raparigas tomarem a decisão de abandonar o grupo. Isto porque muitas são esposas de combatentes, e até mães (Freeman, 2020). Outro dos seus receios é o estigma, questões como o preço de noiva e o conceito de virgindade, tendem a afetar a aceitação das GAFFAG em algumas comunidades no Sudão do Sul. Tendo a rapariga sido alvo de violência sexual, torna-se “impura” e o valor do preço de noiva pode baixar ou não se aplicar de todo. No caso de retornarem com filhos, o estigma agrava-se, alastrando-se também ao bebé (Brooks,

² Ditou a importância da proteção e participação das mulheres para a paz e reconstrução pós conflito. Disponível em:

https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SC_ResolutionWomenPeaceSecurity_SRES1325%282000%29%28english_0.pdf

2012). Hobson (2005) refere que grande parte das GAFFAG que saem dos grupos armados o fazem informalmente, sem qualquer apoio de programas DDR. Isto porque a ligação aos programas de DDR vêm com o rótulo de GAFFAG, e consequentemente em determinadas regiões, tal está ligado a impureza e perda de valor por parte das raparigas. Esta situação faz com que uma grande parte das GAFFAG decida fazer o retorno à sociedade por conta própria, o que segundo Hobson (2005) aumenta os riscos de ingressão em atividades de prostituição ou morte por fome, devido à maior dificuldade de proverem para si próprias.

No Sudão do Sul, as raparigas são tratadas como inferiores aos rapazes, sendo prejudicadas pelo casamento infantil, preço de noiva, e tradições que resultam na distribuição desigual de recursos e pouco controle sobre as suas próprias vidas. As mulheres sofrem desafios adicionais devido às restrições ao direito de propriedade, terra ou bens, o que contribui para a sua exclusão no processo de tomada de decisões (Caron, 2021). Desta forma, quando são rejeitadas pela família e comunidade, ficam impossibilitadas de obter apoio socioeconómico da forma tradicional. Estas questões aumentam a necessidade das GAFFAG estarem inseridas nos programas de DDR, para puderem beneficiar de proteção, saúde mental, saúde reprodutiva, cuidados de saúde básica, redes de apoio, acesso à educação e cursos vocacionais que aumentem a possibilidade de independência financeira (Martz, 2010).

Embora se estime que as GAFFAG perfazem cerca de 20% a 40% de todos os CAFFAG no Sudão do Sul (Savage & Ajax, 2019), os programas de reintegração parecem receber poucas raparigas. Entre, 1998 e 2014, apenas 1% das crianças desmobilizadas eram GAFFAG (UNICEF, 2019). Em geral, as raparigas estão mais expostas à violência sexual e de género, com uma maior probabilidade de serem discriminadas durante emergências humanitárias.

Tema e Problemática

O uso de crianças em conflitos, deixa cicatrizes físicas e psicológicas nas próprias, e na comunidade na qual são reintegradas. O Sudão do Sul não é exceção, e devido à sua sociedade patriarcal, as raparigas estão expostas a normas culturais que fazem com que a sua associação a grupos armados e forças armadas, seja vista como uma “sentença”. Durante a sua estadia nos grupos armados estas estão expostas a violações, violência física, casamentos forçados, prostituição e violência psicológica, tendo no seu retorno maior probabilidade de serem marginalizadas, devido ao conceito de impureza. Apesar da marginalização na reintegração de rapazes CAFFAG também acontecer, esta tem menor expressão e ocorre por razões distintas, por norma ligadas a questões de medo ou vingança.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar se o fator género impacta a reintegração de CAFFAG. Durante a pesquisa, foram feitas diversas comparações entre o género feminino e masculino, incluindo as tarefas desempenhadas, modos de recruta, a aceitação da comunidade, impactos físicos e

psicológicos, acesso aos DDR e processo de reintegração. Com a finalidade de responder à pergunta de pesquisa: de que forma o género impacta a reintegração de GAFFAG no Sudão do Sul?

Justificativa

Apesar da documentada presença de GAFFAG, os estudos do impacto do género na reintegração ainda são escassos, com poucas fontes académicas sobre o tema. No entanto, é evidente a necessidade de programas de reintegração que tenham em conta as particularidades de cada género. Apesar dos avanços positivos em relação aos primeiros DDR, a reintegração de GAFFAG e consequentemente os programas sensíveis ao género ainda tem um longo caminho a percorrer, para a satisfatória supressão das necessidades das GAFFAG por todo o mundo, mas neste caso, no Sudão do Sul.

Para que estes programas se possam expandir e alcançar cada vez mais sucesso, é essencial intensificar a pesquisa sobre GAFFAG. Só mediante um maior entendimento sobre a participação das raparigas no conflito e as suas necessidades, é que será possível o desenvolvimento de programas e políticas que vão de encontro às necessidades sentidas pelas mesmas. Neste sentido, esta pesquisa aspira contribuir para um maior conhecimento sobre o tema, e trazer o foco para a problemática das GAFFAG e a sua reintegração.

Revisão de Literatura

1.1. Raparigas Associadas a Grupos Armados e Forças Armadas

O tema da integração de crianças em grupos armados e forças armadas teve um crescimento exponencial a partir dos anos 90, quando ainda era conhecido como “crianças soldado”. Sendo apenas clarificado como crianças associadas a grupos armados e forças armadas (CAFFAG) com o *Paris Principle and Guidelines on Children Associated with Armed Forces or Armed Groups* de 2007 (Fox, 2021). O que permitiu a expansão do tema e definiu CAFFAG como:

Uma criança associada a uma força armada ou grupo armado, refere-se a qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade que é ou que foi recrutada ou usada por uma força armada ou grupo armado em qualquer capacidade, incluindo, mas não limitado a crianças, rapazes e raparigas, usados como lutadores, cozinheiros, carregadores, espiões ou para fins sexuais. Não se refere apenas a uma criança que participa ou participou diretamente em hostilidades (Paris Principles on the involvement of children in armed conflict, 2007, p. 7, tradução minha).

O conceito de CAFFAG e GAFFAG foi formulado com base nos princípios ocidentais, que retratam as vítimas inocentes da guerra que precisam ser resgatadas pelo Norte Global, para que possam desfrutar de liberdade e educação. As normas socioculturais dos países africanos geralmente reconhecem a criança como um membro ativo e valorizado na sociedade, desempenhando um papel relevante dentro do lar. Essa visão contrasta com aquilo que normalmente não é alinhado com essas normas (Hynd, 2020).

O tema raparigas associadas a grupos armados e forças armadas foi durante muito tempo ignorado pela literatura, com o foco a persistir apenas no tema rapazes associados a grupos armados e forças armadas, reforçando o conceito de que este era um fenómeno dominado pelo sexo masculino (Denov & Ricard-Guay, 2013). Embora, existissem estimativas de que as raparigas correspondiam a cerca de 30% a 40% de todos os CAFFAG, e estas estivessem presentes no conflito desde os seus primórdios. Consta-se que os papéis fora da linha da frente que muitas desempenhavam, eram vistos como secundários e não ameaçadores da paz e ordem, o que contribuía para a sua invisibilidade. A literatura sobre GAFFAG só começa a ter relevância no fim da década de 90. Desde 1990 até 2000, a grande maioria dos autores a debruçarem-se sobre este tema eram do sexo feminino, como Mazurana e McKay (2004). Com o aparecimento e maior foco nesta literatura, começa a existir um maior entendimento relativamente aos desafios e necessidades que as raparigas enfrentam (Denov & RicardGuay, 2013).

De acordo com Denov & Richard-Guay (2013) a literatura sobre GAFFAG desencadeia o estudo de perspectiva das vítimas, destacando particularmente a violência sexual. As GAFFAG eram vistas como vulneráveis ao conflito e frequentemente se tornavam vítimas, sendo injustamente relatadas como raparigas sem voz. Os próprios relatórios de organizações humanitárias tinham uma narrativa, que colocava as GAFFAG como vítimas frágeis expostas a abusos sexuais.

As narrativas dos rapazes soldados centram-se em relatos explícitos, muitas vezes detalhados, da violência que perpetraram, que é então contrastada com a culpa e o trauma que mais tarde experienciam, sendo este sofrimento e perpetração o que os distingue como dignos da salvação. No entanto, as representações das experiências das raparigas-soldados são predominantemente feitas através de narrativas de raparigas como vítimas de abusos dos direitos humanos, e o seu sofrimento e trauma estão associados à experiências de violência sexual, em particular, relacionadas com o seu corpo e o seu género, em vez do seu estatuto e experiências como soldados (Hynd, 2020, p. 266, tradução minha).

A partir dos anos 2000, surge uma nova literatura, na qual se destaca o trabalho de Wessels (2006). A pesquisa de Wessels (2006) desafia a noção de que as vítimas são frágeis, por meio de um estudo participativo que incluiu entrevistas com centenas de CAFFAG e GAFFAG. Explorando o verdadeiro entendimento das mulheres ligadas a grupos armados e forças armadas, podemos perceber que a sua situação é muito mais complexa do que simplesmente serem vítimas. As mulheres ao longo da história realizaram diversas tarefas e desempenharam papéis frequentemente contraditórios, desafiando os estereótipos tradicionais de género. A experiência de cada rapariga em um conflito pode variar de acordo com o grupo e as necessidades específicas da situação. Fatores como idade, envolvimento como combatentes, tipo de tarefas realizadas, e tempo de associação, podem influenciar significativamente as suas experiências. Wessels (2006) destacou os riscos específicos de género enfrentados, principalmente no que diz respeito à saúde sexual e à rejeição no retorno, especialmente quando se tem filhos. Wessels (2006) pioneiramente desbravou caminho para o surgimento de literatura sobre a reintegração de GAFFAG em um contexto pós-conflito, revelando a marginalização de GAFFAG nos programas de DDR e o estigma que muitas enfrentaram durante o processo.

Segundo Hynd (2020), um marco decisivo para a inclusão das mulheres nos processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) foi a aprovação da resolução 1325 em 2000. Essa resolução destacou a relevância do envolvimento e da proteção das mulheres para a construção da paz e reconstrução pós-conflito. Apesar de se ter reconhecido a participação de GAFFAG no conflito, o enfoque na vitimização continuava presente. Muitas das raparigas eram excluídas, primeiramente no desarmamento, visto exigir a entrega de armas, sendo que muitas tinham papéis fora da linha da frente. Já as combatentes (com armas) tinham eventualmente as suas armas retiradas por comandantes. Além disso, os comandantes também excluíam as raparigas dos processos de DDR. O sentimento de vergonha

e medo de retaliações dissuadia muitas delas de participarem nos programas de forma voluntária. (Hynd, 2020). Com as GAFFAG, mães, a serem o grupo mais marginalizado. Esta questão só viu mudanças no início dos anos 2000, com nova literatura e organizações não governamentais (ONGs) a reforçarem a importância de ouvir as raparigas, e incorporar as suas necessidades nos programas. O que levou a um foco dos DDR na reintegração comunitária e saúde reprodutiva (Hynd, 2020).

Apesar de, atualmente, haver uma maior atenção às necessidades das GAFFAG nos DDR, ainda existe uma grande lacuna na sua adequada satisfação. E a literatura sobre GAFFAG ainda é bastante limitada, com uma diferença significativa entre literatura de CAFFAG rapazes e CAFFAG raparigas.

1.2. Reintegração

A reintegração apareceu pela primeira vez após a guerra fria como parte das operações de manutenção de paz das Nações Unidas. Desta forma, este é um tópico bastante novo e apenas recentemente entrou na literatura de reconstrução pós-conflito e construção de paz (Hart, 2023). Segundo Torjesen (2013) a reintegração pode ser definida como: “um processo no qual os combatentes mudam a sua identidade de “combatente” para “civil” e alteram o seu comportamento, acabando com o uso de meios violentos” (Torjesen, 2013, p. 4, tradução minha).

A primeira aplicação da iniciativa ocorreu em 1992 no Uganda, através das Nações Unidas, com o objetivo principal de reintegrar ex-combatentes do país. Desde então, consta com cerca de 30 programas de reintegração em 20 países diferentes, tendo já assistido cerca de 232.000 ex-combatentes (Hart, 2023). De acordo com Derluyn et al. (2013) os estados por norma apenas têm envolvimento indireto ou parcial nos processos de reintegração. Uma vez que o fenómeno ex-combatentes tende a acontecer em países em situação de conflito, e como tal, devido aos conflitos, os estados encontram-se fragilizados e tendem a direccionar todos os seus recursos para a resolução do conflito, deixando a reintegração nas mãos das ONGs.

As Nações Unidas estabeleceram assim três elementos que consideram ser a chave para processos de reintegração de sucesso: “i) a necessidade de ligar a reintegração à dinâmica política, ii) a mudança para abordagens baseadas na comunidade, e iii) a importância estratégica das parcerias locais” (Hart, 2023, p. 207, tradução minha). Porém, segundo Nilsson (2005) mesmo com os mais recentes avanços nas pesquisas sobre reintegração, continuam a não existir teorias que respondam à chave de uma reintegração de sucesso. Havendo apenas, suposições do que pode levar a uma reintegração de êxito (Nilsson, 2005).

A falta de literatura nesta área é explicada pelo facto de a reintegração de ex-combatentes ter, até agora, despertado sobretudo o interesse dos decisores políticos e dos profissionais. Somente nos últimos anos é que os académicos demonstraram interesse no problema. Contudo, a crescente

atenção académica tem-se centrado principalmente no aspeto de segurança, por outras palavras, em como evitar que ex-combatentes se envolvam em diferentes ações violência. (Nilsson, 2005, p. 35, tradução minha).

Já Hart (2023) afirma que segundo a mais recente literatura no tema, é possível ditar que a reintegração de sucesso está relacionada com três tópicos:

Primeiro, os ex-combatentes passam de combatentes a civis; uma transformação de identidade social. Em segundo lugar, os antigos combatentes deixam de utilizar meios violentos e estar envolvidos em atividades culturais, políticas e económicas sancionadas pela comunidade; uma transformação comportamental. Finalmente, para uma reintegração bem-sucedida, os ex-combatentes devem aumentar a sua comunicação com as comunidades locais e reduzir o seu contacto com antigas redes de milícias. (Hart, 2023, p. 207, tradução minha).

No entanto, o mesmo concorda que tem existido pouca reflexão sobre reintegração como um conceito teórico. Existindo sobretudo pesquisas empíricas sobre o tema, o que faz com que este tenha tido pouco desenvolvimento desde o seu aparecimento pós-guerra fria. Ao longo dos anos, utilizaram-se cânones de vários campos distintos para melhorar a compreensão da reintegração, com teóricos a usarem cânones das ciências sociais, de campos como a criminologia e sociologia (Hart, 2023). Contudo, de acordo com Derluyn et al., (2013) embora os programas de reintegração de ex-combatentes tenham sido implementados por todo o globo, e a reintegração tenha ganho cada vez mais atenção, e consequentemente atraído cada vez mais pesquisa. Os estudos sobre as experiências pós-guerra da Serra Leoa e Libéria, continuam a dominar as pesquisas sobre o tema, com os restantes países onde a reintegração de ex combatentes toma lugar a serem pouco explorados (Derluyn et al., 2013).

Desta forma, para a compreensão da reintegração de CAFFAG no Sudão do Sul foram usados diversos relatórios de distintas organizações. Estes relatórios estão listados na bibliografia. Além disso, foram mencionados vários autores que abordam o tema. Entre os quais Ensor & Marisa (2013) com um dos estudos mais relevantes sobre o que define o sucesso do processo de reintegração de crianças, explorando as principais características desse processo, e identificando as etapas fundamentais para garantir uma reintegração efetiva. Haer (2017) já mencionado anteriormente e que semelhantemente a Ensor & Marisa (2013) aborda as etapas de DDR, porém, apontando as diferenças entre DDR de adultos e DDR de crianças. Estas diferenças incluem a não necessidade de apresentar uma arma para a participação no DDR, a falta de benefícios financeiros na desmobilização e sobretudo a sua estadia nos ICCs. Onde as crianças são colocadas antes da sua reintegração na sociedade, e recebem os mais variados apoios a nível psicossocial, de saúde, e entre outros. Com a família durante este período a ser rastreada e posteriormente sensibilizada para o retorno da criança (Haer, 2017). Adicionalmente, vale ressaltar que Haer (2017) discute a temática do género na reintegração na comunidade, e ressalta a imperativa

necessidade de levar em conta as funções desempenhadas pelas mulheres nos grupos, bem como as competências por elas adquiridas ao serem reintegradas na sociedade. Esta vertente tem sido negligenciada por outros autores e relatórios de organizações, porém merece a nossa total atenção. O argumento central é que as habilidades adquiridas por estas raparigas devem ser aplicadas em benefício da comunidade e assim construir um futuro promissor. Alertando também que nos grupos armados as raparigas desempenham diversos papéis, que não propriamente tem de estar envolvidos com tarefas domésticas ou responsabilidades de cuidados. No retorno, as raparigas podem apresentar comportamentos que não estão de acordo com as normas de género e valores sociais, o que pode ser influenciado por diversos fatores (Haer, 2017). Além dos autores mencionados anteriormente, outros dois autores acima citados, teóricos como Wessells (2009); Martz (2010); Jagroop (2023); Ager (2010); Mazurana et al. (2002); Coulter et al. (2008); Coulter (2017) e Yacob-Haliso & Falola (2021), entre outros, também foram utilizados para argumentar a importância das intervenções humanitárias em GAFFAG. Estas intervenções incluem programas de DDR, com foco em MHPPS (Mental Health and Psychosocial Support), proteção e segurança, educação, saúde sexual e reprodutiva e a reintegração social e comunitária.

Além dos relatórios das organizações e dos autores citados, também foram realizadas três entrevistas, com dois especialistas da United Nations Mission in South Sudan (UNICEF) e com o coordenador nacional para a libertação e reintegração de CAFFAG no Sudão do Sul. Essas entrevistas foram essenciais para enriquecer e complementar os argumentos e informações apresentados.

1.3. Lei Costumeira

Por muitas décadas, os teóricos avaliaram a lei costumeira africana com base em conceitos jurídicos ocidentais, negligenciando assim a importância da lei indígena africana. No entanto, os teóricos passaram a ampliar cada vez mais os seus horizontes, resultando no surgimento de novos estudos voltados para a compreensão do sistema de direito indígena africano. O que fez com que muitos passassem a interpretá-lo como um sistema distinto e independente do sistema ocidental (Badejogbin, 2022). Assim:

Diferentes pontos de vista sobre o direito costumeiro africano foram desenvolvidos por indivíduos, acadêmicos, e tribunais que lidam com estes costumes. Este retrocesso também afetou a forma como o direito costumeiro é interpretado e aplicado frequentemente pelos tribunais ocidentais. (Badejogbin, 2022, p. 253-253, tradução minha).

No Sudão do Sul, a lei costumeira é uma parte fundamental da sociedade, sendo que grande parte das disputas são resolvidas no tribunal costumeiro. A existência de uma ampla diversidade de tribos resulta em uma multiplicidade de costumes que, por sua vez, se manifestam, e esses costumes são refletidos nas leis costumeiras de cada tribo (Edward, 2014). Autores como Jok (2004) fazem menção à

aplicação destas leis, que por regularmente não estarem documentadas, deixam margem para interpretações. Interpretações essas feitas pelos chefes da comunidade e cidadãos mais velhos, do sexo masculino, logo frequentemente as mulheres encontram entraves na sua busca por justiça (Kane et al., 2016). Autores como Lacey (2013) e Caron (2021) indicam que os costumes existentes limitam o acesso das mulheres aos seus direitos fundamentais. Dando como exemplo questões como o impedimento das mulheres em possuir ou herdar propriedades imobiliárias como terrenos e casas, bem como as penas por casos de violação. Em ambos os casos, a constituição do Sudão do Sul e o tribunal costumeiro preveem ações distintas. Na questão da propriedade de terras, a constituição prevê que todos os cidadãos têm o direito de possuir e herdar terras, enquanto, o costume dita que as mulheres apenas têm direitos secundários aos terrenos. No que toca ao crime de abuso sexual, a constituição prevê uma pena de catorze anos, enquanto o costumeiro prevê o casamento entre ambos e o pagamento do preço de noiva à família da vítima. Desta forma, tanto Caron (2021) quanto Lacey (2013) concordam que as mulheres do Sudão do Sul veem-se presas entre dois sistemas jurídicos incompatíveis.

Práticas como o preço de noiva, a poliginia, os casamentos infantis, a herança de esposas e o levirato são amplamente difundidas nos dez grupos discutidos nesta dissertação. Ellsberg et al. (2021) são dos principais autores utilizados nesta dissertação para explicar as quatro práticas mencionadas e as suas implicações na segurança das mulheres. Ellsberg et al. (2021) são assim citados para esclarecer a prática de herança de esposas e levirato indicando que ambas têm impactos na vida da mulher, podendo impactar a sua condição social, com limitações a nível financeiro e de suporte social. Os mesmos são usados para explicar a prática do preço de noiva, uma prática de grande importância na economia do país. Indicam que se espera da mulher a preservação da sua virgindade até ao casamento, para a sua família receber o maior preço de noiva possível. Assim, as mulheres devem seguir determinadas regras como, não sair à rua sem permissão, não ter relações sexuais antes do casamento e entre outras (Ellsberg et al., 2021). Estas regras são impostas pelos homens da família (qualquer um que possa beneficiar do preço de noiva, irmãos ou tios), e são também estes que se asseguram que a mulher as segue. Caso a mesma infrinja alguma regra e consequentemente ponha em risco o preço de noiva, a violência física é usada como uma forma de disciplinar a mulher (Ellsberg et al., 2021). Na mesma nota, Ellsberg et al. (2021) apresentam mais duas questões ligadas ao preço de noiva que podem pôr em risco a segurança da mulher. Em primeiro lugar, o preço de noiva é muitas vezes encarado pelo noivo como um contrato de propriedade, quanto maior for o preço de noiva maior é a probabilidade do marido se sentir intitulado a controlar e disciplinar a esposa. Em segundo lugar, a permanência em relações abusivas, no caso de a mulher decidir deixar o marido, a família necessita pagar todo o preço de noiva de volta, o que faz com que grande parte das mulheres se mantenha em relações abusivas por receio e impossibilidade de voltar para a sua família. O aumento do preço de noiva é indicado como um fator contribuidor para a insegurança das mulheres, com autores como Sommers & Schwartz (2011), Taban (2013), Lacey (2013) e Hudson & Matfess (2017) a corroborarem esta afirmação. Pois os pais tendem a aceitar preços de noiva

elevados por raparigas cada vez mais jovens, havendo uma ligação direta entre o aumento do preço de noiva e o casamento infantil.

Quanto à implicação da formação no preço de noiva, dois dos autores citados sobre o tema, encontram-se em desacordo. Ellsberg et al. (2021) mencionam que uma rapariga com formação seria mais difícil de casar, e consequentemente receberia um preço de noiva mais baixo. Já Hudson & Matfess (2017) apontam para o oposto, referindo que uma rapariga com formação após o Acordo de Paz Abrangente (CPA) teve um aumento no preço de noiva comparativamente a raparigas sem formação (embora o aumento tenha sido geral) o preço para uma rapariga com formação rondaria 110 cabeças de gado e 30.000 libras sudanesas.

Segundo Ellsberg et al. (2021), o casamento infantil tem se tornado cada vez mais prevalente devido ao conflito em 2013. Esse evento deixou muitas famílias em uma situação económica precária, e diante dessas condições, olham para o casamento das filhas como uma das poucas soluções para obter renda. Madut (2020) é usado para fortificar este argumento, indicando que as condições de pobreza das famílias propiciam o casamento das filhas com homens mais velhos, que possam pagar um preço de noiva mais elevado, pondo as raparigas em risco tanto fisicamente quanto mentalmente. Madut (2020) é também utilizado para explicar a prática sul sudanesa de matrimónio, indicando que o casamento deixou de seguir a cultura tradicional, e o casamento forçado de raparigas a que assistimos hoje foi exacerbado pelo conflito e pobreza. Sendo que antes destes dois fatores, a rapariga só se encontrava pronta para casar após a sua primeira menstruação. No entanto, Madut (2020) aborda a questão da lei costumeira, enquanto Edward (2014) é mencionado para uma reflexão sobre a relação entre a lei costumeira e a ratificação da convenção dos direitos da criança, que estabelece a idade mínima para o casamento nos 18 anos. Contrastando, tanto com a lei costumeira quanto com a constituição do país, isto porque a definição de adulto no Sudão do Sul não é consensual e varia entre grupos étnicos.

Autores como Madut (2020) e Beswick (2001), abordaram a poligenia para explorar o impacto histórico e a influência desse fenómeno nos grupos do Sudão do Sul, em particular nos Dinka. E Ellsberg et al. (2021) foram mais uma vez citados para argumentar as razões atuais para a aquisição de uma nova esposa, as condições a que estas têm direito (como ter a sua própria casa ou quarto) e as mudanças ocorridas desde o agravamento do conflito em 2013. As famílias poligénicas foram obrigadas a residir nos centros de proteção de civis (PoC), o que resultou na convivência de todas as esposas em um espaço reduzido. Isso contrariou a norma de independência e privacidade dada a cada mulher na família poligénica, indo contra a sua cultura (Ellsberg, 2021).

1.4. O Papel da Mulher no Sudão do Sul

Até recentemente, a ausência de mulheres nos relatos históricos era especialmente flagrante. Os investigadores em estudos do Sudão só gradualmente se tornaram atentos aos papéis das

mulheres na sociedade e na história, ajudando assim a mitigar o androcentrismo dos estudos do passado (...) poucos trabalhos históricos captam as diversas trajetórias e transformações das experiências das mulheres na história moderna do Sudão, a sua mudança de papéis sociais ou a sua contribuição política e profissional (Sharkey et al., 2015, p. 7, tradução minha).

Esta dissertação explora o importante papel que as mulheres desempenham na sociedade sul sudanesa. Diversos autores têm trabalhado nesse tema, destacando-se alguns como Kane et al. (2016), Ellsberg et al. (2021), e Ensor & Marisa (2022). Kane et al. (2016) introduzem a representação das mulheres inicialmente como secundária e subordinada, contrastando com o argumento apresentado por Sharkey et al (2015). No primeiro caso, Kane et al. (2016) não abordam os progressos alcançados pelas mulheres sul sudanesas, e as mulheres são caracterizadas como donas de casa, enquanto os homens são descritos como responsável pelas decisões da família e comunidade, negócios, política, sustento do lar e participação nas guerras (Kane et al., 2016). De acordo com Edwards (2016) a desigualdade que permeia a sociedade do sul do Sudão hoje é resultado de diversos processos históricos, sociais e políticos. É importante ressaltar que grande parte da sua cultura e das normas dessa sociedade foram intensamente influenciadas por culturas externas, tais como: “Europeus, Árabes, do Médio Oriente e outras culturas africanas.” (Nilsson, 2013, p. 14, tradução minha). Considerando a desigualdade de gênero presente nesta sociedade, Scott et al. (2013) e Ellsberg et al. (2021) constataram um padrão de violência baseada no gênero (GBV) e alta tolerância em relação a esse problema. “Durante as crises humanitárias, a GBV aumenta devido à aceitação da violência contra as mulheres nas comunidades, ao colapso da lei e da ordem, ao uso da GBV como arma de guerra e à polarização dos papéis de gênero” (Scott et al., 2013, p. 2, tradução minha). Tanto no estudo de Scott et al. (2013) quanto no artigo de Ellsberg et al. (2021), a violência doméstica e as relações sexuais forçadas no matrimônio são tratadas com naturalidade. O uso da violência é encarado como um meio de disciplinar as mulheres, normalizada por ambos os gêneros.

No entanto, o estudo de Kane et al. (2016), mencionados anteriormente, exploram aspetos além do que foi abordado inicialmente, sobre os papéis tradicionalmente desempenhados pelas mulheres. Estes afirmam que cada vez mais as mulheres desafiam as normas da sociedade, dando o planejamento familiar como um exemplo. Tradicionalmente, a responsabilidade pelo planejamento familiar está a cargo dos homens. Todavia, atualmente, as mulheres têm assumido cada vez mais controle sobre as questões reprodutivas. Analisa-se com cada vez mais frequência as mulheres a fazerem uso de contraceptivos, mesmo quando isso vai contra a opinião do marido. Além de as mulheres exprimirem a vontade de não terem mais filhos, algo que até aqui era apenas decidido pelos maridos. Kane et al. (2016) constam também que a mudança tem sido observada não só na mulher, como na sociedade, com cada vez mais casais a fazerem escolhas conjuntas quanto ao planejamento familiar, e a vocalizarem a importância da participação das mulheres nestas questões. Diversos autores, incluindo Ensor & Marisa (2022), têm

observado e ressaltado como as mulheres sul sudanesas estão a desafiar corajosamente as normas estabelecidas. Ocupando trabalhos fora de casa que seriam entendidos como “trabalhos de homens”, proporcionando sustento para as suas famílias e cuidando do lar. Por outro lado, estas mulheres têm contribuído para a paz e segurança do país, trabalhando como negociadoras, com um papel fundamental para o acordo de paz de 2018, e para o aumento da cota de representação feminina para 35% (Ensor & Marisa, 2022). Além disso, as raparigas desempenham um papel ativo na guerra. Nos grupos armados as raparigas não estão limitadas apenas aos papéis pré-determinados de cada género. Pelo contrário, estas ocupam uma ampla variedade de posições como revelado por Kioko (2008).

Metodologia da Pesquisa

2.1. Design de Pesquisa

No presente estudo, foram principalmente utilizadas fontes de literatura secundária provenientes de organizações renomadas, como o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a World Vision. Estas organizações, com longa trajetória de atuação, realizaram extensivos trabalhos de campo com crianças envolvidas em grupos armados e forças armadas (CAFFAG) na região do Sudão do Sul. Adicionalmente foi também conduzido um estudo qualitativo de pequena dimensão, com entrevistas semiestruturadas via *zoom* onde participaram três especialistas em CAFFAG.

2.2. Amostragem

O foco desta pesquisa recai sobre o impacto do género na reintegração de crianças associadas a grupos armados e forças armadas. Em virtude dessas circunstâncias, era essencial obter uma amostra minuciosa que incluísse técnicos altamente experientes, com amplo historial de trabalho tanto com raparigas quanto com rapazes. No entanto, devido ao estudo ser realizado à distância e ao acesso limitado aos técnicos, foi necessário adotar uma abordagem flexível. Assim, foi decidido que seria utilizada a técnica não probabilística, utilizando a amostragem intencional e bola de neve.

Uma vez que este estudo é na sua grande parte literatura secundária, a amostra é de pequena escala, com três entrevistas. Após ser realizada uma pesquisa criteriosa de organizações e indivíduos que preenchessem todos os critérios necessários, como possuir anos comprovados de experiência no trato com crianças associadas a grupos armados e forças armadas na região do Sudão do Sul, foram enviados diversos emails. Depois da resposta ser obtida, foi explicado o objetivo do estudo e a intenção de realizar uma entrevista. Após a confirmação de participação, era previamente enviado um guião com as perguntas que fariam parte da entrevista. A amostra resultou em três especialistas altamente qualificados em CAFFAG, cada um com pelo menos oito anos de experiência na área. Dois técnicos da UNICEF, que trabalham na administração central Juba, onde se tomam decisões sobre políticas humanitárias e financiamento de projetos locais. E o coordenador nacional para a libertação e reintegração de CAFFAG no Sudão do Sul, que trabalha em Juba com o governo do Sudão do Sul e com a comissão de DDR. Estes indivíduos foram considerados fundamentais para este estudo devido ao trabalho desenvolvido pelos mesmos com CAFFAG no Sudão do Sul. Essa informação foi obtida através de uma pesquisa online, análise de websites da organização e *networking*. Durante todas as entrevistas, todos os detalhes do projeto foram minuciosamente explicados, e a participação foi estritamente voluntária.

2.3. Recolha de Dados

Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas, uma com cada participante de forma individual. Assim, todos os participantes responderam às mesmas perguntas, e quando necessário, foram feitas perguntas de acompanhamento. As entrevistas foram realizadas via *zoom*, devido à distância entre as partes. O dia e horário das entrevistas foram acordados previamente via email, e cada entrevista teve uma duração estimada de uma hora, sendo conduzidas em inglês.

O guião de entrevistas³ foi estruturado com dezanove perguntas abertas. O guião foi cuidadosamente elaborado, dando destaque à relevância do género e o seu papel fundamental na reintegração das crianças associadas a grupos armados e forças armadas na região do Sudão do Sul. As entrevistas foram realizadas via *zoom*, sendo a primeira em 1º de dezembro de 2022, a segunda em 3 de dezembro do mesmo ano e a terceira entrevista novamente via *zoom* em 5 de dezembro de 2022. Conforme mencionado anteriormente, as três entrevistas foram semiestruturadas, o que possibilitou a inclusão de perguntas complementares. Cada entrevista teve uma duração de aproximadamente 1 hora a 1 hora e 20 minutos.

Devido à pequena escala de entrevistas, as três gravações foram transcritas pela autora manualmente, sem o uso de qualquer programa auxiliar, devido à limitada quantidade de participantes. Após a transcrição os dados foram divididos em temas gerais. Segundo Bryman (2001), a análise temática é comumente utilizada na análise qualitativa dos dados, e possibilita-nos identificar e analisar os temas nas transcrições. Assim, após uma análise detalhada aos temas amplos, foram encontrados os subtemas utilizados neste estudo.

Tabela 1: Divisão entre temas amplos e subtemas

Temas Amplos	Subtemas
CAFFAG	● Recrutamento ● Tarefas ● Reintegração
GAFFAG	● Reintegração ● Necessidades
Comunidade	● Papel ● Estigma

³ Anexo A)

2.4. Ética da Pesquisa

Os participantes do estudo receberam um email de apresentação antes das entrevistas serem agendadas. Nesse email, constavam os nomes e contactos dos envolvidos no projeto, além de uma breve apresentação e uma explicação sobre o tema e objetivo do estudo. Após a sua concordância em participar, foi-lhes enviado um termo de consentimento informado para assegurar a confidencialidade dos entrevistados, devido à temática sensível. Os participantes foram previamente informados de que as entrevistas seriam gravadas, e o seu consentimento foi novamente obtido no dia da entrevista oralmente. Adicionalmente, após a transcrição das entrevistas, as mesmas foram enviadas para os participantes para a sua aprovação.

Conforme mencionado anteriormente, o termo de consentimento informado foi utilizado neste estudo e devidamente assinado antes das entrevistas. Os três participantes foram anonimizados e referidos como especialistas da UNICEF, e coordenador nacional para a libertação e reintegração de CAFFAG no Sudão do Sul. Os três termos foram escolhidos por eles mesmos.

2.5. Limitações

Devido à instabilidade que assola o país, a possibilidade de trabalho de campo ficou eliminada à partida. Pois não existiam garantias de segurança, o que criou obstáculos significativos para entrar em contacto com técnicos que trabalham com crianças associadas a grupos armados e forças armadas. Esses obstáculos tiveram como resultado uma amostra reduzida. As entrevistas foram conduzidas por meio do aplicativo *zoom*, o que se tornou um desafio adicional devido à conexão de internet de baixa qualidade, resultando em frequentes interrupções e falhas. O estudo realizado não pode ser considerado uma representação abrangente da visão dos técnicos que trabalham em projetos de CAFFAG, sobre como o género afeta a reintegração de crianças associadas a grupos armados e forças armadas na região do Sudão do Sul, devido ao baixo número de participantes. No entanto, é importante destacar que o objetivo desta pesquisa não era generalizar, mas sim analisar com o género afeta a reintegração de CAFFAG.

O acesso a dados sobre crianças do sexo feminino associadas a grupos armados e forças armadas foi uma limitação. Enquanto havia abundância de dados sobre crianças do sexo masculino, os dados disponíveis sobre crianças do sexo feminino eram extremamente limitados e de difícil obtenção.

Caso este estudo fosse efetuado novamente, expandiríamos a amostra para incluir um número maior de participantes, incluindo técnicos especializados que atuam em várias regiões do Sudão do Sul. Dessa forma, poderíamos agregar uma diversidade de conhecimento e experiências valiosas para o estudo. Esta dissertação representa, todavia, uma primeira abordagem ao tema e ao assunto, servindo como fundação para futuras investigações mais aprofundadas.

Sudão do Sul

3.1. Contexto Histórico

O Sudão do Sul é uma república localizada no coração de África, partilhando fronteiras com a República Centro Africana, República Democrática do Congo, Uganda, Quênia e Sudão como se pode verificar no anexo B). De acordo com dados do Banco Mundial de 2021, estima-se que a população seja de aproximadamente 10,75 milhões de pessoas (World Bank, 2021). No país, existem diversos grupos étnicos que se dividem em: Nilohamitas; Nilóticos; Bantu e grupos étnicos sudaneses (Wassara, 2007). Existem várias tribos que se enquadram nesses grupos, incluindo Dinka, que representa 35% da população, Nuer, que representa 15% da população, e também os Bari, Azande e Shilluk, que somam cerca de 8% da população. Esses são os maiores grupos étnicos da região (Malok, 2013). A sociedade do sul do Sudão está organizada em:

Círculos normalmente reunidos ao longo de linhas étnicas caracterizadas por herança e linhagem comuns, cultura, língua e territórios geográficos distintos. Às vezes, estes grupos fragmentam-se ainda mais ao longo das linhagens, muitas vezes como patrilineares na forma de clãs ou SUB clãs. (Awolich, 2015, p. 13, tradução minha).

A população concentra-se principalmente em áreas rurais e está altamente exposta a eventos climáticos extremos, como enchentes e secas severas. Mesmo com a sua abundante riqueza de petróleo, a pobreza é notória, visto que o seu PIB registou apenas 12 bilhões de dólares em 2015 (World Bank, 2015). De acordo com Catley (2018) nestas zonas rurais a principal forma de subsistência é a atividade pecuária, com o gado como principal ativo financeiro das famílias. Essencial para a alimentação, comércio, e outras necessidades domésticas da comunidade. Desta forma, mesmo nas regiões onde a principal atividade é a pastoral ou agrária, o gado continua a ser essencial para a vida da população.

Conforme Nyaba (2019) o Sudão do Sul, que conhecemos atualmente fez parte do Sudão anglo egípcio, o qual durou até 1955 sob a ocupação conjunta do Egito e da Grã-Bretanha. Durante o período colonial o Norte e o Sul foram separados por restrições, o que resultou no desenvolvimento de culturas distintas. O Norte era predominantemente influenciado pela cultura árabe e muçulmana, enquanto o Sul não possuía essa influência. O sul do Sudão viu-se negligenciado durante este período e poucos foram os desenvolvimentos a nível social e económico na região. A administração britânica isolou a parte sul do Sudão, instaurando a “política das províncias do sul” que ditava uma administração distinta do restante Sudão para as províncias: Equatoria, Upper Nile e Bahr el Ghazal. Esta negligência levou a que a administração britânica deixasse para os missionários cristãos a educação no Sudão do Sul. Estes ofereciam uma educação bastante limitada e estandardizada, formando professores para as aldeias,

contabilistas, secretários e em geral, profissionais que servissem as necessidades da administração colonial. Instaurando em simultâneo uma imagem negativa do norte do Sudão, árabes e religião islâmica (Nyaba, 2019). Já no norte do Sudão a proximidade ao Médio Oriente e Egipto permitiu que a população acesse a educação mais moderna, até ao nível universitário. A sua proximidade ao islamismo permitiu-lhes um maior conhecimento a nível político e social, que mais tarde pavimentou o caminho para o movimento nacionalista anticolonial (Nyaba, 2019). Esta desigualdade criada a nível económico e social entre as duas regiões, fez com que posteriormente houvesse uma disparidade de poderes no governo sudanês, o que levou à guerra de 1956 - 2005 (Lin, 2018).

A região como um todo conquista a sua independência do Sudão em 1956, e foi palco de duas guerras civis entre o Norte e o Sul, nos períodos de 1956 a 1972 e 1983 a 2005. Em 2005, o Movimento de Libertação Popular do Sudão (SPLM) e o governo semiautónomo do Sudão do Sul (GoSS), assinaram o histórico Comprehensive Peace Agreement (CPA), com o objetivo de encerrar um conflito que durou 22 anos entre as duas partes. Além disso, o acordo visava estabelecer um governo democrático, garantir a distribuição justa das receitas do petróleo e determinar um prazo para a realização de um referendo de independência (Agwanda & Asal, 2020). A 9 de julho de 2011, após 20 anos de guerra civil, votou-se a favor da independência e o Sudão do Sul passou a ser considerado um dos estados mais recentes do mundo. Além de perder 75% das suas reservas de petróleo, o Sudão do Sul também assumia a responsabilidade de administrar um país subdesenvolvido, com infraestruturas precárias e desafios de segurança (Agwanda & Asal, 2020).

Em julho de 2011, a resolução 1996 (2011) foi aprovada, marcando o início da importante missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS). O seu propósito é garantir a proteção dos civis, estabelecer condições propícias ao desenvolvimento, apoiar a assistência humanitária, promover a paz e investigar violações dos direitos humanos. Mais de 20.000 *peacekeepers* participaram na missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (Nações Unidas, 2023). No entanto, mesmo após o ano de 2011, o Sudão do Sul continuou a enfrentar diversos desafios. O estado revelou a sua ineficácia em garantir a proteção e o cumprimento da lei, diante dos contínuos conflitos entre milícias étnicas e tribais pela posse de terras e recursos hídricos (Lacher, 2012). Segundo Knopf (2014) a violência perpetrada pela SPLA/M e a corrupção têm minado a confiança dos cidadãos no estado. “Além disso, há a falta de mecanismos institucionais de fiscalização e controlo que permitam gerir eficazmente as relações estado-sociedade e atenuar as tensões” (Knopf, 2014, p. 7, tradução minha).

A paz não durou muito, apenas dois anos após a independência, um conflito civil de ordem política eclodiu, quando o presidente Salva Kiir Mayardit acusou o vice-presidente Riek Machar de conspirar para dar um golpe de estado. A guerra civil de 2013 começou a colocar a população entre facções rebeldes e forças do governo (Bash, 2022). A instabilidade política resultou em um aumento da violência entre os grupos étnicos existentes, com os Nuer e os Dinka a realizar ataques de grande

proporção uns contra os outros. A guarda presidencial dos Dinka iniciou operações de busca em todas as residências, eliminando todos os Nuer que encontraram, quer fossem soldados ou civis. A brutalidade dessas ações forçou milhares de civis a buscar abrigo desesperadamente nas bases de manutenção de paz das Nações Unidas (Bash, 2022). O país enfrentou uma série de violações de direitos humanos, incluindo crimes de guerra, genocídio e destruição generalizada. Tanto as propriedades quanto as infraestruturas públicas foram arrasadas, deixando um rastro de caos e dor. Além disso, crianças e mulheres, sofreram um nível alarmante de violência. A situação foi ainda agravada pelo recrutamento forçado de crianças (Agwanda & Asal, 2020). Segundo a UNHCR (2022) em 2022 o Sudão do Sul contava com 2 milhões de internamente deslocados, e 2,3 milhões de refugiados nos países vizinhos. A UNICEF (2023) estima que haja cerca de 19 mil crianças com menos de 18 anos envolvidas em grupos armados e forças armadas.

Ao longo do tempo, a comunidade internacional tem se empenhado em mobilizar recursos humanitários, de manutenção da paz e diplomáticos com o objetivo de proteger a população e promover o fim do conflito. Em maio de 2014 o Conselho de Segurança tomou uma importante decisão ao aprovar a resolução 2155 (2014), na qual reforça a missão da UNMISS e redireciona os seus esforços para a monitorização dos direitos humanos, entrega e apoio de assistência humanitária, implementação do acordo de cessação das hostilidades e proteção dos civis (Nações Unidas, 2023). Ao longo dos anos, a comunidade internacional tem persistido em exercer pressão para alcançar uma resolução pacífica. Em 2018, ocorreu um marco crucial, com a implementação de um cessar-fogo, e um acordo de partilha entre as partes envolvidas no conflito. No entanto, no ano seguinte, surgiram novos conflitos, entre o exército sul sudanês e o grupo rebelde Frente Nacional de Salvação, que por sua vez, não havia assinado o acordo de 2018. Apesar do cessar-fogo se manter e o conflito entre as forças do presidente Salva Kiir e Riek Machar ter chegado ao fim, infelizmente, a violência persiste entre as forças governamentais, rebeldes e também nas comunidades (Agwanda & Asal, 2020).

3.1.1. Contexto Humanitário

Durante a primeira guerra civil ocorreram diversas intervenções humanitárias, efetuadas por organizações não governamentais. A participação das Nações Unidas foi essencial para liderar as operações e outros atores não governamentais, como a operação *lifeline Sudan*⁴. Durante as renegociações de paz, as Nações Unidas voltaram a desempenhar um papel fundamental, que em conjunto com o Banco Mundial, governo do Sudão, e SPLM conduziram uma missão de avaliação conjunta intitulada Missão Conjunta de Avaliação (JAM). Que pretendia perceber as necessidades pós conflito do Sudão do Sul (Davies et al., 2011). Contudo, a intervenção humanitária realizada no Sudão

⁴ Operação criada em 1989 entre Nações Unidas, programa mundial de alimentação e 35 ONGs para prestar assistência humanitária no Sudão do Sul. Esta operação entrou em vigor após as Nações Unidas negociarem com o governo do Sudão e o Exército Popular de Libertação do Sudão permitindo a assistência humanitária a todos os civis, sem qualquer discriminação.

do Sul têm sido alvo de severas críticas. D'Agoot et al. (2018) menciona a legitimação de atores estatais e não estatais por parte de atores humanitários, que acaba por minar as responsabilidades do estado para com os cidadãos, as relações conturbadas entre estado e atores humanitários, devido à percepção de que os atores humanitários não respeitam a autoridade do estado, e por fim a interferência na coesão social que tanto pode ter implicações negativas quanto positivas.

O terceiro setor continua a ocupar um papel de grande magnitude no Sudão do Sul, até aos dias que correm. O país está considerado um cenário de: conflito de alta intensidade, uma categoria analítica que define:

Momentos de uma crise prolongada em que ocorrem conflitos violentos generalizados, deixando mais de 1000 vítimas por ano. Nestes cenários, a fragilidade do estado é geralmente elevada e a capacidade das autoridades locais e nacionais para manterem o controlo sobre vastas regiões do território é mínima ou ineficaz. (Mena & Hilhorst, 2022, p. 4, tradução minha).

Desta forma o terceiro setor passou a funcionar como um substituto do estado, assumindo determinadas responsabilidades e funções que deviam ser realizadas pelo mesmo. (Riehl, 2001). Em 2022, o “index de failed state”⁵ colocou o Sudão do Sul na quarta pior posição, número 108.4 com apenas três países em pior *ranking*: Síria, Somália e Iémen.

O continuado conflito e os desastres naturais a que está exposto o Sudão do Sul, faz com que o mesmo se encontre numa crise humanitária com milhões de civis a necessitar de ajuda humanitária. As Nações Unidas constam que 8,9 milhões de pessoas necessitem dessa ajuda (Nações Unidas, 2022). Devido aos fatores acima mencionados e à falta de investimento, os serviços básicos existentes são poucos e os presentes encontram-se nos grandes centros. As zonas rurais vêm-se sem serviços básicos, sendo as estradas também de difícil acesso ou intransitáveis. Conforme o coordenador para a libertação e reintegração de CAFFAG no Sudão do Sul. “No Sudão do Sul, a rede rodoviária é muito pobre, mesmo para apenas 20 km, pode ser necessário voar” (5 de dezembro, 2022, tradução minha), os hospitais e escolas são infraestruturas que raramente existem nas zonas rurais, logo o seu acesso é muito limitado e as poucas infraestruturas em funcionamento são sobretudo apoiadas por organizações humanitárias. Pelo menos 2,4 milhões de crianças estão estimadas não frequentarem a escola, e pelo menos 1,4 milhões de crianças sofrem de desnutrição aguda (OCHA, 2021, p. 2).

A prestação de ação humanitária nesta região é bastante desafiante, devido ao conflito, desastres naturais e situações como “violência recorrente, interferência operacional, negação de acesso em postos de controle, tributação ilegal e demanda por documentação adicional desnecessária.” (OCHA, 2021, p.

⁵ Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/2022/07/13/fragile-states-index-2022-annual-report/>

3, tradução minha). Além disso, segundo a OCHA (2021), há um crescimento preocupante da criminalidade, com um aumento significativo nos ataques às infraestruturas humanitárias e furtos de materiais destinados à ajuda humanitária.

De acordo com um estudo realizado por Mutasa & Virk (2017), em 2017 havia um impressionante número de mais de 5.000 ONGs devidamente registradas no Sudão do Sul. No entanto, esta região enfrenta desafios complexos no que diz respeito à assistência humanitária. O conflito persistente, os desastres naturais e a constante demanda por recursos e financiamentos tornam a tarefa extremamente desafiadora. Atualmente, há onze agências diferentes das Nações Unidas a trabalhar no Sudão do Sul. Além disso, várias organizações não governamentais internacionais, como a Word Vision, a Médicos Sem Fronteiras e Save The Children, também oferecem serviços no país.

3.2. Visão Geral de Grupos Armados Mais Relevantes no Sudão do Sul

Segundo Wheeler (2015) o recrutamento de crianças como soldados por parte de grupos armados no Sudão do Sul não é um fenómeno recente. Na verdade, essa prática começou antes mesmo da independência do país, durante a guerra que ocorreu entre 1983 a 2005. A SPLA, força militar oficial do governo atualmente, utilizou crianças nas linhas da frente durante esse período. De acordo com Kioko (2008) o período de recrutamento foi chamado de Akasha⁶. Durante esse período, a SPLA emitia diretrizes para determinar o número de soldados necessários, obrigando cada área a fornecer soldados proporcionalmente à sua população. Os adultos com prévio conhecimento desta diretriz, no momento da recruta escondiam-se ou fugiam. Isso forçava os líderes da comunidade a entregar crianças para completar o número de soldados necessário (Kioko, 2008). Além disso, a falta de infraestruturas e a pobreza também eram fatores que contribuíam para o recrutamento de menores. Devido à falta de acesso à educação por parte de muitas crianças e à falta de ocupação, por os pais não possuírem gado para estes cuidarem, as crianças encontravam-se sozinhas e entediadas no centro das vilas e aldeias. Nesse cenário, estes eram cercados por militares que selecionavam as vítimas e as levavam para acampamentos militares. A partir de 2013, tanto grupos armados quanto forças armadas começaram a recrutar e usar crianças de forma intensiva. Anteriormente, esse recrutamento era realizado pela SPLA e por grupos residuais para conflitos locais de menor dimensão (Kioko, 2008). Njuguna (2016), complementa indicando que os comandantes veem no uso de crianças uma série de benefícios, como a sua capacidade de fácil aprendizagem, o fácil descarte, e acima de tudo, o facto de que estas não representam uma ameaça ao seu poder. Além disso, as crianças são facilmente manipuláveis, mais fáceis de serem controladas e simples de serem usadas no campo de batalha. Por fim tem o potencial de ser a “carta da piedade” (espera-se que os inimigos se sintam moralmente desmotivados ao enfrentar uma criança). Segundo o mais recente relatório das Nações Unidas, nos últimos quatro anos, houve um alarmante

⁶ Uma palavra do vocabulário Dinka que explicava a prática de recruta de soldados junto das aldeias.

recrutamento de 182 crianças (174 rapazes e 8 raparigas) com idades compreendidas entre 9 e 17 anos. Tanto o Exército de Libertação do Povo do Sudão na Oposição (SPLA-IO) quanto a Força Defensiva das Pessoas do Sudão do Sul (SSPDF) foram responsáveis pelo maior número de recrutamentos e uso dessas crianças (Nações Unidas, 2023).

Foi elaborada uma lista abrangente dos principais grupos armados que atuam na região do Sudão do Sul, a fim de proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre a sua presença e impacto na área. Tal irá facilitar a leitura dos próximos capítulos.

3.3.1. O Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLA)

Fundado em 1983, o exército de libertação do povo do Sudão surgiu com o objetivo audacioso de derrubar o governo vigente e estabelecer uma verdadeira democracia (Bach, 2022). A SPLA incluiu soldados de diversas origens étnicas, sendo os Dinka o grupo étnico predominante (Van, 2000). A SPLA desempenhou um papel crucial na maioria da segunda guerra civil do Sudão até 2005, quando o CPA surgiu, abrindo caminho para o referendo de 2011. A SPLA sempre esteve na vanguarda da luta pela independência, contando com milhares de crianças e adultos a combater nas linhas da frente (Bach, 2022).

Em 2000, houve uma reunião entre Carol Bellamy, na época diretora-executiva da UNICEF e os líderes da SPLA. Esta reunião representou um esforço pioneiro em larga escala para acabar com o uso de CAFFAG. Foi registado aqui o compromisso inabalável da SPLA em desmobilizar todos os soldados com menos de 18 anos, e pôr fim a qualquer recrutamento de crianças (Hamberg, 2013). Em consonância com essa determinação, no ano em questão, um número expressivo de aproximadamente 3.500 CAFFAG foram efetivamente desmobilizadas pela SPLA (UNICEF, 2001). Desde então, houve mais casos de libertações de crianças, sendo que a última ocorrência foi registada em 2018, quando foram libertadas 104 crianças, 48 delas do sexo feminino (UNICEF, 2019).

3.3.2. Milícia Shilluk

A milícia Shilluk surgiu em 2010, liderada por Robert Gwang, um membro da etnia Shilluk. Gwang organizou a milícia com o objetivo de enfrentar a SPLA, devido à devastação de propriedades e à construção de edifícios e escolas para os Dinka. A rebelião durou até agosto de 2010, quando Robert aceitou um acordo de paz que encerrou o seu controle sobre a milícia. No entanto, logo foi sucedido por dois comandantes: Ayok Ogat do Norte de Shilluk e Olonyi do Sul de Shilluk, que permaneceram no comando até 2013. Ambos inicialmente lutavam pelas mesmas razões (Craze, 2019).

Em 2013, ambos os comandantes aceitaram um acordo da Amnistia com apenas alguns meses de intervalo. Apesar de esperarem pela sua incorporação à SPLA, as tropas de Olonyi sentiram-se desprezadas e nunca chegaram a ser integradas, devido ao acordo feito entre Machar e Kiir no mesmo

ano. Posteriormente, estas tropas adquiririam o nome de Agwelek, formadas por aproximadamente 3.000 soldados que começaram a combater a SPLA-IO (Craze, 2019). Segundo (Wheeler, 2015) o grupo tornou-se conhecido não só pela recruta de adultos, mas também por recrutar crianças.

3.3.3 Exército de Libertação do Povo do Sudão na Oposição (SPLA-IO)

Segundo Wheeler (2015) a SPLA-IO é um grupo armado que se opõe ao governo do Sudão do Sul e surgiu da separação da SPLM, em 2013. O grupo é principalmente composto pela etnia Nuer e surgiu após o massacre dos Nuer em 2013 (Madut, 2020). Liderado por Riek Machar, o grupo utilizou crianças de forma intensiva nas frentes da batalha (Wheeler, 2015).

Em 2020, Pramila Patten representante especial do secretário-geral para a violência sexual em conflitos, deu as boas-vindas a 78 mulheres e 50 crianças que foram libertadas pela SPLA-IO. Tal sucede-se após Riek Machar emitir uma ordem de libertação de todas as mulheres e crianças detidas nas bases militares do grupo armado (Nações Unidas, 2020).

3.3.4. Grupo de Exército Branco

No ano de 1991, ocorreu uma divisão na SPLA, resultando em várias facções distintas. Dentre elas emergiu o exército branco, composto maioritariamente pelos grupos étnicos Jikany e Lou Nuer. Vários jovens uniram-se a este grupo militar com a aspiração de proteger a sua comunidade. Os menores, contudo, não foram deixados de parte e um inúmero grupo de crianças acompanha o exército branco (Wheeler, 2015).

Este grupo ganhou notoriedade por vários ataques realizados, especialmente pelo ataque liderado por Dr. Marchar, que mobilizou aproximadamente 30.000 soldados do exército branco para atingir a área de John Garang de forma letal. As consequências desse ataque foram devastadoras, resultando no desalojamento de inúmeros civis. Levando a que John Garang retribuísse com um ataque sobre as áreas controladas pelos Nuer (Craze, 2019).

3.3.5. Movimento Democrático do Sudão do Sul/ Fação Exército-Cobra

Após a campanha de desarmamento levada a cabo pelo governo em 2012, a tribo Murle viu-se vulnerável aos ataques das forças do governo. David Yau Yau inicia a sua jornada para obter um amplo apoio, convencendo milhares de pessoas de etnia Murle a se unirem a ele e formarem a facção Cobra. A facção de Yau Yau era formada por vários adultos e crianças, que se uniram a esse grupo não apenas por temerem as forças do governo, mas também movidos pela sede de vingança diante dos homicídios e violações cometidos na comunidade (Wheeler, 2015).

Até 2014 a tribo Murle sofreu inúmeras violações por parte da SPLA, devido à presunção de que os civis de etnia Murle seriam apoiantes de Yau Yau. Em maio de 2014, a Fação Cobra assinou um acordo de paz com o governo, pondo fim à disputa entre ambos. No entanto, somente a partir de 2015 é

que as CAFFAG começam a receber atenção. No mesmo ano Yau Yau libertou 1.755 menores com a ajuda da comissão de desarmamento, desmobilização e reintegração do Sudão do Sul (SSDDRC). A maioria dessas crianças eram rapazes, os quais foram posteriormente reintegrados pela UNICEF.

Questões Sociais e de Género

4.1. Planeamento Familiar

Foi conduzido um estudo pela equipa de pesquisadores (Kane et al., 2016) em Bahr El Ghazal Ocidental (Wbeg), que explorou as normas sociais e as escolhas relativas ao planeamento familiar dentro da minoria étnica Fertit. Para os respondentes ter filhos é de extrema importância, e por essa razão veem como dever da mulher a gestação de filhos. As gerações mais antigas afirmaram mesmo que é desejado o maior número de filhos possível. Kane et al (2016) afirmam que, tanto nesta etnia quanto em outras, a norma social em relação ao casamento é a união com objetivo de ter filhos, para que estes possam assumir o lugar dos familiares falecidos. Assim como os autores do estudo elaborado em WBeg também Madut (2020) enfatiza a importância do casamento e da reprodução de filhos na sociedade sul sudanesa “A noção de casamento é construída em torno de ter filhos e da sustentabilidade da família, do clã e da tribo em geral. Famílias que têm filhos, principalmente rapazes, têm um lugar especial e são mais valorizadas do que aquelas que não têm filhos” (Madut, 2020, p. 5, tradução minha).

Em razão dessa norma, as mulheres são submetidas a uma imensa pressão para procriar. Se não tiverem filhos, correm o risco de enfrentar desaprovação social, ostracismo e serem vistas como indesejadas pela sua inabilidade de reproduzir. As mulheres raramente têm autonomia para decidir sobre os seus próprios corpos e gestações. Essa responsabilidade é frequentemente deixada nas mãos dos homens “Os três líderes comunitários entrevistados eram da opinião de que o homem deveria decidir e decide sobre todos os assuntos relacionados com a reprodução no agregado familiar.” (Kane et al., 2016, p. 11, tradução minha). Da mesma forma, os homens também enfrentam uma pressão similar quando se trata de ter filhos. O homem deve ter o maior número de filhos possível. Caso contrário, correm o risco de enfrentar não apenas estereótipos e ridicularização por parte da comunidade, mas até mesmo a perda de um parceiro, que poderá procurar outro homem (Kane et al., 2016). Na sociedade sul sudanesa, a mulher está pronta para se casar quando se torna capaz de reproduzir, e esse marco é assinalado pelo início da sua primeira menstruação. No caso dos homens, a capacidade de prover para a sua família é uma indicação clara da sua disponibilidade. Apesar de ser legalmente estabelecido que o casamento só é permitido a partir dos 18 anos, a verdade é que a idade não é considerada um requisito para o matrimónio pelas diferentes etnias presentes no país (Madut, 2020).

No entanto, cada vez mais pessoas estão a desafiar essas normas e há uma mudança de mentalidade em relação ao planeamento familiar. Segundo Kane et al. (2016), os jovens estão cada vez

mais conscientes da importância de investir na educação das crianças, rompendo com a ideia de que as crianças são apenas um par extra de mãos para auxiliar nas tarefas. No contexto do Sudão do Sul, as escolas representam um custo adicional para os pais. Por isso, estes reconhecem os benefícios de utilizar métodos contraceptivos para poderem gerir o número de filhos, proporcionando assim a possibilidade de arcar com as despesas educacionais das crianças. Apesar dos líderes comunitários entrevistados por Kane et al. (2016) afirmarem que o homem é quem decide sobre todos os assuntos do lar, incluindo a reprodução, é notável uma crescente participação das mulheres nessa questão. A comunidade Fertit encontra-se no processo de formulação de uma nova normalidade. Onde a mulher toma nas suas mãos o planeamento familiar, desafiando a ordem social, tomando contraceptivos mesmo quando tal decisão vai contra a vontade do marido. Com o aumento de casais a decidir questões reprodutivas em conjunto, é evidente a crescente importância de envolver as mulheres nessas decisões, como apontado por (Kane et al., 2016). Profissionais de saúde da região têm comprovado essa mudança, observando não apenas a tomada de decisões conjuntas em relação à reprodução, mas também as mulheres a expressar a sua vontade de não ter mais filhos devido às condições adversas em que se encontram (Kane et al., 2016).

4.2. Matrimónio / Preço de Noiva

Outra das normas sociais implementadas no Sudão do Sul, de grande importância, é o preço de noiva. Segundo Ellsberg et al. (2021) no Sudão do Sul é comum haver o pagamento de um preço de noiva, geralmente feito em cabeças de gado. O noivo concorda em assumir a responsabilidade de pagar o preço estipulado pela família da noiva, para obter a permissão da família para que o casamento seja celebrado. Conforme observado por Deng (2021), é comum nas sociedades da África Subsaariana que o preço de noiva seja compartilhado entre os membros mais próximos da família, como irmãos, irmãs, tios e tias maternos e paternos. Cada um deles recebe uma percentagem que varia consoante a sua ordem de nascimento na família. No entanto, como mencionado anteriormente, no Sudão do Sul as mulheres não possuem o direito de deter propriedades ou bens. Uma mulher entrevistada por Giovetti (2022) declarou “Não possuo terra, gado, cabras, galinhas ou qualquer propriedade, essas coisas são dos homens, só cuido delas” (Giovetti, 2022, p. 1, tradução minha). Desta forma, considerando essa afirmação e ponderando que as mulheres não têm permissão para herdar ou possuir bens, podemos concluir com segurança que as mulheres não são incluídas na divisão do preço de noiva, o qual é compartilhado apenas entre os homens. No que diz respeito à noiva, esta não possui qualquer tipo de opinião sobre com quem se casará ou quando, sendo esta decisão totalmente atribuída aos homens (Ellsberg, 2021).

O casamento dos homens mais jovens da família está condicionado ao valor do dote que será pago às mulheres solteiras. Após receberem o dote do casamento da irmã, prima ou sobrinha, poderão então pagar o preço de noiva pela sua futura esposa (Ellsberg, 2021). De acordo com a pesquisa de Buchanan (2019), os homens no Sudão do Sul têm a tendência de se casar entre os 19 e 25 anos, assim que conseguirem acumular gado suficiente para pagar o preço de noiva. No entanto, de acordo com

(Pinaud, 2014), a maioria dos jovens homens que desejam casar precisam da assistência dos seus familiares para pagar o preço de noiva. Além disso, o casamento é um marco importante que sinaliza a transição para a vida adulta. É quando ambos são reconhecidos como adultos, e os rapazes são vistos como verdadeiros homens (Sommers & Schwartz, 2011). A ordem de casamento é determinada pela idade, onde os filhos (homens) têm prioridade, sendo que o filho mais velho é o primeiro a usar o gado da família para pagar o seu preço de noiva (Stem, 2011). Assim, os jovens rapazes esforçam-se ao máximo para juntar o preço de noiva, que devido aos constantes aumentos, está a tornar-se cada vez mais difícil de alcançar. Tal resulta com que os rapazes com frequência recorram aos grupos armados como uma opção, para juntar o preço de noiva. Quando se unem a grupos armados, os indivíduos recebem armas, com as quais saqueiam as aldeias, aproveitando-se para adquirir gado e bens. Acreditam que, ao o fazerem, estarão a juntar o suficiente para pagar o preço de noiva (Sommers & Schwartz, 2011).

Neste sentido, há uma grande pressão para que a mulher solteira se mantenha “pura” até ao casamento, algo que é assegurado pelos homens da família. O uso de violência para proteger o “preço de noiva” é aceite na sociedade (Ellsberg et al., 2021). Se as mulheres infringirem as regras estabelecidas pelos irmãos/tios, podem ser submetidas a violência como consequência educativa. Dentre essas regras, pode-se citar, por exemplo, a proibição de sair às ruas sem permissão. Essa restrição é crucial para preservar o valor da noiva, garantindo que as mulheres não se expõem a riscos como violações ou coerção por parte de outros homens. Além disso, caso engravidem, há o risco de porem fim a toda a negociação matrimonial (Ellsberg et al., 2021). De acordo com uma informante-chave em Rumbek “mulheres e meninas são frequentemente espancadas por irmãos e tios – qualquer pessoa que beneficie das vacas”. Outro informante-chave em Rumbek (homem) contou uma experiência em que “um homem deu um tiro na barriga da sua irmã porque ela engravidou e ele queria vacas (Ellsberg et al., 2021, p. 3038, tradução minha).

O preço de noiva traz consigo implicações devastadoras para o futuro dessas jovens mulheres, tudo o que não for considerado um acréscimo ao valor do preço de noiva é visto como supérfluo, o que aumenta ainda mais o impacto dessa prática. No caso da educação não só é vista como prescindível como por alguns como nociva “Alguns pais temem até que a educação das filhas possa afetar negativamente as suas perspectivas de casamento. De acordo com um informante-chave em Rumbek” (Ellsberg et al., 2021, p. 3038, tradução minha). Mais de que um respondente do mesmo estudo afirmou o mesmo, “O pai apoia apenas os meninos a frequentarem a escola. O pai acha que educar as meninas é uma perda de tempo. As meninas deveriam estar em casa. Elas têm de casar e trazer um dote para os pais” (Ellsberg et al., 2021, p. 3038-3039, tradução minha).

O preço de noiva muitas vezes é visto como um contrato de posse, o qual pode impactar no tratamento que a mulher recebe ao longo do casamento. Aumentar a quantidade de cabeças de gado

pagas pela noiva tende a exacerbar a probabilidade de o marido se sentir no direito de controlar o comportamento da esposa e discipliná-la através de violência. Vendo o valor pago como uma indenização aos danos que possa causar ou até mesmo à prática de homicídio. O preço de noiva acaba por funcionar como um obstáculo que impede que as mulheres escapem de relacionamentos abusivos, pois caso estas retornem para casa, podem ser obrigadas a reembolsar o preço de noiva ao marido. A distribuição de gado já se encontra feita entre os diferentes membros da família, e muitas vezes, os outros irmãos já o utilizaram nos seus próprios noivados. Assim a única alternativa seria deixar um dos filhos para trás (Ellsberg et al., 2021).

Devido à devastação infligida pela guerra civil, o preço de noiva sofreu um aumento notável. Nas aldeias, as noivas agora são avaliadas em cerca de 40 vacas o equivalente a 10 mil dólares, na capital Juba, esse valor pode chegar a 200 vacas ou até mais. Essa drástica valorização torna evidente o impacto do conflito em uma prática tão antiga (Lacey, 2013). De acordo com o estudo de Sommers & Schwartz (2011), foi constatado que, após a assinatura do CPA em 2005, o preço de noiva aumentou significativamente, chegando a aumentar cerca de 44% nos cinco anos seguintes. Em um cenário de guerra, o capital é limitado e a economia tem pouca margem de crescimento. Isso torna o preço de noiva uma fonte vital de renda para os pais. Segundo Hudson & Matfess (2017) antes do CPA, o preço de noiva era em torno de 12 vacas. No entanto, após a implementação do CPA, o preço de noiva, para uma mulher com formação aumentou significativamente para 50 vacas, 60 cabras e 30.000 libras sudanesas (equivalente a 12.000 dólares). Hudson & Matfess (2017) seguem indicando que, na área de Bahr Ghazar o preço de noiva varia entre 200 a 300 cabeças de gado, considerando que, em 2012, uma única cabeça de gado valia 300 dólares. Assim, começaram a surgir vozes de contestação. De acordo com Taban (2013), o aumento dos preços coloca as mulheres em uma situação vulnerável, uma vez que os pais são tentados a aceitar preços de noiva por raparigas cada vez mais jovens em troca de um preço de noiva generoso. Uma das mulheres entrevistadas por Taban (2013) faz um apelo contundente ao governo, solicitando a implementação de um limite máximo nos preços de noiva ou o estabelecimento de uma idade mínima para o casamento. Existem outras pessoas a expressar preocupação e a pedir ações. Chudier Diew, o professor entrevistado por Taban (2013), afirma que os preços estão extremamente inflacionados, a ponto de poderem levar uma família à ruína, mencionado também que o valor mínimo é de 300 vacas por rapariga.

4.3. Poligenia

A poligenia é amplamente aceite no Sudão do Sul e é considerada uma prática comum. Sendo permitido a um homem casar com várias mulheres. Ter várias esposas é considerado um símbolo de orgulho e estatuto social para os homens, “mais de uma esposa significa mais de um filho e, consequentemente, uma força de trabalho mais forte, bem como um sentimento mais robusto de segurança dentro da família, do clã e da comunidade em geral” (Madut, 2020, p. 5, tradução minha). Ao longo da história a poligenia

teve um papel de relevância para os Dinka e Nuer. A aquisição de novas esposas revelou-se essencial para o impulso da sua vida socioeconómica. No caso dos Dinka, essa prática impulsionou o seu crescimento económico, político e étnico, tornando-se o maior grupo étnico do Sudão do Sul numa questão de séculos (Beswick, 2001). No entanto, esta prática não é linear para todos, e as opiniões sobre o assunto variam entre mulheres e homens, algumas mulheres consideram a poligenia como uma situação ideal, onde a primeira mulher pode desempenhar o papel de mãe ou irmã para as demais. Outras mulheres, encaram essa prática como uma forma de punição, onde a chegada de uma nova esposa no lar é considerada como um castigo (Madut, 2020). As motivações para a aquisição de uma nova esposa podem ser diversas, como, por exemplo, a infertilidade da primeira esposa, o alistamento a um grupo militar, o desejo de ter mais descendentes, a busca por status social, entre outras razões. O conflito veio também alterar as dinâmicas dos casamentos poligénicos, exacerbando as disputas nas uniões. Devido ao desalojamento de várias famílias, estas encontram-se agora a viver em tendas superlotadas, onde esposas, filhos e marido compartilham o mesmo espaço. Essa situação tem gerado conflitos intensos, relacionados com comida, água, e distribuição de recursos essenciais (Ellsberg et al., 2021).

Em geral, é comum que cada esposa na sua comunidade de origem tenha direito a ter o seu próprio quarto caso resida em um aldeias, e à sua própria casa caso viva em uma cidade. A divisão possibilitava às mulheres terem alguma privacidade e independência. No entanto, conviver em pequenas tendas trouxe desafios adicionais para a vida de uma família polígama (Ellsberg et al., 2012). “Outra mulher no PoC de Juba descreveu a humilhação constante de viver com coesposas: Às vezes, duas mulheres partilham uma cama dentro do campo com o marido. Ele pode fazer sexo com uma esposa enquanto a outra vira o rosto para a parede” (Ellsberg et al., 2021, p. 5, tradução minha).

4.4. Herança de Esposas e Levirato

Em algumas zonas do Sudão do Sul, após a morte do cônjuge, as mulheres são obrigadas a casar com um membro da família do marido, uma prática intitulada como herança de esposas. Esta prática acontece sem o consentimento da mulher. Herdadas com os seus filhos, as mulheres são propriedade do seu falecido marido e após a sua morte são adquiridas como propriedade da família do mesmo. Após passarem por esta experiência, muitas mulheres relatam serem vítimas de maus-tratos, por parte dos sogros ou cunhados “Isso afeta psicologicamente a maioria das mulheres e causa-lhes doenças mentais. Ela pode ser torturada pelo irmão do marido” (Ellsberg et al., 2021, p. 3043, tradução minha). Como resultado da crise de 2013, esta prática tem se tornado cada vez mais comum, uma vez que vários homens têm sido mortos com a intensificação do conflito.

Quanto ao Levirato embora esta não seja uma prática tão comum como as restantes, não deixa de existir e ser aplicada no Sudão do Sul. O levirato é “Uma esposa adquirida pela família de um homem que morreu antes de se poder casar. Ela é mantida por um irmão do falecido, mas é chamada de esposa do falecido marido.” (Ellsberg et al., 2021, p. 3043, tradução minha). Embora adquiridas normalmente

pelos irmãos do falecido marido, estas mulheres não são vistas como esposas “de verdade” e continuam a ser percecionadas como as mulheres do falecido. O que impacta a sua condição social, tendo limitações a nível financeiro e de suporte social, havendo uma distinção entre as esposas de levirato e as esposas “reais” (Ellsberg et al., 2021).

4.5. Casamento Infantil

No Sudão do Sul, é comum a prática do casamento infantil, em que as raparigas são casadas com homens mais velhos visando obter vantagens económicas para as suas famílias. Desde a crise de 2013, esta prática tem se tornado cada vez mais frequente. Os pais, devido à delicada situação económica em que se encontram, estão a optar por casar as suas filhas cada vez mais cedo, vendo o casamento como uma das poucas fontes de rentabilidade (Ellsberg et al., 2021).

No Sudão do Sul, 67% das mulheres entre 20 a 49 casaram antes de atingir os 18 anos. As condições de pobreza em que vivem, leva os pais a optarem por casar as filhas com homens mais velhos e financeiramente estáveis. Quanto mais necessitada for a família, maior a probabilidade de a mulher se tornar uma segunda esposa em um casamento poligâmico (Madut, 2020). Devido ao conflito, choques climáticos, a pandemia do covid 19 e a guerra na Ucrânia, a insegurança alimentar atingiu níveis alarmantes. Com o Sudão do Sul a sofrer um corte na assistência alimentar de 1,7 milhões de euros no ano passado. Desta forma as famílias veem-se cada vez mais vulneráveis e com poucas opções para gerir o lar. O culminar da guerra e insegurança alimentar leva a que os pais exerçam a sua autoridade, forçando as filhas a casar cada vez mais cedo (Plan International, 2022).

O casamento deixou de seguir a cultura tradicional. No passado, era comum esperar que as raparigas alcançassem a “maturidade” marcada pelo início da sua primeira menstruação. No entanto, devido às condições socioeconómicas, estas são frequentemente forçadas a casar mesmo antes de tal acontecer, um participante do estudo realizado por Madut destaca que “À medida que as pessoas empobrecem, deixam de se importar com o casamento tradicional e com as normas culturais. A família pode entregar a filha a um homem rico, esteja ela pronta para casar ou não” (Madut, 2020, p. 5, tradução minha).

Em termos jurídicos, embora o Sudão do Sul tenha ratificado a convenção dos direitos da criança em 2015, que define a idade mínima para casar nos 18 anos. A lei costumeira no Sudão do Sul não especifica a idade apropriada para o casamento, com a constituição transicional do Sudão do Sul a seguir o mesmo caminho (Edward, 2014). Segundo Edward (2014) a não especificação da idade prende-se com o facto de a definição de adulto variar entre diferentes grupos étnicos.

O casamento infantil causa danos significativos na vida das mulheres. Por norma o casamento infantil afeta o direito à educação consagrado na constituição, pois, após o casamento, as crianças são retiradas da escola para cumprir o seu “papel” como esposas, limitando assim a oportunidade de

desenvolverem as suas próprias carreiras profissionais. As vidas das mulheres estão constantemente em perigo, já que desafiar as decisões dos seus familiares pode resultar em severas punições ou até mesmo em morte. As raparigas são submetidas a mudanças e responsabilidades que estão além das suas capacidades tanto mental como física, tal inclui, por exemplo, a gravidez precoce, a carga de tarefas domésticas e o cuidado com a família (Edward, 2014).

Crianças Associadas a Grupos Armados e Forças Armadas

5.1. Noção de CAFFAG

Uma criança associada a uma força armada ou grupo armado refere-se a qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade que é ou que foi recrutada ou usada por uma força armada ou grupo armado em qualquer capacidade, incluindo, mas não limitado a crianças, rapazes e raparigas, usados como lutadores, cozinheiros, carregadores, espiões ou para fins sexuais. Não se refere apenas a uma criança que participa ou participou diretamente em hostilidades (Paris Principles on the involvement of children in armed conflict, 2007, p. 7, tradução minha).

5.2. O Recrutamento de Crianças

Com o alastrar do conflito milhares de crianças foram recrutadas para grupos armados e forças armadas, resultando em severas violações do direito da criança (Kioko, 2008). Segundo Kioko (2008) estas são assassinadas e mutiladas durante o combate, além de serem alvo de violência sexual. O uso de crianças nos conflitos do Sudão do Sul é uma prática amplamente difundida, não qual os menores são forçados ou coagidos a juntar-se aos grupos armados, seja por meio de recrutamento forçoso ou voluntário.

O alistamento voluntário tem diferentes implicações a nível jurídico consoante os tratados de que o estado é parte:

Por exemplo, a Carta da Criança Africana (artigo 22.º) proíbe o recrutamento de crianças menores de 18 anos, forçado ou voluntário, pelas forças armadas e grupos armados. Em contrapartida, o Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados proíbe o recrutamento de crianças menores de 18 anos por grupos armados (Art. 4) e proíbe o recrutamento obrigatório de crianças menores de 18 anos pelas forças armadas (Art. 2), mas permite o recrutamento voluntário pelos Estados sob certas condições (Art. 3). Os Protocolos Adicionais I e II às Convenções de Genebra e a Convenção sobre os Direitos da Criança proíbem todo o recrutamento de crianças com menos de 15 anos. Na prática, as fronteiras entre as várias formas de recrutamento são confusas e o recrutamento puramente voluntário é um desafio para determinar, como vários fatores de risco a influenciar a associação da criança com forças armadas ou grupos armados (UNICEF, 2018, p. 6, tradução minha)

“O recrutamento voluntário é incentivado pelos seguintes fatores; razões culturais, econômicas, sociais, de proteção e ideológicas” (Njuguna, 2016, p. 26, tradução minha). De acordo com as entrevistas realizadas, foram mencionadas pelos técnicos, as principais razões para o alistamento voluntário por parte das crianças. Entre elas, destacam-se questões como a ausência de serviços sociais “As escolas e os hospitais não estão a funcionar, por isso as crianças ficam apenas sentadas em casa ou brincam no centro da cidade, vulneráveis, estão numa idade em que são facilmente influenciadas a pegar em armas.” (1 de dez, 2022, tradução minha). A necessidade de vingança e proteção é também frequentemente citada como motivo para se alistarem voluntariamente. Quando a comunidade é atacada, surge um ímpeto de defendê-la e buscar vingança, um instinto diretamente relacionado às normas culturais mencionadas anteriormente. O coordenador para a libertação e reintegração de CAFFAG no Sudão do Sul (5 de dez, 2022), faz menção à ideia de liberdade como um precursor do alistamento voluntário. Ao observarem os militares, as crianças imaginam que, ao se alistarem, terão a liberdade de fazer o que quiserem, em vez de seguirem as ordens da família (5 de dez, 2022). Por fim, um dos especialistas da UNICEF (3 de dez, 2022) e o coordenador para a libertação e reintegração de CAFFAG no Sudão do Sul (5 de dez, 2022) identificam o “respeito pelo uniforme” como um fator crucial. As crianças veem o uniforme como um símbolo de status social e uma forma de proteção. Num contexto de guerra, os militares são amplamente admirados e respeitados, para essas crianças, o uso do uniforme e o porte de armas simbolizam um senso de propósito, conquista de respeito por parte da comunidade e a crença na invencibilidade, de acordo com os entrevistados. Segundo Wheeler (2015) o recrutamento em troca de comida é também considerado uma das causas, embora tenha sido registado em menor escala. Essa prática é comum entre rapazes extremamente jovens e em situação de pobreza extrema, como observado na região de Bentiu. O mesmo autor, afirma que a principal razão apontada pelos rapazes entrevistados para se alistarem é a sobrevivência. Estes acreditam que, sem uma arma ou a proteção de um grupo armado, estariam extremamente vulneráveis à guerra e, conseqüentemente, correriam o risco de serem mortos (Wheeler, 2015). No que diz respeito às raparigas, a principal razão para o alistamento voluntário está relacionada com a sua segurança (Cherwon, 2014). De acordo com Cherwon (2014) as raparigas alistam-se com o intuito de se protegerem contra situações de violações, como abuso sexual, acreditando que ao possuírem uma arma terão maior capacidade de se defender. Além disso, o alistamento também pode ser uma forma de escapar de ambientes familiares abusivos, nos quais costumam ocorrer agressões físicas. Segundo Brooks (2012), existem mais 3 fatores que merecem ser mencionados: a ausência de voz no ambiente familiar, o confinamento prolongado em casa e a marginalização dentro da própria família. De acordo com Aravani (2016), os adolescentes que são órfãos estão especialmente vulneráveis a se alistarem voluntariamente. Além disso, a pressão dos colegas da mesma idade é outro fator que estimula esse alistamento.

Já o alistamento forçoso é por norma feito por via de sequestro. Tanto raparigas quanto rapazes são alvos de sequestro para alistamento (UNICEF, 2020). Segundo Wheeler (2015) os CAFFAG são abordados por soldados armados, onde, após o sequestro, ou são presos num local até concordarem em combater, ou é-lhes simplesmente dada uma arma e começam a combater em 1 ou 2 dias. Segundo um dos rapazes entrevistados por Wheeler “ele e os outros soldados capturados foram espancados enquanto estavam detidos, aparentemente para encorajá-los a lutar. Eventualmente, eles foram libertados e depois colocados em uma das unidades do governo” (Wheeler, 2015, p. 32, tradução minha). Um terço dos rapazes entrevistados por (Wheeler, 2015) relatam terem sido recrutados forçosamente, com os locais de sequestro a variar. Existem relatos de sequestro: na cidade; perto do rio; perto da base da UNMISS; escolas e entre outros. Os relatos de maus-tratos após os sequestros são também comuns “Um menino de 15 ou 16 anos (...) foi espancado quando foi levado pela primeira vez e forçado a caminhar longas distâncias” (Wheeler, 2015, p. 43, tradução minha).

5.3. Treino e Tarefas Desempenhadas

5.3.1. Tarefas

No Sudão do Sul, 48% das crianças recrutadas por grupos armados estão armadas, treinadas e envolvidas ativamente no conflito, enquanto 52% desempenham papéis de apoio como tarefas domésticas e funções de segurança e vigilância (Word Vision, 2022). De acordo com Kioko (2008) durante a segunda guerra civil sudanesa as crianças eram frequentemente usadas para realizar missões temíveis pelos adultos. Desempenhavam missões como identificar zonas minadas e atividades de espionagem. Além das tarefas de combate, estes também desempenhavam papéis importantes como seguranças, espiões, cozinheiros, escravos sexuais, varredores de minas, recrutadores e trabalhadores domésticos. É importante destacar que essas funções variam de acordo com a idade e género dos indivíduos. Os rapazes até 5 anos eram entregadores, enquanto as raparigas da mesma idade atuavam como espiãs. No entanto, a partir dos 5 anos, tanto rapazes como raparigas assumiam uma ampla gama de tarefas. (Kioko, 2008). Kioko (2008) menciona os diferentes papéis desempenhados pelas crianças, destacando a importância das raparigas nas tarefas mais pesadas, devido à sua habilidade para carregar pesos. Além disso, estas também eram requisitadas para favores sexuais, o preparo de refeições, lavagem de roupa e cuidados com os feridos. “As raparigas também eram obrigadas a prestar serviços sexuais, às vezes contra a sua vontade. Geralmente eram casados com líderes rebeldes. Se o homem morresse, a menina era deixada de lado para um ritual de limpeza e depois casada com outro rebelde.” (Kioko, 2008, p. 81, tradução minha).

De acordo com os entrevistados desta dissertação, as tarefas atribuídas às mulheres no contexto atual de conflito concentram-se em afazeres domésticos e exploração sexual. Um dos especialistas da UNICEF afirmou que as GAFFAG são capazes de atuar como espiãs devido à habilidade em transitar facilmente entre grupos armados e a comunidade. Em alguns casos raros, extremistas, chegam a ser utilizadas como bombistas suicidas (1 de dez, 2022). Mazurana & McKay (2001) afirmam que no Sri

Lanka raparigas com menos de 10 anos são utilizadas como bombistas suicidas, devido à sua pequena estrutura, e raparigas acima de 10 anos carregam explosivos na cintura para se passarem por mulheres grávidas. De acordo com UNDP (2010), é possível identificar três formas de participação das raparigas em grupos armados. Primeiro, estas podem atuar como combatentes. Segundo, podem desempenhar papéis de apoio, como realizar tarefas domésticas, serem escravas sexuais ou executarem outras atividades mencionadas anteriormente. Em terceiro lugar, também podem ser dependentes, ou seja, raparigas e mulheres dependentes social e financeiramente de ex-combatentes fazendo parte dos seus lares como: esposas, mães, filhas, etc. É importante ressaltar que as raparigas podem estar simultaneamente nas três categorias.

5.3.2. Treino

A fase de treino e doutrinação “são bastante significativas, porque as crianças passarão pelo processo de imersão, nas atividades, nas crenças e nas finalidades do grupo do qual agora fazem parte” (Falcão, 2017, p. 117, tradução minha). De acordo com Kioko (2008), o treino militar era predominantemente centrado na tortura, em vez de focar na aquisição de novas habilidades. Cherwon (2014) aponta para táticas de treino usadas em CAFFAG como forçar as crianças a sequestrar outras crianças e atacar a própria aldeia para romper os laços comunitários, obrigando-as a causar danos ou mutilar parentes, de forma a impedir que as crianças retornem à comunidade, deixando-as com um peso de culpa e receio de rejeição e represálias. Durante o treino, os soldados eram doutrinados por meio de músicas de guerra que tinham de aprender e cantar, além de histórias.

No entanto, devido à multiplicidade de grupos armados no Sudão do Sul, o treino não é uniforme para todos. Wheeler (2015) teve a oportunidade de entrevistar CAFFAG e testemunhar de perto o treino fornecido em certos grupos armados e forças do governo. Segundo o mesmo, as crianças associadas às forças do governo recebiam treino na base militar de Bentiu ou Kotong, consoante as crianças entrevistadas, as que foram treinadas em Bentiu aprenderam apenas a carregar e descarregar uma arma. Já na milícia Shilluk, de acordo com um rapaz de 17 anos, o treino constou de “como usar armas, como estar vigilante, e presença em desfiles” (Wheeler, 2015, p. 38, tradução minha). Na facção cobra, o treino consistia em “Aprendemos a dar tiros nas pessoas, a ajoelhar ao chegar perto e deitar no chão” (Wheeler, 2015, p. 50, tradução minha). Desta forma os treinos dos CAFFAG eram extremamente básicos e similares entre si. Após o treino, as crianças eram prontamente enviadas para os campos de batalha.

5.4. Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

O programa de Desmobilização Desarmamento e Reintegração, é um programa de paz das Nações Unidas em colaboração com as instituições nacionais. O DDR foi uma parte importante do CPA, após todas as partes envolvidas no conflito terem assinado o acordo, ficou estipulado que seria permitida a desmobilização voluntária para crianças, idosos, pessoas com deficiências ou outros indivíduos não

essenciais aos grupos armados. Foi definido um DDR provisório para os quatro grupos mencionados anteriormente. No entanto, este acabou por ter pouco impacto devido à relutância em financiamento e extensa burocracia. Em 2009, foi substituído pelo programa plurianual de DDR conduzido pela Comissão Nacional de Desarmamento Desmobilização e Reintegração, tornando-se capaz de alcançar milhares de ex-combatentes (Munive, 2013).

A ACCORD (2018) oferece uma explicação detalhada das três etapas de um programa DDR. A primeira etapa, o desarmamento, consiste na recolha, descarte e destruição de armas. Segue-se a desmobilização, com o intuito de desvincular e libertar soldados do grupo armado. Dessa forma, reduzem as hipóteses de reincidência. Por norma a desmobilização de crianças está vinculada com os centros de cuidados provisórios (ICCs), onde estas permanecem por um curto período de tempo (meses) antes de serem reintegradas na comunidade. Nesses locais, as crianças recebem diversos tipos de apoio, como assistência psicossocial, alimentação e atendimento médica. Por último, a reintegração é considerada a parte mais complexa de todo o processo de DDR. Este é um processo de longo prazo que pode levar anos para ser concluído e o seu sucesso depende fortemente do êxito das duas etapas anteriores. A reintegração é um processo abrangente que envolve não apenas a criança, mas também engloba toda a comunidade. Todos devem aprender a conviver de maneira saudável e isso muitas vezes requer a reconciliação entre agressores e vítimas. A reintegração é um processo fundamental que compreende quatro etapas cruciais: a) localizar e reunir as famílias, b) oferecer oportunidades educacionais, c) proporcionar educação ou treino vocacional, e d) sensibilização da comunidade.

Dado que a reintegração é um processo de longo prazo, que pode levar anos para ser concluído, é essencial garantir financiamento durante esse período. No entanto, geralmente só há disponibilidade de financiamento para programas de reintegração com a duração de um ano (ACCORD, 2018). A ACCORD (2018) menciona também o problema de género nos DDR, destacando que, apesar do avanço considerável das campanhas direccionadas para crianças, ainda há uma negligência em relação às necessidades específicas de cada género.

5.5. Reintegração

“A definição de “reintegração infantil” é um processo no qual as crianças transitam para a sociedade civil e assumem papéis e identidades significativas como civis aceites pelas suas famílias e comunidades.” (Brooks, 2012, p. 293, tradução minha). De acordo com Ensor & Marisa (2013), o êxito dos processos de reintegração está fundamentado na conquista de um estilo de vida sustentável pelo indivíduo. No caso dos CAFFAG, essa sustentabilidade é alcançada por meio de suporte psicossocial e educacional, aliados à distribuição mensal de cheques aos responsáveis pelos menores (Ensor & Marisa, 2013). No que se refere às atividades psicossociais, o programa de Reintegração de Mulheres Ex-combatentes da Organização Internacional para Migrantes (IOM) na Somália, é um exemplo inspirador de como as tradições são usadas para auxiliar na reintegração. Tal é demonstrado através das inúmeras atividades que são desenvolvidas, com o objetivo de apoiar e empoderar essas mulheres (Roeder, 2023).

As atividades desenvolvidas pela World Vision com CAFFAG no Sudão do Sul, estão representadas na figura 2. O programa da IOM oferece uma ampla gama de serviços para apoiar mulheres ex-combatentes. Incluindo aconselhamento individual e em grupo, além de um plano de educação personalizado para atender às necessidades específicas de cada mulher. Além disso, o programa inclui apoio médico e suporte às vítimas de violência sexual, grupos de apoio, assistência psicossocial e atividade sociais de reintegração, como teatro, poesia, *storytelling* (que permite às mulheres se conectarem através da comunicação), e pintura de murais. Essa abordagem tem como objetivo principal resgatar e preservar as tradições da comunidade, ao mesmo tempo em que busca a participação ativa da comunidade na reintegração. A junção de mulheres somali por meio de atividades tradicionais é uma forma de comunicação poderosa, que age como *first aid* para a comunidade (Roeder, 2023). Ensor & Marisa (2013) enfatizam que, devido à falta de financiamento adequado, a implementação dos projetos com CAFFAG é bastante limitada. Esse cenário obriga a que muitas crianças recorram novamente aos grupos armados como meio de prover sustento financeiro para as suas famílias.

Para prevenir a rejeição da família/sociedade e consequentemente o retorno aos grupos, alguns programas contam agora com cabeças de gado. Cada criança recebe uma cabra para poderem melhorar as suas condições de vida (Ensor & Marisa, 2013). Um dos especialistas da UNICEF entrevistado, faz menção a esta prática. Os CAFFAG, recebem uma cabra ou ovelha pelo facto de os animais ditarem o status social na comunidade com a qual trabalha (3 de dez, 2022). É de ressaltar que estas crianças ocasionalmente mantêm contacto com a sua família, movendo-se entre a comunidade e o grupo armado. Além disso, desempenham um papel fundamental como provedores do lar, devido ao pagamento que recebem dos grupos (quando aplicável). Desta forma, quando a criança volta a ser reintegrada na comunidade, isso implica a perda de uma fonte de renda significativa e na chegada de mais um indivíduo dependente (Ensor & Marisa, 2013). Deste modo, é essencial que os programas de DDR assegurem tanto à comunidade quanto à própria criança que esse não será o caso. As cabeças de gado são uma estratégia para enfrentar essa mentalidade, porém, segundo Ensor & Marisa (2013) ainda não existem dados suficientes para determinar se as cabeças de gado têm realmente contribuído para o auxílio na construção de uma vida sustentável.

Centros de cuidados provisórios	Localização e reunificação familiar	Gestão de casos	Apoio psicossocial baseado na comunidade	Reintegração Social	Reintegração Económica
-Para crianças desacompanhadas ou com necessidades de ir para o ICC -Fornecidos cuidados para saúde mental, incluindo depressão e pensamentos suicidas -Ponto de contacto para encaminhamento com a parceria com os Médicos Sem Fronteiras.	Identificação dos pais ou possíveis cuidadores - Confirmação da identidade da criança e família -Facilitação da reunificação e apoio à família e criança	- Fornecido por assistentes sociais e supervisores de casos -Cada criança tem um plano personalizado - Cada criança recebe no mínimo 3 visitas de acompanhamento	- Fornecidas por assistentes sociais e animadores -Trabalham com espaços <i>child-friendly</i> e escolas -Criam e fortalecem comités de proteção à criança	-Inscrição em escolas - Aconselhamento familiar - Visitas a casa -Exames médicos -Divulgações comunitárias	-Treino vocacional -Treino técnico - Oportunidades informais de mentoria -Abertura de pequenas empresas - Apoio com atividades geradoras de renda

Figura 2: Atividades de reintegração de CAFFAG

Segundo a UNICEF (2023) um programa de reintegração dura em média três anos, durante os quais, cada criança tem acesso a todas as atividades apresentadas na figura 2. Um programa de reintegração completo tem um custo de 2.000 dólares por CAFFAG.

A educação é apontada como um dos passos fundamentais para a reintegração pela UNICEF (2021).

Constrói a sua resiliência psicossocial (..) fornece um contexto estruturado que ajuda pessoas em dificuldades, as crianças regulam as emoções; permite-lhes desenvolver uma identidade positiva (...) um sentido de autoestima (...) promove um sentido de propósito e esperança; e oferece oportunidades para conhecer e desfrutar da associação com colegas (UNICEF, 2019, p. 56, tradução minha).

No caso do Sudão do Sul, as crianças não retornam para um ambiente de paz, uma vez que o país continua em guerra. Nesse sentido as infraestruturas estão afetadas, e as condições de vida continuam desafiantes. Portanto é crucial proporcionar às crianças uma alternativa viável ao grupo armado, que é a educação. Através da educação almeja-se oferecer às crianças a oportunidade de se tornarem membros vitais para a comunidade. A importância da educação na reintegração foi corroborada pelos três participantes desta dissertação. O especialista da UNICEF (1 de dez,2022), destaca como o acesso à educação contribui para romper os estereótipos de género impostos aos rapazes e raparigas. Este refere que uma das histórias de sucesso a que assistiu remonta a 2018. Quando uma ex-GAFFAG escolheu o curso vocacional de condutora, e após a sua conclusão obteve um emprego numa organização local. Ressaltando que conduzir nas “estradas” do Sudão do Sul é um trabalho notoriamente desafiante devido à falta de infraestruturas adequadas, o que resulta em perigos constantes. Ao ser-lhe dada a oportunidade

de participar num programa como este, não só pôde mudar o seu rumo de vida como inspirar outras raparigas a fazer o mesmo (Especialista da UNICEF, 1 de dez, 2022). De acordo com a UNICEF (2019), a educação traz consigo uma série de benefícios psicossociais cruciais, especialmente no caso das GAFFAG. Ao promover a autoconfiança, resiliência, e um estatuto positivo na comunidade, a educação contribui significativamente para a recuperação psicológica desses indivíduos. O coordenador para a libertação e reintegração para CAFFAG (5 de dez, 2022) destaca a importância fundamental da educação para a reintegração. Ele enfatiza que, embora as crianças recebam apoio psicossocial, roupas, camas e outros itens durante todo o processo, o verdadeiro fator determinante para o seu futuro não está ligado a esses bens materiais, mas sim à educação. A educação é apontada como o maior desafio de todo o processo de reintegração. De acordo com essa afirmação, algumas crianças não têm escolas na sua área de residência, o que as obriga a percorrer longas distâncias para chegar à escola mais próxima. Além disso devido à falta de financiamento não é possível enviar os CAFFAG para escolas fora da região. Assim, o coordenador ressalta a importância de as famílias, comunidade e os pais investirem na educação para poderem ser criados no Sudão do Sul futuros líderes capazes de transformar a imagem do país (5 de dez, 2022).

Neste sentido podemos concluir que a educação é uma parte central da reintegração e como tal deve ser acessível tanto para rapazes como raparigas. Embora os rapazes usufruam mais dos DDR, devido às razões mencionadas anteriormente, quando as raparigas têm acesso aos programas de DDR, não existe nenhum tipo de diferenciação entre géneros. Conforme o apontado pelo especialista da UNICEF (1 de dez, 2022), estão a ser criadas condições favoráveis para que as raparigas possam frequentar as escolas e programas vocacionais. Conforme o mesmo, as crianças têm total autonomia para escolher o curso (1 de dez, 2022). No entanto, os rapazes por norma podem atender os cursos a qualquer hora, devido às tarefas que desempenham. Por outro lado, as raparigas, por terem responsabilidades domésticas, necessitam de horários mais flexíveis para frequentar os cursos, o que lhes é proporcionado. Já para as GAFFAG mães e grávidas, o programa da UNICEF disponibiliza áreas de recreação, camas confortáveis e alimentação adequada, garantindo que estas possam frequentar as aulas sem distúrbios (1 de dez, 2022). O coordenador nacional para a libertação e reintegração para CAFFAG (5 de dez, 2022) veio ressaltar um aspeto importante neste tópico. Segundo o mesmo, tanto escolas quanto programas vocacionais só estão disponíveis em áreas urbanas. Isso significa que quando os CAFFAG são libertos e reunidos com as suas famílias em regiões remotas, não há recursos nem tecnologia para os auxiliar na reintegração.

Raparigas Associadas a Grupos Armados e Forças Armadas

6.1. Intervenção Humanitário em GAFFAG

De acordo com Maiden (2014) a participação de mulheres nos processos de paz foi durante séculos bastante restringida. No entanto, a resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas veio alterar essa questão. Abordando 4 temas cruciais: acesso à tomada de decisões; DDR; violência de género; e manutenção da paz.

Embora os programas de DDR tenham sido projetados para atender a ambos os sexos. (Maiden, 2014) ressalta que a vontade dos governos em auxiliar os homens ex-combatentes, adicionado ao uso de pronomes masculinos ao longo de todo o *design* dos DDR, resulta na exclusão de grande parte das mulheres ex-combatentes dos programas de DDR. Inicialmente não só as mulheres, mas também as crianças foram excluídas dos DDR. Tal ocorreu porque as crianças não consideradas uma ameaça para o pós-conflito, e como não podiam ser recrutados legalmente “os elementos do programa DDR centrados nas crianças não eram vistos como uma componente rotineira do processo de paz” (Haer, 2017, p. 454, tradução minha). Com o tempo, essa questão evoluiu e surgiram programas de DDR específicos para crianças. No entanto, é inegável, que os problemas de género que eram observados nos programas de DDR para adultos também se manifestaram nos programas voltados para as crianças.

No Sudão do Sul, em 2018, foram libertas 950 crianças dos grupos armados. Dessas 950, 28% eram raparigas, havendo relatos de que muitas mais escaparam e continuam a escapar informalmente. Estima-se que existam cerca de 20 a 40% de GAFFAG no Sudão do Sul, não havendo um número exato ou definitivo confirmado (Savage & Ajax, 2019). Maiden (2014) afirma que vários países africanos, incluindo, Burundi, Angola, Ruanda e República Democrática do Congo, frequentemente carecem de um registo positivo de mulheres nos programas de DDR. A falta de inclusão nos programas de DDR resulta na exclusão sistemática das experiências das mulheres na literatura sobre DDR. “A maioria dos trabalhos académicos que exploram os DDR em África centram-se no processo, quase exclusivamente, a partir de duas perspetivas: homens e reintegração” (Maiden, 2014, p. 4, tradução minha).

Os programas de DDR para crianças apresentam particularidades em relação aos programas voltados para adultos. Essas iniciativas requerem a continuidade das ações de desmobilização, e reintegração das crianças, bem como medidas de prevenção do recrutamento, mesmo durante o conflito. (Nações Unidas, 2006). Existem também outras diferenças significativas entre os DDRs de adultos e DDRs de crianças. Primeiramente, as crianças não precisam apresentar uma arma para participarem no

processo de desarmamento. Além disso, diferente dos adultos, as crianças não recebem auxílio financeiro durante a desmobilização. Por fim, durante o processo de reintegração, as crianças são primeiramente colocadas nos centros de Centro de Cuidados Provisórios (CCPs). Nestes centros, as raparigas e os rapazes são separados, mas desfrutam do mesmo tipo de tratamento, recebendo uma ampla gama de apoios, como mencionado anteriormente (Haer, 2017). Após a ONG estabelecer contacto com a família, a criança retorna à sua comunidade onde se juntará a um programa educacional, recebendo apoio de toda a comunidade com as ferramentas fornecidas pelas ONGs. No anexo C), podemos encontrar as intervenções pré-definidas para as três etapas de um DDR para crianças, conforme presente no guia operacional de DDR, realizado pela UNICEF.

Conforme mencionado, ambos os géneros recebem o mesmo tipo de tratamento, uma vez que os programas de DDR são fundamentados no princípio de tratamento universal e não personalizado. Segundo Haer (2017) além do tratamento universal, a maioria dos programas de DDR têm como objetivo principal o retorno da criança à comunidade “tal e qual como era antes”, o que no caso das raparigas pode ser prejudicial. Antes de se juntarem a um grupo armado, a vida estava fortemente ligada aos papéis tradicionais que a sociedade impunha. No entanto, esses papéis nem sempre são adequados para as GAFFAG, uma vez que exerceram as mais variadas funções e já não se revem nestes papéis. Ignorar a “nova rapariga” que chega à comunidade pode resultar em frustração para ambas as partes. Em adição ao mencionado, é importante ressaltar que, ao regressarem, as raparigas tendem a exibir comportamentos que desafiam as normas de género e os valores sociais estabelecidos. Esse comportamento pode ser atribuído ao tempo que passaram nos grupos e à influência que receberam durante esse período. Os indivíduos podem até exibir comportamentos, que são considerados uma violação das tradições e normas sociais, o que pode levar a um aumento do risco de marginalização (Haer, 2017). Destaca-se, portanto, a importância de implementar DDRs sensíveis ao género, levando em conta as experiências únicas de cada jovem mulher.

Conforme Wessells (2009), é crucial oferecer às crianças envolvidas em grupos armados e forças armadas programas de reintegração abrangentes e comunitários, que se baseiam na integração de quatro elementos fundamentais, como exemplificado na pirâmide apresentada na figura 3.



Figura 3- Pirâmide de intervenções MHPPS

6.2. O Impacto Mental, Reprodutivo e Físico em GAFFAG

6.2.1. Saúde Mental

Ao longo dos anos, tem havido cada vez mais evidências coletadas sobre os danos psicológicos causados em CAFFAG. O transtorno de stress pós-traumático (PTSD) é verificado em diversos ex-CAFFAG, assim como ansiedade e depressão (Freeman, 2020). Em um estudo realizado sobre a prevalência e os fatores de risco comportamentais, na SPLA foram identificados “Níveis notáveis de provável PTSD e depressão dentro da SPLA, que foram ligeiramente superiores aos resultados publicados dos Estados Unidos e de outros militares com destacamento recente ou experiência de conflito” (Courtney et al., 2017, p. 9, tradução minha). Conforme apontado por Freeman (2020), o transtorno de stress pós-traumático (PTSD) é mais prevalente entre as GAFFAG que estiveram na linha da frente ou cometeram crimes violentos. O aumento dos sintomas de PTSD está diretamente relacionado a experiências de violência sexual, atos violentos cometidos e a rejeição pela comunidade, “Após repetidas agressões sexuais, as raparigas muitas vezes sofrem choque, perda de dignidade, vergonha, baixa autoestima, falta de concentração e memória, pesadelos persistentes, depressão e outros efeitos de stresse pós-traumático.” (Mazurana & McKay, 2001, p. 35, tradução minha). De acordo com Freeman (2020), foram realizados quatro estudos que investigaram a ideação suicida entre CAFFAG. Esses estudos concluíram que as raparigas apresentam uma maior tendência a ter ideação suicida, principalmente devido a fatores como o abuso sexual e a depressão. Amusan & Ufuoma (2020) acrescentaram que a vergonha, a culpa e o pesar são fatores que levam as GAFFAG a cometerem suicídio. No entanto, não há evidências de que as raparigas sofram mais de distúrbios psicológicos do que os rapazes (Freeman, 2020). Quando se trata de comportamento adaptativo, as raparigas foram “negativamente associadas a comportamentos adaptativos e pró-sociais entre CAAFFAG” (Freeman, 2020, p. 6, tradução minha). Apresentando uma baixa autoestima e confiança em comparação com os rapazes (Freeman, 2020), com a UNICEF (2020)

a citar a mesma questão. Freeman (2020) aponta que existem diversos fatores que estão associados ao comportamento adaptativo negativo, tais como: abuso sexual, rejeição da comunidade, estigma e retorno com uma criança (Freeman, 2020). Carpenter (2007) adiciona ao tema a negligência dos bebês por parte das GAFFAG devido ao trauma psicológico. Este indica que uma série de relatórios apontam para uma correlação entre sequelas do abuso e negligência infantil nos casos de abuso sexual em contextos de conflito armado. A negligência da criança é considerada um sintoma do trauma sexual. Mazurana et al. (2002) concluem que os projetos de reabilitação geralmente ignoram as necessidades físicas e psicológicas das GAFFAG.

6.2.2. Impacto Físico

Segundo Freeman (2020), existem poucos estudos que comparem lesões físicas entre rapazes e raparigas associados a forças armadas e grupos armados. No entanto, há dois estudos que mencionam uma maior probabilidade de os rapazes contraírem lesões em comparação com as raparigas. Porém, nos grupos estudados, a incidência de violência, abrangendo violência física, privação de alimentos, homicídio e consumo forçado de drogas, foi semelhante para ambos os géneros (Betancourt et al., 2011). Em contrapartida,

Estudos realizados no Uganda, realizados pela Organização Africana de Investigação em Psiquiatria, concluíram que mulheres e raparigas raptadas que engravidaram após violação sofreram frequentemente complicações e infeções graves após o parto. Desenvolvendo problemas ginecológicos que por vezes causavam incapacidade permanente (Mazurana & McKay, 2001, p. 34, tradução minha).

Conforme (Mazurana & McKay, 2001), a violação de crianças pode acarretar consequências extremamente danosas, uma vez que os seus corpos de pequena estatura ainda estão em processo de crescimento e desenvolvimento. No Sudão do Sul, foram identificados 2.300 casos de violações somente no primeiro semestre de 2018, 20% deles envolvendo crianças (VOA News, 2018).

6.2.3. Saúde e Saúde Reprodutiva

Os estudos sobre a saúde das GAFFAG são bastante limitados, contudo, de acordo com Stevens (2015) as complicações médicas são semelhantes entre CAFFAG de diferentes géneros. Ambos os géneros tendem a viver em condições hostis, porém, as raparigas correm maior risco por serem alvos de violência sexual, o que as expõe a sérias complicações, mencionadas anteriormente.

As doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) são comuns em zonas de guerra e entre militares. Ainda neste contexto, a contração do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) pode ter consequências fatais, já que países em conflito carecem de infraestrutura para tratamento de pacientes e são incapazes de prover antirretrovirais (Stevens, 2015). Na SPLA foram verificados comportamentos de risco para a contração e disseminação do HIV. Mais de 54,4% dos participantes admitiram nunca ter utilizado um

preservativo, ou sequer saberem se já o utilizaram (Courtney et al., 2017). Existe uma limitação no que toca a estudos sobre a contração do HIV entre CAFFAG. O que impossibilita uma comparação detalhada entre a sua contração e os problemas adjacentes, mas um estudo recente de Freeman (2020) revelou que não existe uma diferença significativa na contração do vírus entre rapazes e raparigas.

6.3. MHPPS em Programas de DDR

Quando as crianças se unem aos grupos armados ou forças armadas, tanto são obrigadas a cometer crimes violentos, quanto são vítimas de atos violentos (Wessells, 2009). Participar de grupos e forças armadas pode resultar em consequências negativas para a saúde mental e causar stress psicológico nos CAFFAG (UNICEF, 2020). Segundo a UNICEF (2020), abusos sexuais, abortos, gravidezes indesejadas e isolamento familiar para as GAFFAG podem ser eventos extremamente traumáticos.

Além disso, é possível desenvolver o que é designado como “Síndrome de Estocolmo”, onde se cria um forte vínculo emocional com quem é o seu raptor, que, neste caso, pode ser o seu marido e/ou pai dos seus filhos (UNICEF, 2020). Contudo, é de ressaltar que a experiência varia de indivíduo para indivíduo, e cada rapariga é afetada de forma diferente, com habilidades de superação e resiliência distintas. Embora nem todas as GAFFAG sofram de PTSD, depressão ou outros problemas de saúde mental, existe a possibilidade de uma recuperação viável, com apoio psicossocial e apoio comunitário (UNICEF, 2020). De acordo com a IOM (2019), é importante ressaltar que a grande maioria de ex-combatentes não enfrenta transtornos mentais, mas sim lida com emoções e stress relacionado com o passado e presente. Conforme relatado por Wessells (2009), é difícil fazer generalizações quanto às repercussões na saúde mental dos CAFFAG, uma vez que o grupo não é homogêneo. As repercussões na saúde mental dos CAFFAG dependem de uma série de fatores, tais como o processo de recrutamento, as tarefas desempenhadas, a aceitação pela comunidade, entre outros elementos.

O apoio mental e psicossocial tem se demonstrado um aspeto crucial para ex-CAFFAG. Por isso, a maioria dos programas de DDR concentram-se em abordar a saúde mental dos seus participantes (Martz, 2010). As intervenções de MHPSS estão expostas na pirâmide da figura 3 com maior detalhe. Os programas de DDR usam “uma abordagem multidisciplinar (...) para responder às necessidades psicossociais dos soldados desmobilizados e das suas famílias. Os programas são concebidos para evitar a patologização e a estigmatização desnecessárias dos desafios emocionais que enfrentam” (IOM, 2019, p. 3, tradução minha). Desta forma, durante a estadia das crianças nos centros de ICC, estas beneficiam de atividades de apoio psicossocial como, discussões em grupo, artes e desporto. A terapia da arte, por exemplo, é amplamente reconhecida como um método eficaz para auxiliar as crianças a superar traumas (Jagroop, 2023). Como anteriormente mencionado, em simultâneo procuram-se as famílias e prepara-se a comunidade para o retorno da criança. Se houver rituais de “purificação”, o centro responsabilizar-se-á por todas as despesas e oferecerá assistência na organização do ritual, visando facilitar a reintegração da criança. É importante que os serviços psicossociais considerem as práticas sociais e culturais envolvidas. Após a criança retornar à sua família, um membro da equipa de trabalho visitará a família

para oferecer assistência em possíveis questões que possam surgir no futuro. A reintegração psicossocial é amplamente fundamentada na comunidade, com um foco central em fornecer apoio tanto à comunidade como às famílias.

Devido à baixa participação das GAFFAG nos programas de DDR e à falta de estudos abrangentes sobre a sua participação. Existem poucos dados que comprovem a eficácia dos MHPSS na reintegração bem-sucedida das raparigas. De acordo com (Roeder, 2023), uma iniciativa foi realizada para mensurar os impactos das atividades sociais. Entre as diversas atividades de MHPSS, tais como pintura, poesia, *storytelling*, entre outras, esta foi conduzida por meio de um questionário que revelou dados preliminares de um aumento de confiança, conforto e abertura a “perdão” por parte da comunidade para com mulheres ex-combatentes na Somália. O que comprova benefícios do MHPSS no caso de mulheres ex-combatentes. O estudo de Ager (2010) apresenta um exemplo de uma abordagem centrada na comunidade para a reintegração de GAFFAG. Os resultados obtidos demonstraram impactos positivos significativos, não apenas na reintegração das raparigas na comunidade, mas também na melhoria da sua saúde mental. De acordo com a UNICEF (2022), a arte é uma poderosa ferramenta para auxiliar na recuperação de traumas de guerra. Além disso, “CAAFAG podem ter dificuldades em navegar a sua reintegração e experienciar sofrimento psicossocial durante e após o conflito (...) descobriu-se que a falta de acesso aos serviços MHPSS é um dos fatores que contribuem para esta luta” (UNICEF, 2022, p. 17, tradução minha). Na figura 4 é possível verificar os fatores de risco e os fatores de proteção para a saúde mental e bem-estar psicossocial dos CAFFAG.

	Fatores de Risco	Fatores de Proteção
Criança/ Adolescentes	Eventos traumáticos, desalojamentos, stress devido a experiência ou testemunho de violência, externalização de sintomas, dificuldade de aprendizagem, deficiências	Acesso a serviços, apoio familiar e psicossocial (emocional, informativo e instrumental).
Cuidadores/ Família	Problemas mentais, problemas com os pais, separação da família, conflito na família, violência doméstica	Acesso a serviços, apoio religioso, apoio social, coesão familiar e programas para prevenir GBV
Comunidade/ Sociedade	Estigma (cura mental e outros), bullying, matrícula escolar, rejeição, isolamento social, discriminação (professores, comunidade), apoio de colegas, atividades recreativas, violência estrutural, maior insegurança dentro e ao redor da escola, desemprego, apoio social, conflito histórico, estigma em torno de crenças/religião.	Matrícula na escola, sensibilização de saúde mental (professores, comunidade), apoio de colegas, atividades recreacionais, aumento da segurança dentro e fora das escolas, apoio social, participação da comunidade, fé e apoio religioso, papel dos líderes comunitários, treino vocacional, estabilidade local, apoio financeiro, apoio ativo de ONGs e comunidade

Figura 4- Fatores de risco e proteção para a saúde mental e bem-estar psicossocial dos CAFFAG

6.4. Proteção / Segurança

A proteção começa a ser implementada a partir do primeiro D dos DDR, o desarmamento, que consiste na remoção das armas dos ex-combatentes, seguindo para o próximo D, a desmobilização, que envolve

a retirada dos combatentes dos grupos armados e das forças armadas. Quanto à reintegração, para garantir a segurança dos ex-combatentes na reintegração, os DDR adotam uma abordagem comunitária abrangente. Isso inclui a implementação de programas de redução de violência, projetos de capacitação profissional e fóruns de diálogo construtivo. Essas medidas visam promover a estabilidade e o bem-estar dos indivíduos, além de fortalecer as comunidades (Nações Unidas, 2023). Além disso, no programa de DDR implementado pela IOM na Somália, há uma garantia de proteção que inclui segurança no local 24 horas por dia, duas refeições diárias, acesso a cuidados médicos e vários outros tipos de apoio para atender às necessidades básicas dos beneficiários (Roeder, 2023).

Segundo o relatório da organização The Alliance (2022), alguns ex-CAFFAG podem-se encontrar em risco de rê-recrutamento, sequestro e pressão/ameaças para retornarem aos grupos. Podendo também estar expostos a retaliações por parte dos integrantes do ex-grupo que frequentemente fazem parte da comunidade. As GAFFAG encontram-se particularmente vulneráveis, devido ao facto de muitas delas serem esposas de combatentes, o que as coloca particularmente expostas a raptos. Além disso, enfrentam também diversas formas de vulnerabilidade, como abuso sexual, violência e assédio por parte da própria comunidade a que pertencem (The Alliance, 2022). Conforme a Save The children (2005), a proteção das crianças é melhor alcançada por meio de segurança comunitária, corroborando com a abordagem comunitária prevista pelas Nações Unidas (2023). Para os CAFFAG esta começa através do programa de localização e reunificação das famílias, pois a criança encontra-se por norma mais protegida no seio da sua família e comunidade. Consoante a Save The Children (2005) a comunidade consegue agir como uma barreira entre as crianças e os comandantes dos grupos, prevenindo o rê-recrutamento. É crucial sensibilizar as comunidades acerca desse papel, uma tarefa que tem sido liderada pelas ONGs e que, segundo a Save The Children (2005), tem causado um impacto significativa na vida das crianças.

6.5. Saúde Sexual e Reprodutiva

Apesar da escassez de infraestruturas médicas colocar toda a população em risco, é importante destacar a vulnerabilidade específica das raparigas devido ao seu estatuto inferior na sociedade (Mazurana et al., 2002). As organizações têm acesso limitado aos documentos que registam os problemas de saúde das GAFFAG, já que há poucos programas que os documentam (Mazurana et al., 2002). No entanto, esses problemas existem e as ONGs estão cientes deles.

A ocorrência de gravidez não é incomum nos grupos armados e forças armadas, e dependendo dos casos, a rapariga pode ser forçada a manter ou abortar o feto. No campo do exército de resistência do senhor⁷ no Sudão do Sul, há relatos de raparigas, que são consideradas como ideais para reprodução por já serem mães de dois ou mais filhos, estarem a ser transferidas para campos específicos com o propósito de procriarem os futuros combatentes do grupo (Mazurana et al., 2002).

⁷ Organização cristã extremista que atua no Sudão do Sul, norte do Uganda e República Democrática do Congo.

No guia operacional das Nações Unidas (2010), é mencionado o procedimento a ser seguido durante a desmobilização de Mulheres Afetadas por Forças Armadas (WAFF) e GAFFAG. É fundamental que as crianças tenham acesso a cuidados médicos abrangentes, incluindo atenção à saúde reprodutiva. Além disso, é essencial oferecer educação sobre HIV e fornecer aconselhamento para lidar com traumas e abuso sexual. No guia operacional, é enfatizada a importância de manter produtos de saúde e higiene feminina em estoque, tais como pensos higiênicos, tampões, preservativos, entre outros. Assim como a necessidade de garantir condições adequadas para o atendimento das raparigas, incluindo casas de banho separadas. De seguida, é crucial ressaltar a importância de fornecer cuidados psicológicos adequados às vítimas de SGBV, bem como o estabelecimento de uma conexão sólida entre os depoimentos coletados das vítimas, os programas DDR e o sistema jurídico. Tal é essencial para garantir que os agressores sejam levados à justiça (Nações Unidas, 2010).

De acordo com Holt-Rusmore (2009), a infertilidade e as doenças sexualmente transmissíveis, são condições alvo de estigma e que de certa forma “revelam” o passado da rapariga. Apesar de não terem sido encontrados documentos que comprovem os benefícios da saúde reprodutiva fornecida pelos projetos de DDR para a reintegração das GAFFAG. Podemos afirmar com segurança que essas medidas têm um benefício direto, pois tratam as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e previnem complicações reprodutivas futuras. Uma das mulheres ex-combatentes entrevistadas por Coulter (2011) revelou que, ao retornar do grupo armado, sofria com problemas de incontinência que eram impossíveis de tratar devido à falta de recursos financeiros. Além disso, devido à DST que contraiu, tinha vergonha do seu cheiro o que afetava a sua autoestima. Portanto, conclui-se facilmente, que se esta mulher tivesse acesso ao tratamento através do programa de DDR, duas das suas preocupações seriam eliminadas e, assim, a sua qualidade de vida seria significativamente melhorada.

Segundo o acima mencionado, torna-se crucial a realização de estudos futuros para analisar como a saúde reprodutiva oferecida pelos programas de DDR beneficia as GAFFAG, este tipo de pesquisas poderia fornecer uma compreensão mais aprofundada sobre os benefícios e impactos positivos dos programas de DDR no combate ao estigma.

6.6. Educação

Na escola as crianças têm demonstrado sentir-se protegidas. Podem aprender, e ter comportamento de crianças, recebendo um senso de normalidade que lhes tinha sido retirado. O acesso à educação trata-se também de uma medida protetiva, quando as crianças retornam à escola torna-se mais difícil voltarem a reingressar nos grupos armados (Yacob-Haliso, 2021). No caso das GAFFAG o fator de proteção é duplo. Ao serem inscritas na escola, as raparigas estão mais protegidas de ingressarem em trabalhos de risco, como a prostituição (Yacob-Haliso, 2021). Além disso:

Reduz o estigma atribuído às ex-raparigas soldados que são frequentemente rotuladas como “não casáveis” ou “bens danificados”. Restaura um meio de identidade e autoestima para essas raparigas

que se podem começar a ver como alguém que não seja uma vítima ou soldado (Yacob-Haliso, 2021, p. 707, tradução minha).

Coulter et al. (2008) indica um forte desejo por parte das GAFFAG em ingressarem na escola, uma vez que fazem uma ligação entre ter estudos e ser independente financeiramente. Porém, é de destacar que poucas são as GAFFAG inscritas nos programas de DDR em todo o continente africano, e que subsequentemente não beneficiam dos programas de educação (Coulter et al., 2008).

De acordo com o relatório das Nações Unidas (2006), quanto maior o grau educacional de uma criança, maior a probabilidade da sua reintegração ser bem-sucedida. Porém, devido a questões financeiras, esta por norma não é a realidade das crianças no Sudão do Sul. Após vivenciarem a dinâmica dos grupos, várias crianças têm dificuldade em se adaptar ao sistema de ensino tradicional, frequentemente devido à diferença de idade em relação às outras crianças da sala de aula. Essa situação pode criar sentimentos de vergonha e desconforto.

Já os cursos vocacionais por norma são mais indicados para situações em que há a necessidade imediata de fontes de rendimento (Nações Unidas, 2006). Segundo as Nações Unidas (2006), sem uma fonte de rendimento a probabilidade dos CAFFAG voltarem a ingressar nos grupos armados e forças armadas aumenta. Os cursos vocacionais têm como objetivo oferecer às crianças a oportunidade de aprenderem uma nova profissão que seja útil para que se possam sustentar e reintegrar na sociedade com maior facilidade. Na figura 5 podemos ver os objetivos da educação e cursos vocacionais fornecidos pelos DDR, assim como as suas características.

Atualização corretiva educativa	1- Proporcionar aos jovens que perderam parte da sua educação, programas de aprendizagem acelerada (ALP) compatíveis e reconhecidos pelo sistema de educação formal. 2- Todas as instalações educativas para jovens ex-combatentes deveriam fornecer cuidados infantis para aqueles que já são pais.
Aprendizagem e treino	Os programas devem ter como objetivo permitir que os jovens aprendam no seu próprio ritmo e adquirir comunicação e outros recursos relacionados com o trabalho. 1- Programas de meio período que permitam tempo para outras atividades, a educação é recomendada. 2- Competências de vida, como educação cívica, competências parentais, direito no trabalho e a gestão do VIH/SIDA para os jovens também é importante. 3- A formação de formadores é uma parte fundamental dos programas de DDR para a juventude. Os formadores devem ser facilitadores que encorajam a aprendizagem, promovem o trabalho em equipe e agem como modelos positivos.
Treino orientado para o emprego (características principais)	Este treinamento deverá ser: Orientado para o mercado de trabalho e orientado para uma oportunidade específica; 1- Abordagem modular; 2- Projetado para ensinar competências diferentes; 3- Baseado em competências; 4- Projetado para complementar quaisquer educação/formação que o participante possa ter tido anteriormente; e 5- Vinculado à experiência prática de trabalho, como estágios ou treinamento no trabalho.

Figura 5- Objetivos e características do programa educacional

Yacob-Haliso & Falola (2021) faz menção aos treinos vocacionais na Libéria e Serra Leoa. Os três participantes deste estudo destacaram os treinos vocacionais no Sudão do Sul, revelando assim algumas semelhanças notáveis entre ambos. Yacob-Haliso & Falola (2021) afirmaram que os programas de orientação profissional não foram eficazes em abordar as necessidades a longo prazo das ex-GAFFAG. Primeiramente, a curta duração não permitia aos CAFFAG adquirirem competências competitivas com os restantes trabalhadores da região. Além disso, muitas das crianças aprenderam profissões que não eram necessárias nas suas comunidades locais. Por exemplo, o curso de mecânico pode ser bastante útil nas cidades, onde há carros e motos. No entanto, é importante considerar que nas aldeias não há a mesma necessidade de profissionais nessa área, já que o número de veículos é reduzido. Isso significa que, apesar de terem feito o curso, muitas crianças retornarem para a sua comunidade nas aldeias sem poderem usufruir plenamente dos conhecimentos adquiridos. Coulter et al. (2008) faz também referência à dificuldade que muitas GAFFAG enfrentam para frequentar a escola, já que precisam escolher entre trabalhar para sustentar os seus filhos ou ir às aulas. No caso do Sudão do Sul, a questão foi abordada com a implementação de horários flexíveis, algo corroborado pelo especialista da UNICEF (1 de dez, 2022).

No entanto, apenas aqueles que haviam sido formalmente desmobilizados tinham acesso a esses programas. Como mencionado anteriormente, a maioria das GAFFAG retorna à comunidade de forma informal, o que acaba por marginalizá-las e excluí-las desses programas. Ainda assim, mesmo quando esses fatores estão presentes nos programas de DDR, existem diversos fatores de desigualdade que podem desencorajar as jovens a participarem das iniciativas educacionais. A presença predominante de rapazes nas salas de aula e a escassez de professoras do sexo feminino podem fazer com que as GAFFAG não se sintam confortáveis em participar. Na mesma nota, a falta de produtos de higiene femininos é outro dos fatores que pode prevenir as raparigas de participarem nos programas educacionais, algo identificado na Libéria e Serra Leoa (Yacob-Haliso & Falola, 2020). Coulter (2017) identificou também o fator “vergonha” entre mulheres ex-combatentes na Serra Leoa. A vergonha de terem sido parte dos grupos, prevenia-as de participarem na educação formal por não se quererem expor em espaços como a escola (Coulter, 2017).

Uma vez que não foram encontrados documentos sobre como a educação beneficia ou não as GAFFAG na região do Sudão do Sul, não é possível concluir se saem beneficiadas destes projetos. No entanto, a conclusão apontada por Yacob-Haliso & Falola (2021) sobre os programas de educação nas regiões da Libéria e Serra Leoa, revelam que os programas educacionais fornecidos pelos DDR não preveem a sobrevivência a longo prazo das ex-combatentes. Mencionando que, embora durante a lesão dos cursos vocacionais e aulas, as GAFFAG estejam “protegidas” de ingressar em atividades de risco. Os cursos vocacionais sem demanda na comunidade de origem podem colocar as raparigas em situações de risco, levando-as a considerar a prostituição ou casamentos, como meios de sustento para as próprias e para os seus filhos. (Yacob-Haliso & Falola, 2020).

6.7. Reintegração Social e Comunitária

A reintegração da criança é fortemente dependente da aceitação da comunidade. A rejeição da família e comunidade pode ter um efeito nefasto na saúde mental e bem-estar psicológico dos CAFFAG. Estudos indicam que a reintegração de sucesso de CAFFAG está diretamente relacionada à aceitação pela comunidade em que vivem (Nações Unidas, 2006). Na figura 6 podemos encontrar os fatores de risco e proteção associados à reintegração na comunidade.

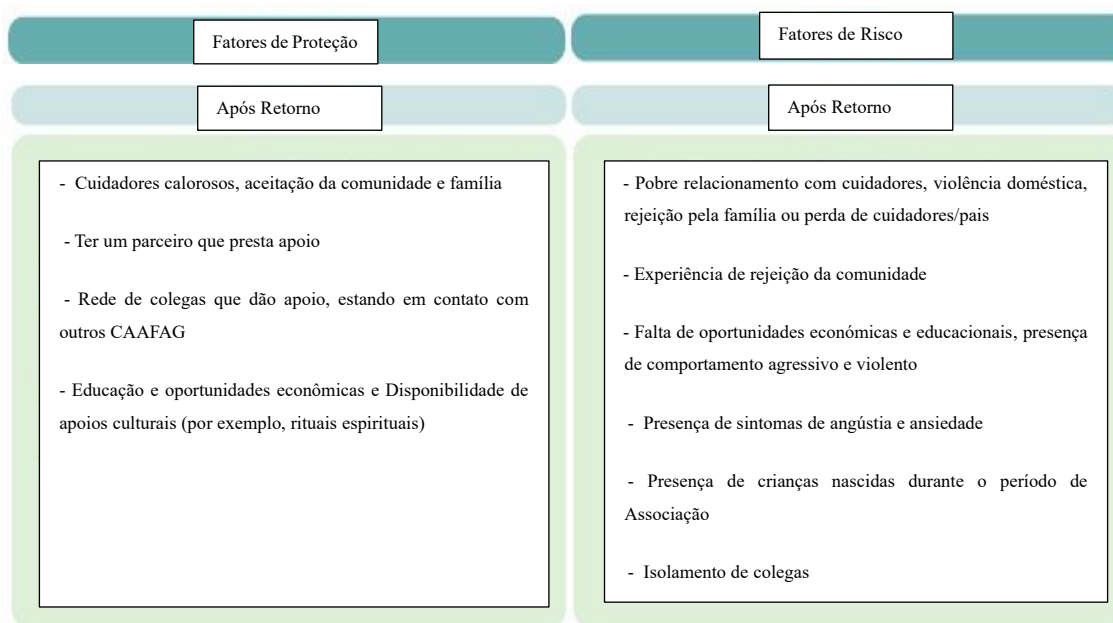


Figura 6- Fatores de risco e proteção associados à reintegração na comunidade

Segundo The Alliance (2022) as reintegrações de grupo, tem contribuído para a reintegração positiva das GAFFAG. A reintegração de grupos baseia-se na criação de grupos de GAFFAG, onde os seus membros podem compartilhar experiências, receber apoio e expressar as suas emoções mediante arte, poesia e fotografia. O que lhe possibilita, ao mesmo tempo, a oportunidade de processar a sua experiência e formar uma rede de apoio. A The Alliance (2022) alerta, porém, que estes grupos devem conter poucas participantes e as raparigas não devem ser trocadas de grupo para que se possa criar um ambiente de confiança entre elas. Ao adotar essa abordagem, possibilita-se a construção de uma rede comunitária de apoio para as GAFFAG recorrerem sempre que necessário. Em adição ao acima referido, The Alliance (2022) aponta para a necessidade de existirem cuidados infantis para os bebés das GAFFAG que são mães, para que estas possam frequentar as aulas, assim como combinar alfabetização financeira com os cursos vocacionais. Consoante a UNICEF (2020), as GAFFAG com crianças são alvo de uma maior pressão social para cuidarem financeiramente dos seus filhos e serem autónomas. A autonomia financeira contribui para a aquisição de um maior respeito por parte da comunidade, aumento da autoestima e desempenho dos papéis sociais impostos. A dependência financeira pode levar a comportamentos de risco, como prostituição ou o encurralamento em relações abusivas.

Os cursos vocacionais são os métodos utilizados pelos programas de DDR para auxiliar as GAFFAG a alcançar independência financeira. Conforme a UNICEF (2020), embora as raparigas adquiram competências específicas em determinadas profissões, tal nem sempre garante um sustento estável. “Algumas avaliações de projetos de meios de subsistência demonstraram resultados psicossociais positivos destas intervenções, mas mais raramente autossuficiência financeira eficazes” (UNICEF, 2020, p. 40, tradução minha). A UNICEF (2020) ressalta que os programas de DDR frequentemente não consideram a análise do mercado de trabalho para a inclusão de nova mão de obra, bem como as habilidades adquiridas por CAFFAG. Foi observado que várias destas raparigas desenvolveram habilidades úteis no contexto dos grupos.

Segundo o estudo realizado por Coulter (2017) na Serra Leoa, ficou evidente que os cursos vocacionais não são eficazes como meios de alcançar autonomia financeira sustentável para as ex-combatentes do sexo feminino. Coulter (2017) ressalta que, ter um rendimento significa para as mulheres ex-combatentes, uma fonte de subsistência, mas também de respeito, fato corroborado por The Alliance (2022). De acordo com Coulter (2017), apenas uma pequena ínfima das mulheres que participaram no seu estudo, estavam empregues na área na qual se prepararam através dos cursos vocacionais. Durante a pesquisa de Coulter (2017), uma das ex-combatentes que foi entrevistada relatou ter sofrido marginalização por parte da sua própria família ao retornar. Contudo, ao se inscrever num dos cursos para ex-combatentes, e ao trazer pequenas quantidades de dinheiro através da venda dos produtos que fazia, houve uma mudança de atitude por parte da família. A autora ressalta que, as mulheres e raparigas que voltam sem nada a oferecer são por norma estigmatizadas, porém, aquelas que retornam com algo para oferecer têm maior possibilidades de serem aceites e bem recebidas pela família. No entanto, segundo a mesma participante, quando o dinheiro acabou, esta voltou a ser marginalizada. Com o fim do programa, a ex-combatente deixou de ter meios, apoio ou vontade para continuar o trabalho sozinha. Como ela, outras mulheres também não tinham meios para comprar materiais para começar/continuar o seu negócio (Coulter, 2017). Um exemplo desta situação, foram os treinos vocacionais de costura. No final do curso era oferecida às beneficiárias uma máquina de costura. Porém, devido à falta de recursos financeiros para comprar os materiais necessários, estas acabaram por ter de vender a própria máquina para sustentar as suas famílias. Assim, o treino vocacional revelou-se ineficiente para o sustento destas ex-combatentes a longo prazo (Coulter, 2017). Por outro lado, segundo Coulter (2017) o programa vocacional na Serra Leoa teve efeitos positivos a nível psicossocial, ajudando a superar traumas e ensinando comportamentos sociais, algo também identificado pela UNICEF (2020) no caso das GAFFAG.

Os programas de DDR desempenham um papel fundamental na reintegração de CAFFAG, na sociedade. Estes programas atuam como um suporte, proporcionando pré-campanhas de sensibilização, cursos vocacionais e educacionais. Além disso, a formação de grupos de GAFFAG também é extremamente útil para a criação de redes de apoio comunitárias. Essa iniciativa tem benefícios não

apenas psicológicos, mas também a nível psicológico e de comportamentos pró-sociais. Porém, no que toca a *livelihood* e independência financeira, estes programas revelaram-se insuficientes.

6.8. Desmobilização e Necessidades das GAFFAG

É essencial compreendermos o contexto anterior à reintegração das raparigas, de modo a compreendermos as suas necessidades durante esse processo. Antes de ocorrer a reintegração, existe a libertação, onde a criança pode ser liberta de forma formal ou informal. Na informal, a própria criança retorna a casa pelos seus próprios meios, já na formal existe um programa de DDR, realizado após um acordo de cessar-fogo ou acordo de paz (Hobson, 2005).

Dos menores soltos, nem sempre constam raparigas, isto porque frequentemente não são informadas e/ou não lhes é permitido abandonar os grupos. Além disso, fora do grupo, não existem garantias de conseguirem prover para si próprias. De acordo com um dos especialistas da UNICEF entrevistado a (3 de dez, 2022), mesmo após serem libertadas, existem determinadas complicações até mesmo na sua precessão enquanto CAFFAG, afetando o acesso aos programas de DDR. Na figura 7 podemos verificar os critérios de elegibilidade para as raparigas acederem aos DDR. De acordo com um relatório da UNICEF (2019), a principal razão pela qual as raparigas frequentemente não fazem parte dos processos de libertação é porque são raramente vistas como GAFFAG, mas sim como “esposas”. De acordo com o especialista da UNICEF (3 de dez, 2022), é essencial que esta área seja cuidadosamente revista, pois tem sido amplamente negligenciada. É crucial fornecer às GAFFAG o mesmo tipo de apoio, independentemente do seu género (3 de dez, 2022).

Apesar de os programas de DDR auxiliarem as crianças. Esses apoios sinalizam que estes foram antigos CAFFAG, o que para as raparigas sinaliza também a perda de “valor” e a identificação como rebeldes. Uma das raparigas entrevistadas por Hobson (2005) que participou de um programa de DDR, menciona: “Não somos respeitados porque eles [colegas] estão sempre a chamar-nos rebeldes (...) dizem-nos que os materiais são materiais de sangue” (Hobson, 2005, p. 20, tradução minha). Por razões como estas uma vasta maioria das raparigas decide fazer o retorno informal. Embora, o destino de grande parte destas raparigas não seja totalmente conhecido, a probabilidade de as mesmas embargarem em prostituição ou acabarem por morrer à fome é alta (Hobson, 2005).

“Ao contrário dos rapazes, as ex-raparigas soldado não são aclamadas como “guerreiras” e enfrentam uma perda aguda de poder ao regressarem à vida civil.” (Snowdon, 2016, p. 11, tradução minha). Martz (2010) tal como Snowdon (2016) identifica as GAFFAG como o grupo mais estigmatizado. Enfatizando que devido à menor probabilidade de as GAFFAG poderem casar e receber apoio socioeconómico da forma tradicional, torna-se crucial que usufruam dos apoios dos DDR. O especialista da UNICEF entrevistado a (3 de dez, 2022) reforça, que devido aos diferentes costumes praticados dentro de cada grupo étnico, esta não é a realidade para todos os casos, tendo trabalhado com

uma comunidade que não discrimina as GAFFAG. Ainda assim, até mesmo nessa comunidade o preço de noiva é afetado, e vê-se reduzido, (3 de dez, 2022), confirmando a visão de “valor” perdido, mencionada por (Brooks, 2012).

A Save The Children (2005) elaborou um relatório que, através de entrevistas com GAFFAG, permitiu identificar as necessidades sentidas pelas mesmas. As raparigas listaram formas como a comunidade internacional as poderia auxiliar para uma melhor reintegração, tais como: a mediação com familiares e comunidade, ajuda com educação e emprego, apoio emocional e assistência médica, especialmente relacionada com doenças sexualmente transmissíveis e saúde reprodutiva (Hobson, 2005). A juntar a estas, o especialista da UNICEF (3 de dez, 2022) destaca a importância de aprenderem a cuidar da sua aparência física, fornecer mentoria (pois quando as GAFFAG chegam vem bastante agitadas, reagindo com gritos, socos e violência diante de qualquer situação mínima), e, por fim, garantir camas. Além das necessidades mencionadas por Hobson (2005) e pelo especialista da UNICEF, existem outras necessidades que merecem destaque:

Necessidades básicas, um fórum seguro para conversas quando necessário, localização dos familiares e reconciliação. Além disso, as raparigas procuram uma nova experiência que as ajude a mudar a sua identidade de soldados para outra, a fim de recuperarem quem são e a sua capacidade de tomada de decisões. Elas também procuram educação e a capacidade de procurar um modo de vida sustentável. As raparigas também expressaram o desejo de um amor maternal. Estas perderam a oportunidade de participar de feriados e festivais com as suas famílias e comunidades (Brooks, 2012, p. 296, tradução minha).

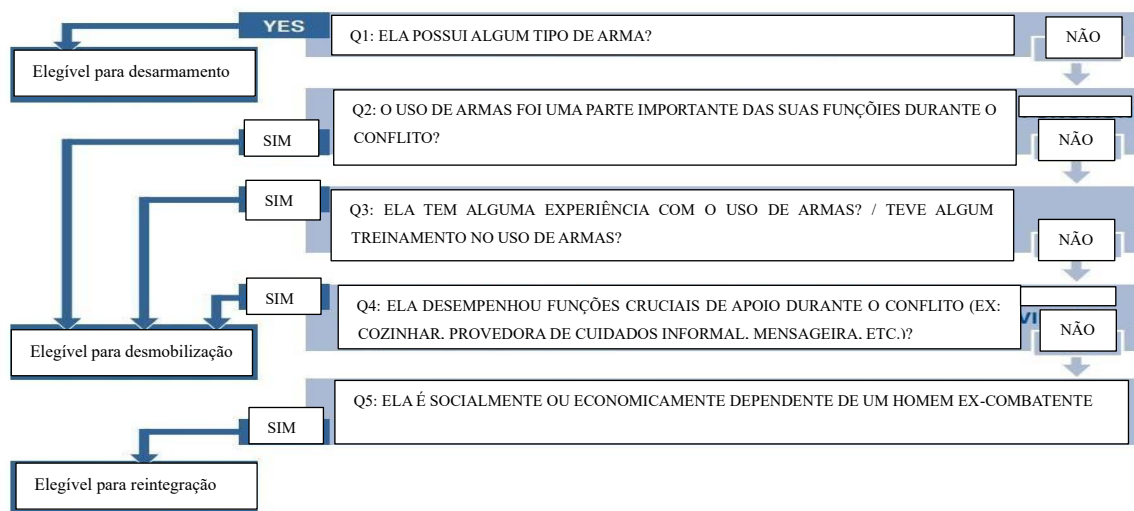


Figura 7- Critérios de elegibilidade para a participação de GAFFAG nos DDR

6.9. Papel da Comunidade na Reintegração

Como mencionado, a comunidade é considerada o fator determinante para uma reintegração de sucesso (UNICEF, 2019). Segundo A UNICEF (2019), as comunidades de Yambio e Pibor apoiam o retorno de

ex-GAFFAG. Em Yambio, as vítimas de violação sexual não enfrentam rejeição social e são acolhidas calorosamente pela comunidade, tanto as GAFFAG quanto os seus filhos não enfrentam nenhuma consequência prejudicial pela sua associação aos grupos armados. Em Pibor o cenário é muito semelhante e a comunidade relata que a associação das raparigas a estes grupos em nada afetaria os seus futuros casamentos. Este tipo de atitude tem se demonstrado crucial para a recuperação das ex-GAFFAG, estando a aceitação da comunidade intrinsecamente ligada à redução de depressão e aumento de atitudes pró-sociais (UNICEF, 2019).

De acordo com as GAFFAG, o apoio e solidariedade dos membros da família e da comunidade foram uma fonte de conforto e alívio. Mencionam a importância de puderem compartilhar os seus sentimentos com a comunidade e amigos, algo destacado como uma valiosa fonte de apoio para aliviar os seus pensamentos e culpa (UNICEF, 2019). Conforme mencionado no guia prático da UNICEF, as organizações religiosas podem desempenhar um papel fundamental como uma fonte de conforto, auxiliando no processo de recuperação psicológica e bem-estar emocional. Participar dos eventos religiosos parece trazer felicidades às raparigas. Durante essas ocasiões, as GAFFAG têm a oportunidade de dançar, cantar e rezar. Além disso, são levadas à igreja pelos seus familiares, onde o pastor lhes concede o perdão pelos atos cometidos. Este perdão foi identificado como um fator crucial para o “alívio do peso étnico”, uma vez que as raparigas chegam com um sentimento de culpa pelas ações que cometerem. De acordo com as GAFFAG, o que odiavam não era o que tinham passado, mas sim as ações que foram obrigadas a tomar contra os outros (UNICEF, 2019).

As GAFFAG mencionaram as atividades que lhes traziam felicidade, e as seis estavam ligadas a interação social. Essas atividades incluem passar tempo com os amigos, frequentar a escola, cuidar dos filhos, ajudar as mães, fazer parte de grupos de jovens e cultivar com a família (UNICEF, 2019). Freeman (2020) reitera o mencionado pela UNICEF, declarando que “As atividades comunitárias são uma abordagem promissora que pode (...) abordar a estigmatização e as tensões internas das raparigas, bem como fortalecer as redes comunitárias” (Freeman, 2020, p. 9, tradução minha). No anexo E) encontramos o círculo da participação positiva que ajuda no bem-estar emocional e recuperação psicológica (UNICEF, 2019).

Embora estas duas comunidades tenham demonstrado apoiar as GAFFAG que retornaram a casa, este não é o caso para todas as comunidades. A UNICEF (2019) faz menção ao relato de Nyalima proveniente de Unity State, ex-GAFFAG capturada aos 16 anos pela SPLA-IO. Após ter conseguido fugir, retornou à sua casa para ser vítima de humilhação e ostracismo. Nyalima sem qualquer apoio fugiu para outra aldeia onde casou com um soldado por falta de alternativas (UNICEF, 2019). Este tipo de atitudes tem o efeito oposto ao anterior, dificultando tremendamente o processo de recuperação, com tendência a desencadear depressões e sofrimento emocional severo (UNICEF, 2019). Freeman afirma que “As conclusões qualitativas sugerem que o género desempenha um papel crítico no regresso das

mulheres CAFFAG às comunidades e na reabilitação, impactando o seu funcionamento de saúde mental pós-conflito” (Freeman, 2020, p. 9, tradução minha).

Análise de Resultados

Neste capítulo, apresentam-se os resultados da pesquisa com o intuito de averiguar se o género impacta a reintegração de CAFFAG.

As entrevistas realizadas nesta dissertação permitiram concluir, que o género desempenha um papel de relevância no tema. Com os 3 participantes a identificarem unanimemente a questão género como relevante.

Os rapazes recebem mais atenção porque ser soldado é uma questão masculina, e são facilmente aceites e bem recebidos. Mas com as raparigas existe algum tipo de estigma, especialmente quando as raparigas voltam e têm filhos ou voltam grávidas, existe algum tipo de estigma associado a isso (Especialista da UNICEF, 3 de dez, 2022, tradução minha).

Também é importante considerar o género, as experiências de rapazes e raparigas são bastante diferentes. Como sabe, o género está no cerne dos CAFFAG e os papéis de género atribuídos na sociedade definem quem pode fazer o quê. Se precisarmos de carregar armas e lutar, os rapazes serão mobilizados. Eles podem decidir esta questão, por serem fisicamente mais fortes para carregar armas e ir lutar, o que faz com que o papel das raparigas geralmente não seja visto (Especialista da UNICEF, 1 de dez, 2022, tradução minha).

CAFFAG não é só homens e rapazes, também há raparigas. É por isso que temos assistentes sociais, a maioria dos assistentes sociais que temos são mulheres (...) então o género é muito importante. (Coordenador para a libertação e reintegração de CAFFAG, 5 de dez, 2022, tradução minha).

Assim, o identificado pelos especialistas entrevistados vai ao encontro do referido pela literatura de CAFFAG. Colocando o género como um aspeto crucial para o tema. De acordo com os dois especialistas da UNICEF, é evidente que as raparigas continuam a ser “invisíveis”, como uma priorização da agenda masculina. Tal acaba por repercutir na reintegração das GAFFAG, uma vez que devido ao vasto tipo de tarefas que desempenham, faz com que exista um número reduzido de raparigas na linha da frente em comparação com os rapazes. O que leva a que sejam negligenciadas quando realizados programas de DDR.

Eu percebi que o governo, os militares e até organizações como a UNICEF, ou mesmo a minha própria organização para a qual trabalho, têm a mentalidade de que um CAFFAG é uma criança com uniforme. O que nem sempre acontece, porque as raparigas CAFFAGS nem sempre tem uniforme. Na verdade, durante essas muitas libertações que tivemos, perto de duas mil crianças,

tivemos apenas 5 raparigas que foram declaradas CAFFAG's. Mas para as outras que não tem uniforme, essas outras têm o papel de cozinheiras, empregadas domésticas, esposas ou gratificação sexual dos soldados. E esse é um grupo que normalmente fica de fora porque não vai para a linha de frente (Especialista da UNICEF, 3 de dez, 2022, tradução minha).

Logo, ao serem negligenciadas dos programas de DDR, não tem a possibilidade de sair dos grupos e beneficiar dos programas de reintegração existentes. Levando a que o fator género tenha um impacto direto na reintegração de GAFFAG, com rapazes e raparigas a terem diferentes tipos de acesso ao mesmo programa. Todavia, quando estas são inseridas nos programas de DDR, foram identificadas questões que impactam a reintegração das GAFFAG, entre as quais o estigma que apenas existe para raparigas, devido a questões culturais:

Por exemplo, se uma rapariga deu à luz quando estava no grupo, é improvável que não se casem como nova esposa ou como primeira esposa. Portanto, elas têm de aceitar um nível inferior, de serem casadas como segunda ou terceira esposa. O valor delas como esposa diminui, então a família não receberá tantas vacas quanto receberia se a rapariga fosse virgem ou não tivesse filhos. (Especialista da UNICEF, 3 de dez, 2022, tradução minha).

As raparigas e mulheres, não são muito visíveis e o impacto da sua associação com grupos armados e forças armadas pode levar ao estigma. Como a maioria delas tinha relações com os soldados e tinha filhos dessas relações, isto pode não ser algo de que se orgulhem, pelo que poderá haver um estigma associado. Estas são as questões com as quais os humanitários têm de lidar quando se deparam com mulheres e raparigas associadas a forças armadas e a grupos armados (Especialista da UNICEF, 1 de dez, 2022, tradução minha).

Os dois especialistas da UNICEF, identificam assim uma diferença significativa entre a reintegração de rapazes e raparigas. Enquanto os rapazes têm maiores probabilidade de serem aceites na sua comunidade, as raparigas tendem a enfrentar repercussões pelo seu alistamento, sendo rejeitadas devido ao envolvimento com homens, gravidez, ou filhos provenientes da sua estadia nos grupos. E sofrendo uma perda no seu “valor” o que diminui o preço do dote e a sua possibilidade de casar como primeira esposa. Estas questões são exclusivas ao sexo feminino e como tal apenas tem impacto significativo na reintegração das mesmas. A rejeição no caso dos rapazes ocorre por razões distintas, e tal como mencionado pelos especialistas da UNICEF é bastante incomum.

As atividades fornecidas pelos programas de DDR, tendem a auxiliar na reintegração da criança, sendo os treinos vocacionais uma componente importante para dotar a criança/jovem de uma habilidade que posteriormente possa ser utilizada no mercado de trabalho. Embora ao longo desta dissertação tenha sido possível concluir, que os cursos vocacionais tendem a ser mais úteis na aquisição de ferramentas sociais do que na aquisição de emprego. Verificou-se por sua vez, que as famílias tendem a aceitar mais facilmente

a criança que esteja inscrita neste tipo de cursos. Uma vez que tem algo a oferecer, seja dinheiro, habilidades, etc. Portanto, a possibilidade de atendimento a estes cursos é importante para a aceitação da família, logo é uma componente significativa para a reintegração. Deste modo é fundamental que ambos os géneros tenham acesso aos cursos vocacionais proporcionados pelos DDR. É possível deduzir que o acesso a estes cursos é desigual, devido ao desigual acesso aos DDR. No entanto, para as raparigas e rapazes com a possibilidade de frequentar estes cursos, o acesso das raparigas encontra barreiras que não são vistas no caso dos rapazes, devido aos papéis tradicionais que desempenham. Barreiras como responsabilidades domésticas, cuidados pessoais, maternidade, ou a gravidez em si, acabam por dificultar o acesso aos programas vocacionais. O especialista da UNICEF (1 de dez, 2022) faz menção a esta questão, enfatizando que a UNICEF tenta flexibilizar os horários, para possibilitar a participação plena das GAFFAG:

A formação profissional começa às 9h e termina às 14h, para todos. Porém, compreendemos que as raparigas podem ter papéis a desempenhar em casa antes de poderem frequentar aulas vocacionais. Consideramos que os rapazes podem chegar muito cedo e sair a qualquer hora porque os seus papéis podem ser diferentes em casa. Os rapazes e raparigas têm papéis diferentes em casa, e isso afeta a sua capacidade de frequentar os programas, por isso temos de ser flexíveis. Podemos ter raparigas que têm filhos e estão a amamentar, o que significa que é necessário criar áreas de lazer e áreas de descanso para os seus filhos. E ter mantimentos, porque estas podem trazer crianças que precisam ser alimentadas durante a duração dos programas (Especialista da UNICEF, 1 de dez, 2022, tradução minha).

Embora esta flexibilização de horários seja relevante para a participação das raparigas, não suprime todos os obstáculos. Esta pesquisa mostra que a desigualdade afeta negativamente a participação das raparigas nos cursos, devido à escassez de professoras do sexo feminino e a falta de produtos de higiene femininos.

No entanto, o impacto do género na reintegração de CAFFAG vai muito além das desigualdades encontradas nos DDR. As questões sociais e comunitárias exercem uma enorme influência na reintegração das crianças. Dependendo de grupo étnico para grupo étnico, ser ex GAFFAG pode colocar a vida da rapariga em perigo, devido à estigmatização por parte da família e comunidade, levando ao ostracismo da GAFFAG e dos seus filhos, caso se aplique. A estigmatização aliada à falta de oportunidades, desigual distribuição de recursos, elevado nível de violência de género e há necessidade de proverem para os seus filhos, coloca as GAFFAG em uma situação de extrema vulnerabilidade. Fazendo com que as mesmas ingressem em atividades de risco, uma vez que sem o apoio da sua família e como o rótulo de impuras, ficam impossibilitadas de obter apoio socioeconómico de maneira convencional.

Conclusões

A presente dissertação teve como objetivo, analisar o impacto do género na reintegração de crianças associadas a grupos armados e forças armadas (CAFFAG) e de que forma este desempenha um papel no contexto do Sudão do Sul.

O conflito que deu início à recruta em massa de crianças continua em vigor. Este conflito teve início em 2013 e deu origem a uma crise humanitária devastadora, causando internamente deslocados, refugiados, pessoas a viver em POCs (locais de proteção de civis), insegurança alimentar e entre outros efeitos nefastos. As escassas infraestruturas existentes também foram destruídas, dificultando ainda mais o seu acesso. O combinar destes fatores, levou a que as crianças no Sudão do Sul ficassem mais vulneráveis à recruta, tanto forçosa quanto voluntária.

O estudo revelou que as raparigas desempenham um papel fundamental nos grupos armados, sendo influenciadas por fatores como a falta de oportunidades e a insegurança, que leva a que se alistem voluntariamente, assim como os rapazes. Após a sua recruta, foi possível perceber que existe uma diferença entre os papéis pré-definidos de cada género na sociedade e nos grupos armados. Na sociedade sul sudanesa, as mulheres desempenham predominantemente o papel de donas de casa e mães, assumindo um papel secundário. No entanto, nos grupos, as suas funções variam. Embora, uma grande parte das raparigas desempenhe tarefas como cozinhar, limpar, espiar e entrega de mensagens, essas não são responsabilidades exclusivas das raparigas, nem as únicas que podem assumir. As GAFFAG podem ocupar tarefas domésticas e combater ao mesmo tempo, podem ser esposas de comandantes e ser combatentes em simultâneo, não havendo uma norma do que cabe a cada género. A dinâmica de cada grupo e, acima de tudo, as necessidades do momento são os fatores determinantes. Já o papel de escravas sexuais nos grupos é por norma exclusivo às raparigas, assim como as experiências de casamento forçado, gravidez e parto. Estando os dois últimos associados a mortes e complicações decorrentes da ausência de condições sanitárias adequadas e da falta de profissionais especializados para monitorar e realizar o parto.

Para ser possível compreendermos plenamente a reintegração das GAFFAG, foi primordial perceber o processo de recrutamento e as tarefas que desempenham, como mencionado anteriormente. Para que possamos compreender os programas de desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR) na totalidade, é essencial considerar a participação em todas as três fases, pois tal pode ter impacto direto no processo de reintegração.

No âmbito do desarmamento, é visível o impacto que o género exerce nesta questão. Sendo que nos primórdios dos DDR, as mulheres eram automaticamente excluídas por não possuírem armas e serem consideradas secundárias no conflito, devido ao teor securitário dos DDR. Com a implementação

dos novos DDR, a necessidade de entrega de armas para a participação no programa foi eliminada. Contudo, outras barreiras continuam a persistir, entre elas a desmobilização.

Na desmobilização, as raparigas enfrentam alguns desafios extra. Muitas das GAFFAG tornaram-se esposas de combatentes e como tal não são consideradas GAFFAG pelas ONGs, mas sim esposas, sendo excluídas dos programas. Os comandantes responsáveis pela entrega de CAFFAG, tendem também a ocultar e esconder as raparigas, impedindo-as de participar e dando prioridade aos rapazes. Quando são informadas, receiam deixar o marido e filhos, e temem não ter meios de subsistência, sobretudo porque o conflito no Sudão do Sul permanece. Todavia, acima de tudo, estas temem o estigma associado a GAFFAG, e consequentemente, a rejeição por parte de familiares e comunidade. Esta questão leva a que as raparigas que desejam sair do grupo o façam informalmente, fugindo dos grupos sem passarem por qualquer programa de DDR. O estudo demonstrou assim, que o género tem implicações significativas tanto no desarmamento como na desmobilização.

Quanto à reintegração, o estudo sugere que ser do género feminino impacta tanto a reintegração informal quanto formal, pela questão estigma. Na informal, as raparigas temem ser rotuladas como GAFFAG, e consequentemente temem a caracterização de impuras e sem valor. Pelo que decidem desvincular-se dos grupos de forma não oficial. Sem o apoio dos programas de DDR, a reintegração tende a ser mais desafiadora, pois não terão acesso aos diversos tipos de suporte que esses programas oferecem.

Em algumas comunidades do Sudão do Sul, gera-se estigma à volta do retorno das raparigas associadas a grupos armados e forças armadas. Tal ocorre porque há a crença de que estas raparigas tenham estado em contacto com homens, nomeadamente que tenham tido relações sexuais. De acordo com essas sociedades, a mulher perdeu o seu valor, levando a que seja rejeitada pela própria família. O estigma aumenta quando esta traz consigo os seus filhos, uma vez que são a prova física do ato sexual com outros homens, podendo até mesmo ser vistos como filhos do inimigo. Por outro lado, determinadas crenças afirmam que as GAFFAG trazem má sorte devido às experiências pelas quais passaram, ou que são agora demasiado rebeldes para voltar para a sociedade e ocupar o seu lugar enquanto rapariga/mulher. A rejeição por parte da comunidade e família deixa as raparigas desamparadas. O que faz com que tomem medidas desesperadas, ingressando em prostituição ou no casamento com soldados, caso não o façam existe uma grande possibilidade de morrerem à fome, sem qualquer auxílio.

Mesmo após a libertação formal, o estigma ainda persiste, porém, os programas de DDR tentam minimizá-lo ao máximo, através de sensibilização e facilitação de rituais de limpeza e cura. Além disso, é importante ressaltar que os cursos vocacionais desempenham um papel crucial no processo inicial de reintegração das raparigas. As famílias tendem a ser mais recetiva para com as GAFFAG se estas tiverem algo a oferecer. No entanto, como já mencionado neste estudo, esses programas têm um impacto limitado

na independência financeira, sendo mais útil na recuperação de traumas e no desenvolvimento de habilidades sociais.

A pesquisa revelou que o género exerce um impacto significativo na reintegração das GAFFAG na região do Sudão do Sul. Principalmente devido ao estigma social criado em torno das GAFFAG e às desigualdades na participação dos programas de DDR. É possível afirmar que o género é um dos fatores que influencia ativamente a reintegração de GAFFAG.

Existe, portanto, uma necessidade urgente de priorizar a questão género. E como tal implementar programas sensíveis ao género mais robustos, com programas de saúde mental disponíveis para todas as GAFFAG, independentemente do seu papel no conflito, ou da sua forma de desmobilização do grupo armado. As raparigas sofrem uma estigmatização que se soma às já existentes cicatrizes psicológicas da associação aos grupos armados. Esse estigma tem impacto direto na qualidade de vida das mesmas, podendo mesmo levar ao suicídio, com as GAFFAG a demonstrarem uma maior ideação suicida em comparação com os CAFFAG do sexo masculino. Embora os programas de DDR auxiliem as GAFFAG com MHPPS, esta é uma atuação a curto prazo que não suprime na totalidade as necessidades das raparigas, nem chega a todas as GAFFAG, sendo assim necessária a implementação de programas a longo prazo por parte do governo do país.

Referências Bibliográficas

- ACCORD. (2018). Disarmament, Desmobilisation and Reintegration is not enough.
- Agwanda, B., & Asal, U. Y. (2020). State fragility and post-conflict state-building: An analysis of South Sudan Conflict (2013-2019). *Güvenlik Bilimleri Dergisi*, 9(1), 125-146.
- <https://dergipark.org.tr/en/pub/gbd/article/736103>
- Ager, A., Stark, L., Olsen, J., Wessells, M., & Boothby, N. (2010). Sealing the past, facing the future: an evaluation of a program to support the reintegration of girls and young women formerly associated with armed groups and forces in Sierra Leone. *Girlhood Studies*, 3(1), 70-93.
- Alexander, L. (2013). *The Cost of Conflict: Policy Proposals to End Ethnic Violence in South Sudan* (Doctoral dissertation). Retrieved from:
- Amusan, L., & Ufuoma, E. P. (2020). Psychological Effect of Civil Strife on Women and Girls in South Sudan. *Psychology and Education*, 57(6), 382-387.
- Aravani, E. (2016). *CAAFAGs & Post-conflict education in the Republic of South Sudan: back to "normalcy" or full speed ahead to radical changes?* (Doctoral dissertation, University College London).
- Awolich, A. A. (2015). South Sudan's National Identity Challenge: The Interplay between Fragmented Social Structure and Elite's Negative Role. Sudd Institute..
- Bach, J. N. (Ed.). (2022). *Routledge Handbook of the Horn of Africa*. Routledge.
- Badejogbin, R. E. (2022). Judicial discretion: problematizing the ascertainment and application of customary law by formal courts and relevant theories (Nigeria and South Africa). *Legal Pluralism and Critical Social Analysis*, 54(2-3), 252-277.
- Bakker, E. J. M. (2021). *Rebuilding life after conflict; A case study of female ex-combatant reintegration in South Sudan* (Master's thesis). Retrieved from:
- Bedigen, W. (2020). Significance of societal customs in the South Sudan civil war resolution. *Journal of Peacebuilding & Development*, 15(1), 3-17.
- Beswick, S. (2001). "We Are Bought Like Clothes": The War over Polygyny and Levirate Marriage in South Sudan. *Northeast African Studies*, 8(2), 35-61.
- Betancourt, T. S., Borisova, I. I., De la Soudiere, M., & Williamson, J. (2011). Sierra Leone's child soldiers: war exposures and mental health problems by gender. *Journal of Adolescent Health*, 49(1), 21-28
- Brooks, J. (2012). The struggle of girl soldiers returning home. *Peace Review*, 24(3), 292-297.
- Bryman, A. (2001). *Social Research Methods* 4th ed.
- Buchanan, E. (2019). 'Born to be Married': Addressing child, early and forced marriage in Nyal, South Sudan.
- Caron, C. (2021). Customary Law, Norms, Practices and Other Factors that Enable and Constrain Women's Access to Housing, Land and Property (HLP) in South Sudan: A Desk Review.

- Carpenter, C. (2007). War's impact on children born of rape and sexual exploitation: Physical, economic and psychosocial dimensions. *Coalition to Stop the Use of Child Soldiers; University of Pittsburgh: Pittsburgh, PA, USA*.
- Catley, A. (2018). Livestock and livelihoods in South Sudan.
- Courtney, L. P., Goco, N., Woja, J., Farris, T., Cumiskey, C., Smith, E., ... & Chun, H. M. (2017). HIV prevalence and behavioral risk factors in the Sudan People's Liberation Army: Data from South Sudan. *PloS one*, 12(11), e0187689.
- Coulter, C. (2017). *Bush wives and girl soldiers: women's lives through war and peace in Sierra Leone*. Cornell University Press.
- Coulter, C., Persson, M., & Utas, M. (2008). *Young female fighters in African wars: conflict and its consequences*. Nordiska Afrikainstitutet.
- Cherwon, B. (2014). *Child soldiers in Africa: a case study of Uganda and South Sudan* (Doctoral dissertation, University Of Nairobi).
- Craze, J. (2019). The Shilluk of Upper Nile in South Sudan's Civil War, 2014–19. *Small Arms Survey, Graduate Institute of International and Development Studies, Geneva*.
- Cunningham, K. G. (2014). Transnational Dynamics of Civil War. Edited by Jeffrey Checkel. New York: Cambridge University Press, 2013. 324p. \$45.00. *Perspectives on Politics*, 12(4), 978980.
- D'Agoot, M., Daniel, A., Koul Deng, L. B., Deng, D., Duany, J., Madut Jok, J., ... & Pagan, M. (2018). The politics of humanitarianism: perspectives from South Sudan.
- Davies, F., Smith, G., & Williamson, T. (2011). Coordinating post-conflict aid in Southern Sudan. *ODI Background Note*.
- Derluyn, I., Vindevogel, S., & De Haene, L. (2013). TOWARD THE FUTURE: IMPLICATIONS OF RESEARCH AND INTERVENTION WITH TRAUMATIZED FORMER CHILD SOLDIERS Toward a Relational Understanding of the Reintegration and Rehabilitation Processes of Former Child Soldiers. *JOURNAL OF AGGRESSION MALTREATMENT & TRAUMA*, 22(8), 869-886.
- Deng, M. A. (2021). Bride Price in the Patriarchal South Sudanese Society: A Legal Perspective. *International Journal of Law, Policy and the Family*, 35(1), eba039.
- Denov, M., & Ricard-Guay, A. (2013). Girl soldiers: towards a gendered understanding of wartime recruitment, participation, and demobilisation. *Gender & Development*, 21(3), 473-488.
- Dunhill, A., & Kidd, A. (2020). How Definitions of 'Child Soldiers' Exclude Girls from Demobilisation Efforts. *Human Trafficking in Conflict: Context, Causes and the Military*, 257-276.
- Edward, J. K. (2014). *A strategy for achieving gender equality in South Sudan*. Sudd Institute.
<https://www.cmi.no/file/2617-Gender-EqualityfmtSR.pdf>
- Ellsberg, M., Murphy, M., Blackwell, A., Macrae, M., Reddy, D., Hollowell, C., ... & Contreras-Urbina, M. (2021). "If You Are Born a Girl in This Crisis, You Are Born a Problem": Patterns and Drivers of Violence Against Women and Girls in Conflict-Affected South Sudan. *Violence against women*, 27(15-16), 3030-3055.
- Ensor, M. O. (2013). Participation under Fire: dilemmas of reintegrating child soldiers involved in South Sudan's armed conflict. *Global Studies of Childhood*, 3(2), 153-162.
- Ensor, O., Marisa. (2022). South Sudanese women are going beyond norms to cope with multiple crises. The London School of Economics and Political Science.

<https://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2022/08/23/south-sudanese-women-are-going-beyondgender-norms-to-cope-with-multiple-crises/>

Eypórsdóttir, E. R. (2016). *Free From War: an assessment of DDR/R programmes in South Sudan and DRC: the effects of the "Children, Not Soldiers" campaign* (Master's thesis, Norwegian University of Life Sciences, Ås). Retrieved from:

Falcão, W. H. M. M. (2017). Voz e participação da criança-soldado sul-sudanesa no Comitê dos Direitos da Criança da ONU a partir da teoria da reprodução interpretativa da criança.

Fox, M. J. (2021). Child soldiers research: the next necessary steps. *Small Wars & Insurgencies*, 32(6), 1012-1022.

Freeman, J. A. (2020). The mental, reproductive, and physical health impacts of female children's association with armed forces and groups. *Child Abuse & Neglect*, 107, 104626.

Giovetti, Olivia. (2022). Concern Worldwide. Gender Inequality in South Sudan shaped by prevailing cultural norms.

<https://www.concern.net/news/gender-equality-in-south-sudan> Geographic

Guide African Countries, (2016). Map of South Sudan.

Haer, R. (2017). The study of child soldiering: issues and consequences for DDR implementation. *Third World Quarterly*, 38(2), 450-466.

Haken, N. (2022). Fragile States Index 2022—Annual Report. *The Fund for Peace*, May.

Hamberg, S. (2013). Transnational advocacy networks, rebel groups, and demobilization of child soldiers in Sudan. *Transnational Dynamics of Civil War*, 149-172.

Hart, G., & Tamayo Gomez, C. (2023). Is recognition the answer? Exploring the barriers for successful reintegration of ex-combatants into civil society in Northern Ireland and Colombia. *Peacebuilding*, 11(2), 205-221.

Hobson, M. (2005). Forgotten casualties of war: Girls in armed conflict.

Holt-Rusmore, E. T. (2009). The Social Reintegration of Women: Reconstructing Womanhood and Moving Past Post-Conflict in Sierra Leone. *Berkeley Undergraduate Journal*, 22(1).

Hudson, V. M., & Matfess, H. (2017). In plain sight: The neglected linkage between brideprice and violent conflict. *International Security*, 42(1), 7-40. Hynd, S. (2020). In/Visible Girls: "Girl Soldiers", Gender and Humanitarianism in African Conflicts, c. 1955–2005. *Gendering Global Humanitarianism in the Twentieth Century: Practice, Politics and the Power of Representation*, 255-279.

IOM. (2019). Health Care and Psychosocial Support for Former Combatants and Families.

https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/201807/MHD%20H3%20DDR%20%20FIN%20version_19Aug15.pdf <https://www.iom.int/si> Jagroop, C. (2023). DDR.

Jok, A. A., Leitch, A. R., & Vandewint, C. (2004). A study of customary law in contemporary Southern Sudan. Rumbek, South Sudan: World Vision International.

Kane, S., Kok, M., Rial, M., Matere, A., Dieleman, M., & Broerse, J. E. (2016). Social norms and family planning decisions in South Sudan. *BMC Public Health*, 16, 1-12.

- Kioko, J. M. (2008). *A critical analysis of the role of children in armed conflict. A case study of Southern Sudan (2002-2005)* (Doctoral dissertation, University of Nairobi).
- Knight, W. A. (2008). Disarmament, demobilization, and reintegration and post-conflict peacebuilding in Africa: An overview. *African security*, 1(1), 24-52.
- Knopf, K. A. (2014). *Fragilidade e Relações Estado-Sociedade No Sudão Do Sul*.
- Lacey, L. (2013). Women for cows: An analysis of abductions of women in South Sudan. *Agenda*, 27(4), 91-108.
- Lacher, W. (2012). *South Sudan: International state-building and its limits* (No. RP 4/2012). SWP Research Paper.
- <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/253120/1/2012RP04.pdf>
- Lin, D. (2018). The Role of British Colonial Policy in the South Sudanese Civil War: A Postcolonial Conflict Analysis (2018).
- <https://scholarworks.seattleu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1025&context=intl-stdtheses#:~:text=The%20British%20colonial%20policy%20in,within%20the%20independent%20Sudanese%20governmentT>
- Madut, K. K. (2020). Determinants of early marriage and construction of gender roles in South Sudan. *SAGE Open*, 10(2), 2158244020922974.
- Maiden, E. (2014). Girls with Guns: The Disarmament and Demobilization of Female Ex-Combatants in Africa. In *ASA 2014 Annual Meeting Paper*.
- Madut, K. K. (2020). Ethnic mobilization, armaments, and South Sudan's quest for sustainable peace. *Peace Review*, 32(2), 235-243.
- Malok, P. A. (2013). *Ethnicity and Nation Building: South Sudan* (Doctoral dissertation, University of Nairobi,).
- <http://erepository.uonbi.ac.ke/handle/11295/60354>
- Martz, E. (2010). *Trauma and Rehabilitation after War and Conflict* (pp. 2245-2252). New York: Springer.
- Mazurana, D., & McKay, S. (2001). Child Soldiers; What about the Girls?. *Bulletin of the Atomic Scientists*, 57(5), 30-35.
- Mazurana, D. E., McKay, S. A., Carlson, K. C., & Kasper, J. C. (2002). Girls in fighting forces and groups: Their recruitment, participation, demobilization, and reintegration. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 8(2), 97-123.
- Mena, R., & Hilhorst, D. (2022). Path dependency when prioritising disaster and humanitarian response under high levels of conflict: a qualitative case study in South Sudan. *Journal of International Humanitarian Action*, 7(1), 5.
- Military Kinship, Inc.: patronage, inter-ethnic marriages and social classes in South Sudan: Review of African Political Economy: Vol 43, No 148 (tandfonline.com)
- Munive, J. (2013). *Disarmament, demobilisation and reintegration in South Sudan: The limits of conventional peace and security templates* (No. 2013: 07). DIIS Report.
- Mutasa, C., & Virk, K. (2017). Building peace in South Sudan: Progress, problems and prospects.

- Nações Unidas. (2023). Desarmament, Demobilization and reintegration
<https://peacekeeping.un.org/en/disarmament-demobilization-and-reintegration>
- Nações Unidas. (2006). Integrated Disarmament, Demobilization And Reintegration Standards.
- Nações Unidas. (2010). Operational Guide To The Integration Disarment, Demobilization and Reintegration Standards.
- Nações Unidas. (2023). “Protecting civilians, monitoring human rights & supporting implementation of cessation of hostilities agreement” <https://peacekeeping.un.org/en/mission/unmiss>
- Nações Unidas. (2020). “Special representative Patten welcomes the release of abducted woman and children from military bases in south sudan”
<https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/press-release/special-representative-pattenwelcomes-the-release-of-abducted-women-and-children-from-military-bases-in-south-sudan/>
- Nações Unidas. (2023) “South Sudan: \$1.7 billion plan launched to meet humanitarian needs”.
<https://news.un.org/en/story/2022/03/1115212>
- Nações Unidas. (2000) “S/RES/1325. Security Council Resolution on women and peace and security”.
- Nações Unidas.(2001). “Sudan: UNICEF returns thousands of former child soldiers home.”
<https://news.un.org/en/story/2001/08/12172-sudan-unicef-returns-thousands-former-children-soldiers-home~>
- Nyaba, P. A. (2019). *South Sudan: elites, ethnicity, endless wars and the stunted state*. Mkuki na Nyota Publishers.
- Nilsson, H. M. (2013). Sudanese and South Sudanese refugee women’s sense of security in Kakuma refugee camp.
- Njuguna, A. (2016). *Reintegrating of child soldiers in Education systems: Case Study of South Sudan, Juba* (Doctoral dissertation, University of Nairobi).
- Ngubane, S. J. (2010). *Gender roles in the African culture: implications for the spread of HIV/AIDS* (Doctoral dissertation, Stellenbosch: University of Stellenbosch).
- Newman, L. K. (2002). Sex, gender and culture: Issues in the definition, assessment and treatment of gender identity disorder. *Clinical child psychology and psychiatry*, 7(3), 352-359.
<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1359104502007003004>
- Nyaba, P. A. (2019). *South Sudan: elites, ethnicity, endless wars and the stunted state*. Mkuki na Nyota Publishers.
- OCHA. (2021). “ South Sudan humanitarian fund 2021 first standard allocation – strategy paper”.
- Ortega, L. M. D. (2023). 5 Lessons Learned and Promising Approaches to Gender-Responsive DDR Programming in Africa. *Disarmament, Demobilisation and Reintegration of Ex-Combatants in Africa*.
- Oyewumi, Oyeronke. (2002). Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies

- Patiño-Gass, L. Y., & González-Aldea, P. (2021). Conflictos armados y perspectiva de género: Representación mediática de las niñas soldado. *Revista Mediterránea de Comunicación*, 12(1), 235-252.
- Principles, P. (2007). Principles and guidelines on children associated with armed forces or armed groups.
- Plan International. (2022). Early and forced marriage increase due to food insecurity in South Sudan. <https://plan-international.org/news/2022/07/19/early-and-forced-marriage-increase-due-tofood-insecurity-in-south-sudan/>
- Pinaud, C. (2016). Military Kinship, Inc.: patronage, inter-ethnic marriages and social classes in South Sudan. *Review of African Political Economy*, 43(148), 243-259.
- Pinaud, C. (2014). South Sudan: Civil war, predation and the making of a military aristocracy. *African Affairs*, 113(451), 192-211.
- Reeves, Hazel. & Baden, Sally. (2000). Gender and Development: Concepts and Definitions, Bridge Report No. 55 at
- Relief Web. (2022). "South Sudan: Overview of the IDPs population per country (March 2022). <https://reliefweb.int/report/south-sudan/south-sudan-overview-idps-population-county-march2022>
- Riehl, V. (2001). *Who is ruling in South Sudan?: the role of NGOs in rebuilding socio-political order* (Vol. 9). Nordic Africa Institute.
- Roeder, Heide (2023). MHPSS in Disengagement, Disassociation, Reintegration and Reconciliation (DDRR) programming: Supporting Somali Women. [Webinar]. IASC <https://www.youtube.com/watch?v=-YOdCbCo68Q&t=576s>
- Savage, R., Ajax, M. (2019). The New Humanitarian. In South Sudan, girls forced into war face gender double standards in peace. <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2019/01/07/south-sudan-girls-childsoldiers-forced-war-face-gender-double-standards-peace>
- Save The Children. (2005). Forgotten Casualties of War – Girls in armed conflict.
- Scott, J., Averbach, S., Modest, A. M., Hacker, M. R., Cornish, S., Spencer, D., ... & Parmar, P. (2013). An assessment of gender inequitable norms and gender-based violence in South Sudan: a community-based participatory research approach. *Conflict and Health*, 7(1), 1-11. <https://link.springer.com/article/10.1186/1752-1505-7-4/>
- Secretary-General, U. N. (2023). Children and armed conflict in South Sudan: report of the Secretary General.
- Sharkey, H. J., Vezzadini, E., & Seri-Hersch, I. (2015). Rethinking Sudan Studies: A Post-2011 Manifesto. *Canadian Journal of African Studies/Revue canadienne des études africaines*, 49(1), 1-18.
- Shushania, Nino. (2021). South Sudan Mental Health & Psychosocial Support, 2021/ Quarter 2 Report. IOM.
- Snowdon, L. (2016). Girl Child Soldiers: The relevance of gender in preventing and responding to the use of child soldiers.
- Sommers, M., & Schwartz, S. (2011). *Dowry and Division*. US Institute of Peace.

- Stern, O. (2011). Perhaps more than any other aspect of life in South Sudan, it is marriage that shapes a woman's experiences, her status and her responsibilities. Marriage is one of the central institutions shaping society, binding families and communities, and ensuring continuity of the South Sudanese way of life and culture. To understand all the other facets of women's lives in South Sudan, it is necessary to understand the pivotal role that the institution of marriage plays, the various practices that relate to it *Hope, Pain & Patience: The Lives of Women in South Sudan*, 1.
- Steenken, C. (2017). Disarmament, Demobilization, and Reintegration (DDR): A Practical Overview. *Instituto de Capacitación en Operaciones de Paz*.
- Stevens, A. J. (2014). The invisible soldiers: understanding how the life experiences of girl child soldiers impacts upon their health and rehabilitation needs. *Archives of disease in childhood*, 99(5), 458462.
- Stone, L. (2011). Failures and Opportunities: Rethinking DDR in South Sudan. *Issue Brief*, 17.
- Taban, Bonifacio. (2013). S. Sudan Girls Urge Parents Not to Marry Off Daughters for Dowries. <https://www.voanews.com/a/high-dowry-child-marriage-south-sudan-/1690947.html>
- Torjesen, S. (2013). Towards a theory of ex-combatant reintegration.
- The Alliance. (2022). CAFFAG Programme Development toolkit – Guidelines. https://alliancecpa.org/sites/default/files/technical/attachments/caafag_toolkit_guidelines_en.pdf
- The World Bank. (2015). “World Development Indicators”. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2015&locations=SS&start=2008&view=chart>
- The World Bank. (2021). “World Development Indicators”. https://datacommons.org/place/country/SSD/?utm_medium=explore&mprop=count&popt=Person&hl=en
- UNICEF. (2020). “Girls Associated With Armed Groups And Armed Forces – Lessons learnt and good practices on prevention of recruitment and use, release and reintegration.
- UNICEF. (2022). “Mental Health And Psychosocial Support In Children Associated With Armed Forces And Armed Groups Programmes – Evidence Review – Fiel test version. <https://mhpssc Collaborative.org/wp-content/uploads/2022/02/FINAL-MHPSS-in-CAAFAGPrograms-Evidence-Review.pdf>
- UNICEF. (2017). “Hundreds of children released by armed groups in South Sudan”. <https://www.unicef.org/southsudan/press-releases/hundreds-children-released-armed-groupssouth-sudan>
- UNICEF. (2019). “More than 3,000 children released from armed groups in South Sudan since conflict began, but thousands more continue to be used”. <https://www.unicef.org/press-releases/more-3000-children-released-armed-groups-southsudan-conflict-began-thousands-more>
- UNICEF. (2019). “Practical guide: To fulfil the reintegration needs and rights of girls formerly associated with armed forces and armed groups in South Sudan”

UNICEF. (2023). Stolen childhoods, Children in armed groups in South Sudan.

<https://www.unicef.org/southsudan/stolen-childhoods>

UNICEF. (2023). UNICEF estimates that some 19,000 children are used by armed forces and armed groups in South Sudan- a grave violation of children's rights

<https://www.unicef.org/southsudan/children-and-armedgroups#:~:text=UNICEF%20estimates%20that%20some%2019%2C000,grave%20violation%20of%20children's%20rights.>

Van Baarsen, M. V. (2000). The Netherlands and Sudan: Dutch policies and interventions with respect to the Sudanese civil war. VOA News. (2018). UN Says More Than 150 Women, Girls Raped in South Sudan.

VOA News. (2018). UN Says More Than 150 Women, Girls Raped in South Sudan. Wessels, Mike (2006) Child Soldiers: From Violence to Protection, Cambridge: Harvard University Press

Wassara, S. S. (2007). Traditional mechanisms of conflict resolution in Southern Sudan. *Berghof Foundation for Peace Support*, 1-13.

Wessels, Mike (2006) Child Soldiers: From Violence to Protection, Cambridge: Harvard University Press

Wessells, M. (2009). Supporting the mental health and psychosocial well-being of former child soldiers. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*.

Wheeler, S. (2015). "We Can Die Too" Recruitment and Use of Child Soldiers in South Sudan. Human Rights Watch. Retrieved from:

https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/southsudan1215_4.pdf

World Vision. (2019). "Children Associated with Armed Forces & Groups, Programme Brief / Yambio, South Sudan".

World Vision. (2022). "South Sudan's hunger crisis: The Impact On Children In Armed Conflict".

Yacob-Haliso, O., & Falola, T. (2021). *The palgrave handbook of african women's studies*. Palgrave Macmillan, Springer Nature Switzerland.

Anexos

Anexo A)

Guião de entrevista

- 1- When did you start working with CAFFAG?
- 2- What were your motivations and expectations?
- 3- Can you describe your role and tasks?
- 4- How would you describe your experience in this field?

- 5- What are the main positive and negative aspects of your experience?
- 6- Based on your experience, what are the aspects that need to be considered when working with CAFFAG?
- 7- What role does host society have in the reintegration process?
- 8- In your perspective, does gender play a role in CAFFAG reintegration?
- 9- What are the roles and tasks normally taken by girls and women inside the groups ?
- 10- How would you describe the particularities of reintegration for women and girls recruited by AF/AG?
- 11- How is the GAFAG reintegration process conducted when the women and girls bring children that were conceived within the groups ?
- 12- What are the visible needs of GAFAGS when they return from armed groups or armed forces ?
- 13- Would you consider there is a bigger chance of recidivism into armed groups and armed forces by girls and women ? (if so, what contributes to it?)
- 14- What factors do you consider leading to voluntary enlistment to armed groups and armed forces?
- 15- Would you consider gender to affect children's experiences within armed groups and armed forces ?
- 16- In light of your considerations and experience, what should be the priorities in the field of CAFFAG reintegration, going forward?
- 17- What should be done, in particular, for women and girls reintegration?
- 18- Considering the current release and reintegration programs for CAFFAG, is the existing capacity enough to assist the number of demobilized children in South Sudan?
- 19- Considering the current Release and Reintegration programs for CAFFAG in S. Sudan, are there any unaddressed needs or any limitations?

Anexo B) Mapa do Sudão do Sul



Fonte: Geographic Guide African Countries, (2016). Map of South Sudan.

Anexo C) Atividades dos programas de DDR com CAFFAG

Desarmamento	Desmobilização	Reintegração
Recolha de informações e planeamento operacional.	Colocação em campos de acantonamento (não mais do que 48h)	Reintegração Social e Comunitária
Assegurar o desarmamento das crianças (recolha ou recuperação de armas)	Centros de cuidado (ICCs) a) Recolha de informações sobre a criança, família, necessidades específicas e história de recrutamento. b) Agrupamento de crianças por idade (exceto mães)	Apoio Psicológico, Psicossocial e cuidados especiais. Apoio inclusivo para todos os CAFFAG e

	c) Check-ups de saúde: saúde reprodutiva, serviços de pré-natal, diagnósticos de ISTs, testes de HIV, tratamento de deficiências nutricionais e ferimentos. d) Aconselhamento: Ajuda com os traumas e autoestima, treino de resolução pacífica, aquisição de habilidade, aprender sobre reintegração e oportunidades de subsistência. e) Atividades: desporto, atividades culturais e recreacionais	crianças afetadas pela guerra. (Através da instauração de escolas, apoio à saúde e treino vocacional). Apoio da comunidade.
Gestão de estoque e destruição de armas	Rastreamento familiar e monitorização (A reunificação com a família começa após mediação e avaliação da situação)	Educação, treino e meios de subsistência
Opção de as crianças receberem um documento de certificação de entrega das armas (se houver um procedimento que requeira a entrega).		Acompanhamento e monitorização por parte das ONGs

Fonte: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/operational-guide-rev-2010-web.pdf>

Anexo D)

Orientações Fundamentais sobre mulheres, género e DDR

Table 5.10.4: Gender responsiveness in disarmament	
Gender-aware interventions	Female-specific interventions
■ Ensure equal access of male and female combatants to disarmament sites to avoid stereotypes of weapons ownership.	■ Draw on the experience of female ex-combatants, supporters or dependants who have 'self-reintegrated' on what could be incentives and/or obstacles to female disarmament.

■ Assess the implications of how patterns of weapons ownership may be different for men and women in the country context, and take them into account when devising disarmament programmes. ■ Discourage media images that encourage violent masculinity.	■ Involve women's groups and female community leaders in awareness-raising activities and in monitoring weapons collection and destruction.
---	---

Table 5.10.5: Gender responsiveness in demobilization

Gender-aware interventions	Female-specific interventions
Cantonment and mobile demobilization	
■ Ensure registration forms and questionnaires are designed to supply sex-disaggregated data on groups. ■ Ensure a balance of men and women among staff. ■ Provide psychosocial support to men, women, boys and girls affected by SGBV during conflict.	■ Make provision for women's specific health needs, including reproductive needs (remember items such as re-usable sanitary napkins, both male and female condoms, etc.). ■ Consider assembling testimonies of SGBV during conflict and establishing links between the DDR process and the justice system to prosecute perpetrators of sexual abuse of women.

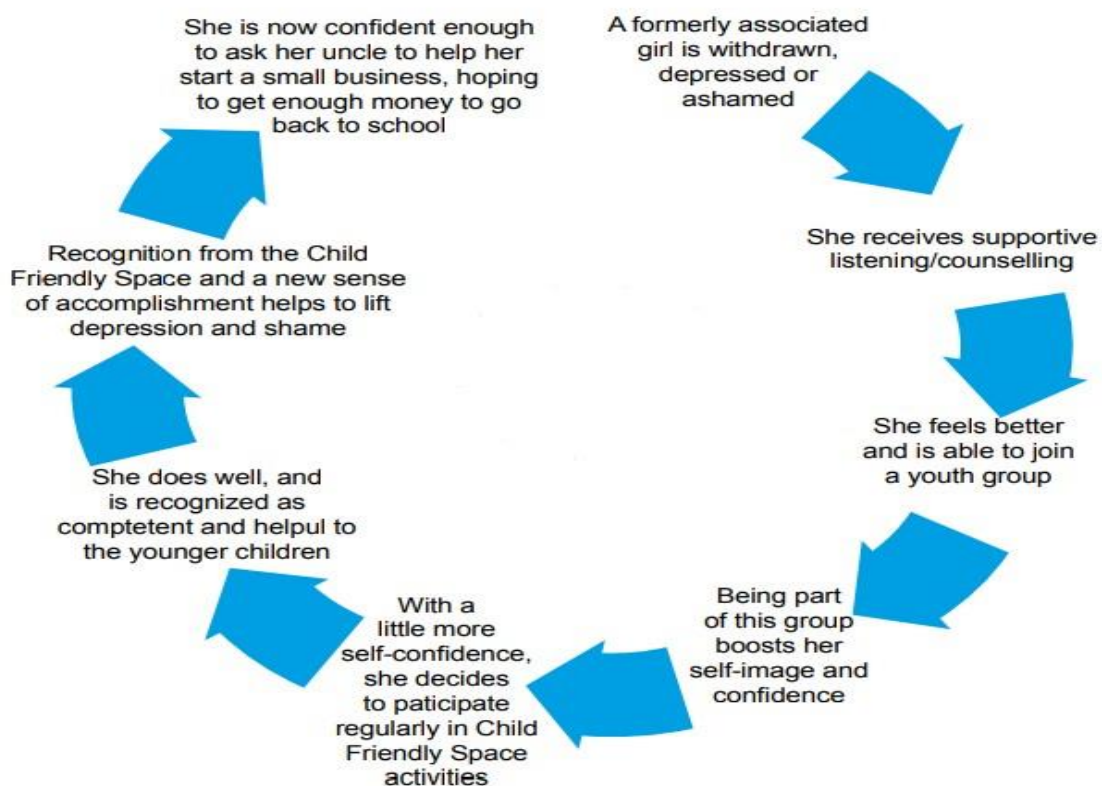
■ Allow for privacy in accordance with culturally accepted norms when designing sanitary facilities. ■ Include separate facilities for women, men, girls and boys, as required. ■ Offer men, women, boys and girls equal (but, if necessary, separate) access to education about HIV/AIDS, including voluntary counselling and testing, and other health services and supplies.	■ Ensure that reproductive health care services are available to female victims of SGBV. ■ Ensure that support is available to women and girls who are HIV-positive, as well as to women and girls heading households where HIV-positive ex-combatants may be living. ■ Ensure that mothers who are combatants and those associated with armed forces and groups will not be separated from their children during demobilization.
Transitional support	
■ Prepare transitional support carefully to avoid reinforcing negative gender stereotypes. ■ Ensure that transitional support deals with the different needs of male and female ex-combatants and supporters. ■ Ensure that male and female ex-combatants have equal access to individual benefits (HIV/AIDS services and support, land, tools, training and financial assistance). ■ Encourage the spouse or other female family members of a male ex-combatant to witness the signing of an agreement on how these benefits/resources will be used. ■ Anticipate opportunities for women's economic independence as well as potential drawbacks for women entering previously 'male' workplaces and professions.	■ Take into account female spending patterns and needs when designing cash assistance. ■ Take into account women's traditional forms of money management (e.g. rotational loan and credit schemes).
Resettlement	
■ Make sure male and female supporters and dependants are included in any travel assistance that is offered to male ex-combatants. ■ Ensure female and male ex-combatants, supporters and dependants are free to choose their areas of return.	■ Cater for the needs of women and girls and their children on their journey back to the community. ■ Take measures to reunify mothers and children. ■ Take measures to minimize the exposure of women and girls to SGBV, re-recruitment and abduction into armed forces and groups, and human trafficking.

Table 5.10.6: Gender responsiveness in social and economic reintegration

Gender-aware interventions	Female-specific interventions
■ Provide physical and psychosocial rehabilitation to disabled and chronically ill ex-combatants so that they do not become a burden for women and girls. ■ Take into account specific gender dynamics related to access to land and housing, particularly when traditional practices and legal systems do not accommodate female-headed households or women's land ownership. ■ Assess the extent to which the production of crops and animal husbandry are divided among household members according to gender and age. ■ Prevent the marginalization of women ex-combatants, supporters and dependants, and war widows, and provide them with assistance. ■ Support the transformation of violent masculine identities into non-violent ones through information, sensitization and counselling.	■ Allocate resources to train female ex-combatants, supporters, dependants and community members on how to care for and cope with children traumatized by conflict. ■ Ensure education and training are designed for the needs of women and girls. ■ View women's access to credit and capital as a positive investment in reconstruction, since they have an established record of high rates of return. ■ Support and build the capacity of women's organizations to participate in healing and reconciliation work. ■ Encourage community mental health practices (such as cleansing ceremonies) to deal with women's and girls' specific suffering or trauma. ■ Encourage the establishment of formal/informal self-help groups among female ex-combatants and supporters. ■ Allocate funding for child care, and make the necessary arrangements to allow women and girls to take part in training (e.g. organize training as close as possible to where they live). ■ Give women and girls a voice in determining the types of marketable vocational skills they should acquire. ■ Assist women to build their houses, considering that they usually work from home in self-employment activities. ■ Take measures to ensure widows of ex-combatants and single women ex-combatants and supporters are recognized as heads of households, and are therefore permitted to own and rent existing housing and land. ■ Support women to farm cash crops and raise livestock, as opposed to only engaging in subsistence agriculture. ■ Support women in having equal access to communally owned farm implements and water-pumping equipment, and to own such equipment.

Fonte: [operational-guide-rev-2010-web.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/operational-guide-rev-2010-web.pdf)

Anexo E)
Círculo da participação positiva



Fonte: <https://www.unicef.org/southsudan/media/2296/file/UNICEF-South-Sudan-Practical-Guide-Reintegration-Girls-2019.pdf>